

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM GEOGRAFIA

**O PROGRAMA LUZ PARA TODOS COMO POLÍTICA PÚBLICA DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL NOS ASSENTAMENTOS
RURAIS DE MATO GROSSO DO SUL**

Dourados/MS

2010

ADRIANO MICHEL HELFENSTEIN

**O PROGRAMA LUZ PARA TODOS COMO POLÍTICA PÚBLICA DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL NOS ASSENTAMENTOS
RURAIS DE MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: *Produção do Espaço Regional e Fronteira.*

Orientação: Prof^a. Dr^a. Silvana de Abreu

Dourados/MS

2010

ADRIANO MICHEL HELFENSTEIN

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG/UFGD

BANCA EXAMINADORA

Presidente e orientador

Prof^a. Dr^a. Silvana de Abreu (UFGD)

1º Examinador:

Prof^a Dr^a Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira (UFG)

2º Examinador:

Prof. Dr. Jones Dari Goettert (UFGD)

DEDICATÓRIA

À Solange, minha companheira, por sempre acreditar em mim, pela dedicação com que me ajuda diariamente a superar meus medos, pela cumplicidade de meus sonhos, enfim, por dar sentido à palavra amor.

Aos meus pais, pela forma como me criaram, possibilitando uma infância sadia, a qual me proporcionou, através das brincadeiras, descobrir o mundo que me cercava e ao mesmo tempo alimentar meus sonhos.

Aos assentados, pela luta em dar sentido digno ao trabalho empregado a terra: produzir alimentos e saciar a fome das pessoas.

AGRADECIMENTOS

À Deus, encontrado nos gestos e ações que realizamos ao próximo.

À Solange, pelo apoio, pela ajuda na organização desta dissertação, incentivo, paciência, mas principalmente pelo amor a mim dedicado.

Aos meus pais, Pedro e Leoni, pelo amor que não descrevo através de palavras.

À meu irmão Alexandre, minha cunhada Geisilaine e a meu sobrinho Felipe, pela compreensão e pelo apoio.

À minha irmã Marta e meu cunhado Octávio pelo apoio.

À meus sogros, Francisco e Inês, pela dedicação e pelo carinho e receptividade.

À minha cunhada Luciane e a seu filho Lucas, pelo carinho dispensado a mim.

À meu cunhado Tiago pelos momentos de descontração.

Ao Jaime, praticamente um irmão que encontrei nessa caminhada dentro da universidade, pelo conhecimento transmitido na elaboração dos mapas e pelos momentos de alegria compartilhada.

Ao Carlos, pelas ampolas do diurético, que salvaram muitas tardes de domingo entediosas.

À minha orientadora Silvana, pela paciência e pela contribuição na realização desse sonho.

Aos professores do curso de Geografia da UFGD, pelo profissionalismo e contribuição na formulação de meus conhecimentos.

Ao professor Adáuto, pelas dicas que foram muito importantes para realização desse trabalho.

Aos assentados entrevistados durante essa pesquisa, pela ótima receptividade, pela dedicação com que me concederam as entrevistas e por representarem a construção de um país mais justo e menos desigual.

À Fundect pela bolsa a mim concedida durante esses dois anos de mestrado, sem a qual não haveria possibilidade de realização.

Aos meus companheiros de curso, pelas discussões que tanto contribuíram para pensar o tema debatido nesta dissertação.

A meus colegas que não puderam continuar seus estudos, nunca me esquecerei de vocês.

Aos funcionários do INCRA, AGRAER, ELETROSUL, ENERSUL, pelo fornecimento das informações tão imprescindíveis a essa pesquisa.

Aos funcionários do curso de pós-graduação de mestrado em Geografia, pela contribuição e paciência.

Enfim a todos que fizeram parte da minha vida nesses dois anos, de certa forma vocês contribuíram para a realização desse sonho.

(...) qual é a lógica de uma sociedade capaz de dominar a natureza, fazendo um mar, e dele tirando a luz, e incapaz de dar comida e escola a um grupo de crianças?

Cristovam Buarque

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| LISTA DE FIGURAS..... | 10 |
| LISTA DE CARTOGRAMAS..... | 10 |
| LISTA DE MAPAS..... | 11 |
| LISTA DE GRÁFICOS..... | 12 |
| LISTA DE FOTOS..... | 14 |
| LISTA DE QUADROS..... | 16 |
| LISTA DE TABELAS..... | 17 |
| LISTA DE SIGLAS..... | 18 |
| RESUMO..... | 21 |
| <i>ABSTRACT</i>..... | 22 |
| INTRODUÇÃO..... | 23 |
| CAPÍTULO I - DESENVOLVIMENTO REGIONAL E INCLUSÃO SOCIAL: O PROGRAMA LUZ PARA TODOS COMO POLÍTICA GOVERNAMENTAL..... | 33 |
| 1.1- A energia elétrica como política de desenvolvimento e desconcentração regional | 34 |
| 1.2 - Refletindo sobre o Desenvolvimento Regional e Geração de Renda..... | 43 |
| 1.3 - O planejamento como ferramenta de racionalização do espaço..... | 50 |
| 1.4 - Política Governamental, seu papel e desafios na (re) organização do espaço..... | 56 |
| 1.5 - O Estado como interventor e mediador dos conflitos de classe..... | 59 |
| CAPÍTULO II - PROCESSOS CONTRADITÓRIOS: CARACTERÍSTICA FUNDIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL E O PERFIL DOS ASSENTAMENTOS..... | 66 |
| 2.1. O Mato Grosso do Sul como base territorial: a questão da terra e da política..... | 67 |
| 2.2. A opção pelo mercado e a oposição entre o “Moderno” e o “Atrasado”..... | 80 |
| 2.3. A realidade dos assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul e o papel do Programa Luz Para todos..... | 88 |

2.4. A energia elétrica como infra-estrutura básica para o crescimento econômico - o Luz Para Todos como contradição do capitalismo no Brasil!?.....94

CAPÍTULO III - UMA ANÁLISE SOBRE O PROGRAMA LUZ PARA TODOS NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE MATO GROSSO DO SUL..... 102

3.1. O Programa Luz Para Todos como Estratégia de Desenvolvimento para o Estado de Mato Grosso do Sul..... 103

3.2. Uma análise acerca da contribuição do Programa Luz Para Todos no modo de viver-produzir dos assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul..... 113

3.3. O Programa Luz Para Todos nos assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul: contradições..... 134

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 138

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 144

ANEXOS..... 151

LISTA DE FIGURAS

Lista de Cartogramas

| | |
|--|----|
| Cartograma 1: Assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul criados pelo INCRA e/ou pelo Governo Estadual..... | 26 |
| Cartograma 2: Assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul, criados através do Banco da Terra e/ou Crédito Fundiário- 1980-2009..... | 27 |
| Cartograma 3: Assentamentos rurais contemplados com o Programa Luz Para Todos em Mato Grosso do Sul- 11/2003 a 21/01/2010..... | 28 |
| Cartograma 4: Trabalho de campo realizado nos assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul contemplados com o Programa Luz Para Todos..... | 29 |
| Cartograma 5: Distribuição Industrial no Território Brasileiro-2002..... | 35 |
| Cartograma 6: Bacias Hidrográficas e Hidrovias de Mato Grosso do Sul..... | 69 |
| Cartograma 7: Área de imóveis rurais pequenos, médios e grandes, Brasil-2003..... | 76 |

Lista de Mapas

| | |
|--|-----|
| Mapa 1: Mato Grosso do Sul Regiões de Planejamento..... | 42 |
| Mapa 2: Mato Grosso do Sul Divisão Político Administrativo..... | 68 |
| Mapa 3: Assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul criados pelo INCRA e/ou pelo Governo Estadual..... | 105 |
| Mapa 4: Assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul, criados através do Banco da Terra e /ou Crédito Fundiário- 1980-2009..... | 106 |
| Mapa 5: Assentamentos rurais contemplados com o Programa Luz Para Todos em Mato Grosso do Sul- 11/2003 a 21/01/2010..... | 111 |
| Mapa 6: Trabalho de campo realizado nos assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul contemplados com o Programa Luz Para Todos..... | 112 |

Lista de Gráficos

| | |
|---|-----|
| Gráfico 1: Evolução do PIB Brasil (1940 a 1970)..... | 54 |
| Gráfico 2: Variação do Salário Mínimo no Brasil (1940 a 1974)..... | 54 |
| Gráfico 3: Crescimento médio do PIB Brasil - Mato Grosso do Sul (1970 – 2000)..... | 74 |
| Gráfico 4: Estrutura Fundiária de Mato Grosso do Sul (1985 - 1995/96)..... | 75 |
| Gráfico 5: Mato Grosso do Sul: <i>ranking</i> dos principais produtos agrícolas, segundo o valor bruto da produção (2002) | 78 |
| Gráfico 6: Utilização das terras nos estabelecimentos, segundo IBGE, Brasil (2006)..... | 81 |
| Gráfico 7: Contribuição da agricultura familiar na produção de alimentos que compõem a cesta básica do brasileiro (2006)..... | 83 |
| Gráfico 8: Contribuição da Agricultura Familiar na Pecuária do Brasil (2006)..... | 84 |
| Gráfico 9: Pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários em 31/12/06, por sexo, segundo IBGE, Brasil (2006)..... | 85 |
| Gráfico 10: Número de conflitos agrários em Mato Grosso do Sul (1985 - 2006)..... | 89 |
| Gráfico 11: Número de famílias envolvidas nos conflitos de luta pela terra em Mato Grosso do Sul (1985 - 2006)..... | 89 |
| Gráfico 12: Número de Assentamentos Rurais criados em Mato Grosso do Sul (1980 - 2009)..... | 90 |
| Gráfico 13: Exclusão elétrica Rural das regiões brasileiras segundo o IBGE (2003)..... | 95 |
| Gráfico 14: Consumo de Energia Elétrica em Mato Grosso do Sul por Setores (2003)..... | 97 |
| Gráfico 15: Porcentagem do consumo de Energia Elétrica em (MS), por classe de consumidores..... | 98 |
| Gráfico 16: Crescimento da Rede de Extensão (KM) em (MS), (2000-2003)..... | 98 |
| Gráfico 17: Diversidade da produção dos assentamentos visitados..... | 113 |
| Gráfico 18: Evolução da produção de leite em Mato Grosso do Sul (1998 – 2007)..... | 117 |

| | |
|--|-----|
| Gráfico 19: Produção de mandioca no estado de Mato Grosso do Sul (1990 – 2006)..... | 118 |
| Gráfico 20: Produção de Mandioca nos estados da Região Centro-Oeste (2005)..... | 119 |
| Gráfico 21: Aparelhos elétricos existentes nas residências dos assentados..... | 129 |
| Gráfico 22: Problemas apontados pelos assentados na operacionalidade do Programa Luz Para Todos nos assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul..... | 133 |

Lista de Fotos

| | |
|---|-----|
| Foto 1: Mostra de resfriadores de leite, instalados em assentamento. Caso do assentamento Santa Irene, município de Anaurilândia- MS..... | 114 |
| Foto 2: Mostra de resfriadores de leite, instalados em assentamento. Caso do assentamento Santa Irene, Município de Anaurilândia- MS..... | 115 |
| Foto 3: Mostra de resfriadores de leite, instalados em assentamento. Caso do assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina – MS..... | 116 |
| Foto 4: Mostra de resfriadores de leite, instalados em assentamento. Caso do assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina – MS..... | 116 |
| Foto 5: Vista de uma plantação de mandioca e milho. Assentamento Santa Rosa. Jaraguari – MS..... | 120 |
| Foto 6: Plantação de hortifrutti no assentamento Santa Rosa localizado no município de Jaraguari – MS..... | 121 |
| Foto 7: Poço artesiano localizado no assentamento Santa Rosa no município de Jaraguari – MS..... | 121 |
| Fotos 8: Mostra de criação de galinhas no assentamento Santa Rosa localizado no município de Jaraguari – MS..... | 122 |
| Fotos 9: Mostra de criação de porcos no assentamento Santa Rosa localizado no município de Jaraguari – MS..... | 123 |
| Foto 10: Mostra da utilização do triturador utilizado para produção de ração no assentamento Santa Rosa, localizado no município de Jaraguari – MS..... | 124 |
| Fotos 11: Mostra de ração produzida, para alimentação dos animais no assentamento Santa Rosa, localizado no município de Jaraguari – MS..... | 124 |
| Fotos 12: Mostra de produção de frutas no assentamento Santa Maria, localizado no município de Pedro Gomes – MS..... | 125 |
| Foto 13: Mostra de produção de frutas no assentamento Santa Clara, localizado no município de Bataguassu – MS..... | 126 |
| Fotos 14: Plantação de pimenta no assentamento Santa Rosa, localizado no município de Jaraguari – MS..... | 126 |
| Foto 15: Plantação milho no assentamento Santa Rosa, localizado no município de Jaraguari – MS..... | 127 |
| Foto 16: Mostra de criação de avestruz no assentamento São Francisco, localizado no município de Rio Verde – MS..... | 128 |

| | |
|---|-----|
| Foto 17: Mostra de plantação de eucalipto no assentamento São Francisco, localizado no município de Rio Verde – MS..... | 129 |
| Foto 18: Vista da escola municipal rural localizada no assentamento Santa Irene, Anaurilândia - MS..... | 132 |
| Foto 19: Unidade rural de saúde no assentamento Colorado localizado no município de Iguatemi – MS..... | 133 |

Lista de Quadros

| | |
|--|-----|
| Quadro 1: Prazo máximo para a universalização na área de concessão segundo índice de atendimento (Ia)..... | 100 |
| Quadro 2: Ano limite para a universalização, por concessionárias de energia..... | 100 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1: Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil e suas Regiões..... | 34 |
|--|----|

LISTA DE SIGLAS

AGRAER: Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAI: Complexo Agroindustrial
CAND: Colônia Agrícola Nacional de Dourados
CDE: Conta de Desenvolvimento Energético
CEAL: Eletrobrás Distribuição Alagoas
CEAM: Companhia Energética do Amazonas
CEB: Companhia Energética de Brasília
CEMAT: Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.
COELCE: Companhia de eletricidade do Ceará
CEEE: Companhia Estadual de Energia Elétrica - Rio Grande do Sul
CELB: Companhia Energética da Borborema
CELESC: Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A
CELPA: Centrais Elétricas do Pará S.A
CELPE: Companhia Energética de Pernambuco
CELTINS: Companhia de Energia Elétrica do estado do Tocantins
CEMAR: COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO
CEMIG: Companhia Energética de Minas Gerais
CEPISA: Companhia Energética do Piauí
CER: Companhia Energética de Roraima
CERON: Centrais Elétricas de Rondônia S/A
CHESP: Companhia Hidroelétrica São Patrício
CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COELBA: Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
COOASGO: Cooperativa Agropecuária de São Gabriel do Oeste
COPEL: Companhia Paranaense de Energia
COOPERALIANÇA: Cooperativa Aliança – Energia para o Desenvolvimento
COSERN: Companhia Energética do Rio Grande do Norte
CPEE: Companhia Paulista de Energia Elétrica
CPFL: Companhia Paulista de Força e Luz
CPT: Comissão Pastoral da Terra
CSPE: Comissão de Serviços Públicos de Energia

CUT: Central Única do Trabalhador

DEMEI: Departamento Municipal de Energia de Ijuí.

DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

ELETROCAR: Centrais Elétricas de Carazinho S/A

EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ENERGIPE: Empresa Energética de Sergipe S.A

FAT: Fundo de Amparo ao Trabalhador

FHC: Fernando Henrique Cardoso

FUNDCET: Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul

FMI: Fundo Monetário Internacional

IA: Índice de Atendimento

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

KVA: unidade de medida elétrica

LDO: Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA: Lei Orçamentária Anual

MEC: Ministério da Educação

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário

MME: Ministério de Minas e Energia.

MPOG: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MWh : Megawatts/hora

MST: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

OMC: Organização Mundial do Comércio

PAM: Produção Agrícola Municipal

PIB: Produto Interno Bruto

PERGEB: Programa Especial de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília.

PLADESCO: Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste.

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POLOCENTRO: Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

PPA: Plano Plurianual

PRODEGRAN, Programa Especial de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados.

PRODEPAN: Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal

PROMAT: Programa de Desenvolvimento de Mato Grosso

PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROSUL: Programa de Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul

PT: Partido dos Trabalhadores

RGE: Rio Grande Energia

RGR: Reserva Global de Reversão

SAELPA: Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba

SEINFRA: Secretaria de Estado de Infra-Estrutura de Mato Grosso do Sul

SEPLANCT: Secretaria de Estado de Planejamento, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul

SNCR: Sistema Nacional de Crédito Rural

SUDECO: Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste

SULGIPE: Companhia Sul Sergipana de Eletricidade

TCU: Tribunal de Contas da União

UFGD: Universidade Federal da Grande Dourados

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi analisar a implementação do Programa Luz Para Todos nos assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul, e seu papel enquanto política governamental de desenvolvimento econômico e inclusão social. A análise do Programa Luz Para Todos e suas repercussões na vida dos assentados rurais de Mato Grosso do Sul, nos permitiu verificar como são pensadas as intervenções do Estado no território, no qual o planejamento assume papel importante, para que se diminuam as disparidades sociais entre as diferentes regiões do Brasil. Dentro dessa perspectiva, o atendimento de energia elétrica é colocado como fator fundamental na estratégia de desenvolvimento econômico e social. No que se refere à implantação do Programa Luz Para Todos nos assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul, constatamos a satisfação de grande parte dos assentados contemplados com o referido Programa, tendo em vista que a energia elétrica tem auxiliado na produção de alimentos e também no acesso a serviços sociais, que só são possíveis com o auxílio da mesma. No que diz respeito ao funcionamento do Programa constatamos erros que devem ser corrigidos, como, por exemplo, o preço cobrado pelo uso da energia elétrica e a qualidade da potência energética, que compromete a utilização de aparelhos como o triturador, que tem papel fundamental na produção rural, pois é utilizado na fabricação de alimento para criações.

Contudo, ficou explícito a transformação decorrente do processo de eletrificação nos assentamentos rurais do estado de Mato Grosso do Sul, bem como os benefícios nas áreas sociais que foram conseguidas com o auxílio da energia. Nesse sentido constatamos em nossa pesquisa, a necessidade da universalização da energia elétrica, que foi motivo de luta durante muitos anos, e que com a implantação do Programa Luz Para Todos vem se concretizando.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Luz Para Todos, Assentamentos Rurais, Mato Grosso do Sul.

ABSTRACT

The aim of this study was to examine the implementation of the Light for All in the rural settlements of Mato Grosso do Sul, and its role as a government politic of economic development and social inclusion.

Analysis of the Light for All Programme and its impact on the lives of rural settlers in Mato Grosso do Sul, allowed us to see how the interventions are thought of the State, in which the planning takes role, order to reduce social disparities between different regions of Brazil. Within this perspective, care of power factor is presented as part of a strategic economic and social development. As regards the implementation of the Light for All in the rural settlements of Mato Grosso do Sul, found the satisfaction of most settlers included with this Program, bearing in mind that the electricity has helped in the production of food and also in access to social services, which are only possible with the aid of the same. Regarding the operation of the program found errors that should be corrected, for example, the price charged for electric energy use and quality of power energy, that compromises the use of equipment like crusher which has a crucial role in rural production, because it is used in the manufacture of food for livestock. But it was explicit in processing due to the process of electrification in rural settlements in the state of Mato Grosso do Sul, as well as social benefits in areas that have been achieved with the aid of power. In summary we found in our survey, the need for universalization of electricity, that was the focus of struggle for many years, and that with the implementation of the Light for All comes to fruition.

KEY WORDS: Light for All Program, Rural Settlements, Mato Grosso do Sul.

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa de dissertação é decorrência da experiência vivida durante seis anos de aprendizagem, sempre tendo como foco o Programa Luz Para Todos. O início dessa caminhada se deu com o desenvolvimento de um Projeto de Iniciação Científica, o qual nos propiciou uma Bolsa do CNPq, durante dois anos, para realização da pesquisa intitulada **O Programa Luz Para Todos como política pública de desenvolvimento nos assentamentos rurais da Região Sul – Fronteira**¹, no interior do projeto de pesquisa **Planejamento e Desenvolvimento Regional: O Papel atribuído ao Estado de Mato Grosso do Sul no contexto do Plano Plurianual de Investimentos do Governo Federal (PPA 2004-2007)**². Evidentemente que o relatório final da Iniciação Científica, até mesmo pelo objetivo que tem de contribuir para iniciar o aluno na pesquisa, apresentou apenas o resultado proposto no plano de trabalho, qual seja o de analisar o Programa e seus pressupostos e caracterizar, para relacionar, com a realidade encontrada nos assentamentos, quanto à implantação do Programa.

Partindo desse pressuposto, o processo teve sequência com a realização da monografia, que, por sua vez, procurou avançar na análise, na medida em que pretendeu compreender a estratégia de implementação do Programa Luz Para Todos, especificamente nos assentamentos rurais da Região Sul - Fronteira e identificar/analisar as repercussões sócio-econômicas decorrentes da implantação da energia elétrica nesses assentamentos.

Como procedimento de pesquisa, realizamos entrevistas em nove assentamentos contemplados com o Programa. Como resultado de análise, no ano de 2007, defendemos a monografia intitulada **O Programa Luz Para Todos como Política Pública de Desenvolvimento Econômico e Social nos Assentamentos Rurais da Região Sul – Fronteira**, como requisito para conclusão de curso.

A realização dessa monografia trouxe como desafio aumentar a escala de análise, já que foram identificados alguns problemas na operacionalização do Programa em alguns assentamentos. Tendo em vista que Mato Grosso do Sul é colocado como Estado Modelo na implantação do Programa Luz Para Todos, tais problemas poderiam comprometer seu funcionamento. Assim, assumimos o desafio de analisar o Programa

¹ A Região Sul – Fronteira se localiza na porção Sul do Estado de Mato Grosso do Sul que faz divisa com o Paraguai. É composta por 15 municípios, são eles: Amambaí, Antônio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Laguna Carapã, Mundo Novo, Naviraí, Paranhos, Ponta Porá, Sete Quedas e Tacuru.

² Tal projeto é coordenado pela Profª Drª Silvana de Abreu e conta com a participação do Prof. Dr. Adáuto de Oliveira Souza, da FCH/UFGD.

Luz Para Todos como política pública de desenvolvimento nos assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul.

O ingresso no Mestrado se deu no ano de 2008, com o intuito de desenvolver a pesquisa intitulada **O Programa Luz Para Todos como Política Pública de Desenvolvimento nos Assentamentos Rurais de Mato Grosso do Sul**.

No primeiro ano, os esforços foram concentrados no cumprimento dos créditos e embasamentos teórico a fim de propiciar uma melhor contextualização teórica sobre o tema. Além das discussões em sala de aula, que contribuíram de forma incisiva na escolha do tema do tema proposto, levantamos documentos junto a órgãos como o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), a AGRAER (Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural), o MME (Ministério de Minas e Energia), a Eletrosul (Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A), que foram imprescindíveis para a realização de nossa pesquisa.

Terminado a fase de embasamento teórico e levantamento de dados, o primeiro desafio a ser superado consistia em garantir financiamento para realização dessa pesquisa que demandaria uma quantidade significativa de recursos para o deslocamento até os assentamentos. Assim, além de uma bolsa da FUNDCET (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul), que permitiu minha dedicação exclusiva à pesquisa, posteriormente participamos do edital denominado PAPOS (FUNDECT) e, como resultado, fomos contemplados com recursos que foram fundamentais para a realização das entrevistas junto aos agentes governamentais e aos assentados, público alvo do Programa Luz Para Todos.

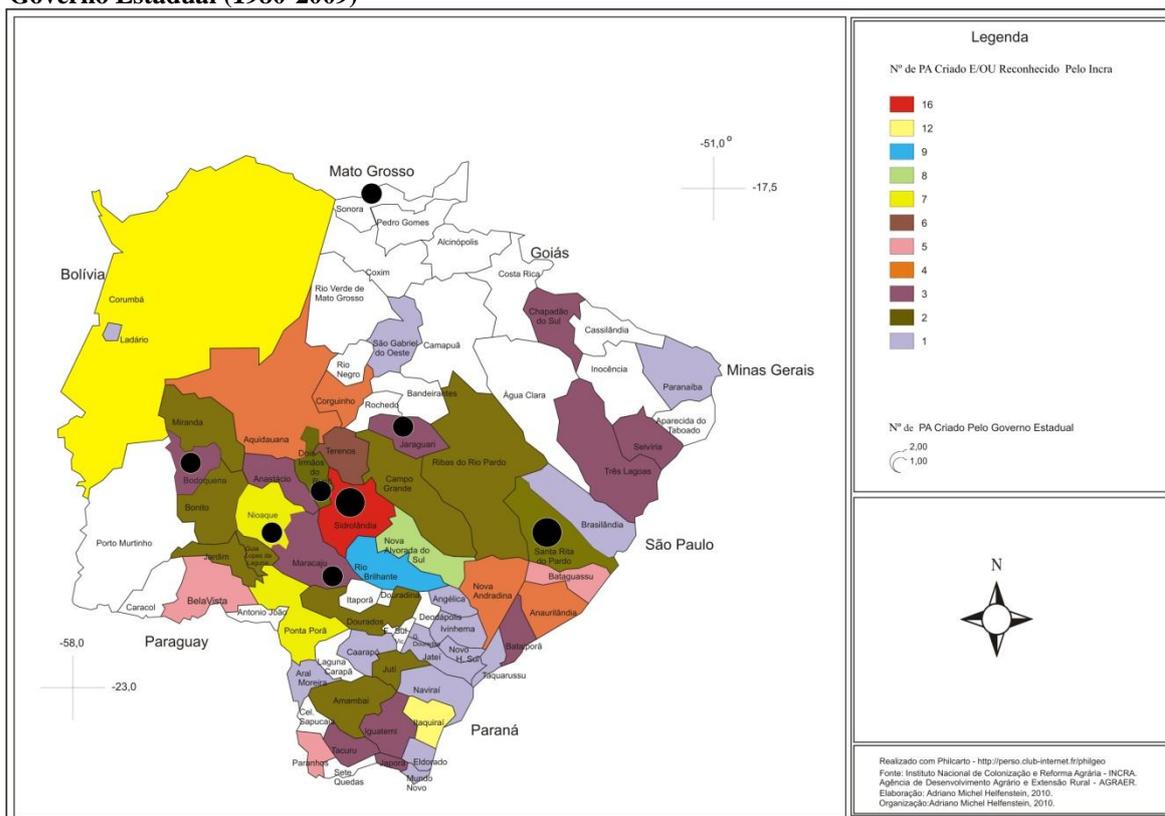
O levantamento de dados realizado nos revelou algumas especificidades na composição dos assentamentos rurais no Estado. De acordo com dados obtidos junto ao INCRA, o número de assentamentos rurais do de Mato Grosso do Sul, implantados e/ou reconhecidos por esse órgão corresponde a 173 assentamentos rurais. (Figura 1).

Contudo, identificamos ainda a existência de assentamentos rurais implantados por meio do governo estadual.

Na AGRAER, bem como no INCRA, conseguimos prontamente os dados solicitados. Para a AGRAER, atualmente existem 10 assentamentos rurais criados pelo Estado de Mato Grosso do Sul. (Cartograma 1) ³

³ As figuras 1, 2,3 e 4 apresentadas nesta introdução são cartogramas e servem meramente como ilustração.

Cartograma 1: Assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul criados pelo INCRA e/ou pelo Governo Estadual (1980-2009)

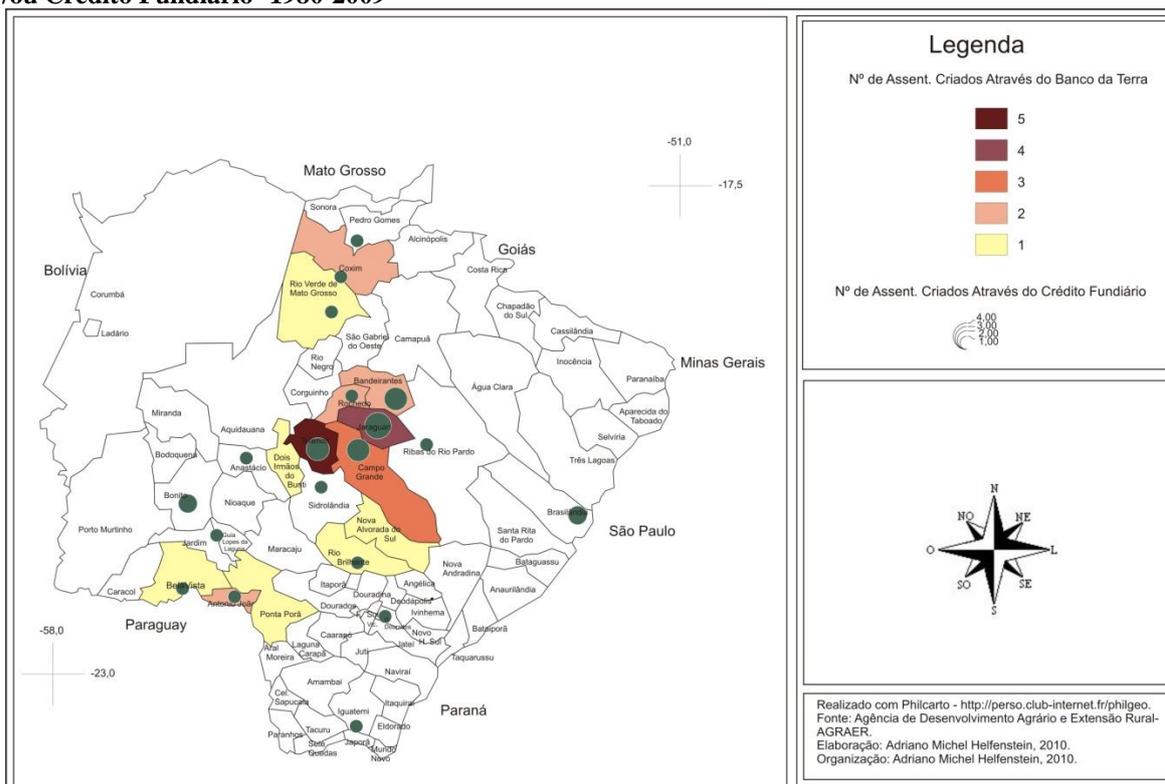


Dados da AGRAER nos revelaram também uma nova realidade, pois além dos 10 assentamentos criados pelos governos no Mato Grosso do Sul, existem ainda os assentamentos criados com base na idéia de Reforma Agrária de Mercado⁴, através do Banco da Terra e do Crédito Fundiário⁵. Essa modalidade de assentamento contabiliza 47 assentamentos em todo o estado de Mato Grosso do Sul. (Cartograma 2)

⁴ Sobre reforma Agrária de Mercado ver: Gonçalves & Fernandes. Análise e mapeamento dos tipos de assentamentos de reforma agrária de mercado no Brasil: contribuição para a compreensão da diversidade e a da reforma agrária brasileira. In: http://egal2009.easypanners.info/area06/6305_Goncalves_Elienai.pdf acessado em: 10/03/2010.

⁵ O Fundo de Terras e da Reforma Agrária ou Banco da Terra foi criado através da Lei Complementar 93/98, no governo de FHC. O Banco da Terra teve suas atividades suspensas no início de 2003, quando Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006) tomou posse como presidente da República. No entanto, um programa semelhante, agora intitulado Crédito Fundiário, ganhou notoriedade. O novo programa de Crédito Fundiário traz muitas semelhanças com o Banco da Terra, dentre elas: o prazo do financiamento, que também é de 20 anos, com três anos de carência, o limite de crédito de 40 mil reais, a propriedade continua sendo garantida, o público a quem se destina (exceto que não especifica que os participantes de ocupação ilegal estejam excluídos do programa), entre outras. Mas o que mais chama atenção são as diferenças entre eles, a começar pela estrutura. Diferentemente do Banco da Terra, o Crédito Fundiário sustenta-se nos Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável em todos os níveis da Federação, o que elimina a necessidade de criar outras instâncias, que por sua formação já garante uma maior participação da sociedade. (CAMARGO, 2005, p.3-8).

Cartograma 2: Assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul, criados através do Banco da Terra e/ou Crédito Fundiário- 1980-2009



Assim, chegamos ao número de 230 assentamentos rurais no estado de Mato Grosso do Sul. A próxima etapa foi identificar, dentre esses números, os assentamentos que receberam energia elétrica proveniente do Programa Luz Para Todos. Para isso, contatamos o Presidente do Comitê Gestor Estadual, Celso Marlei, o qual em pesquisa anterior já havia nos concedido uma entrevista e obtivemos dele a resposta que, atualmente, as informações referentes ao Programa no estado só podiam ser liberadas pelos seus superiores. Assim, nos orientou a encaminhar aos mesmos, via email, um pedido com as informações necessárias que era especificamente a relação dos assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul, contempladas com o Programa. No dia 21/01/10, recebemos via email, da senhora Lucia Mitico Seo⁶, a relação solicitada.

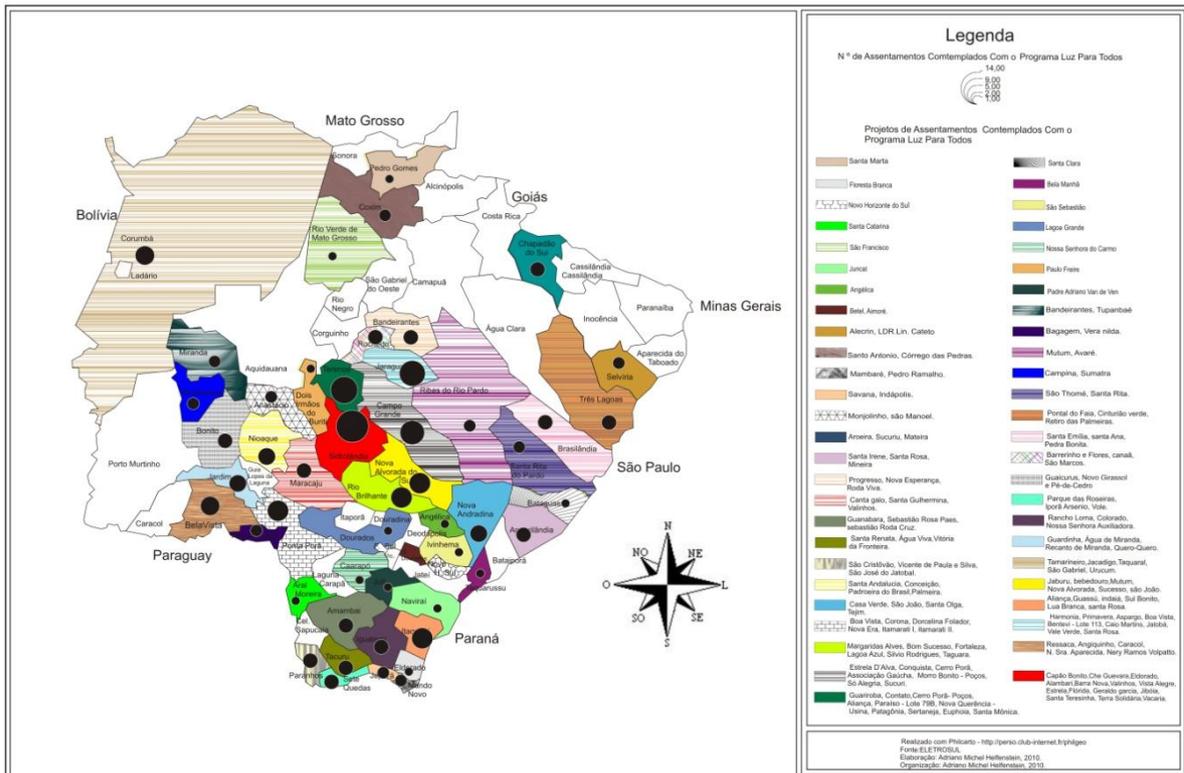
Dessa forma o mapa dos assentamentos contemplados com o Programa Luz Para Todos tem como base os dados fornecidos via email, pela Eletrosul, no dia 21/01/2010, assim nosso recorte de análise considera apenas os assentamentos contemplados com o Programa até essa data.

Tendo em vista o grande número de assentamentos rurais contemplados com o Programa Luz Para Todos em Mato Grosso do Sul- 161 (cartograma 3), e também devido

⁶ Assessoria de comunicação do Programa Luz Para Todos – Ministério de Minas e Energia.

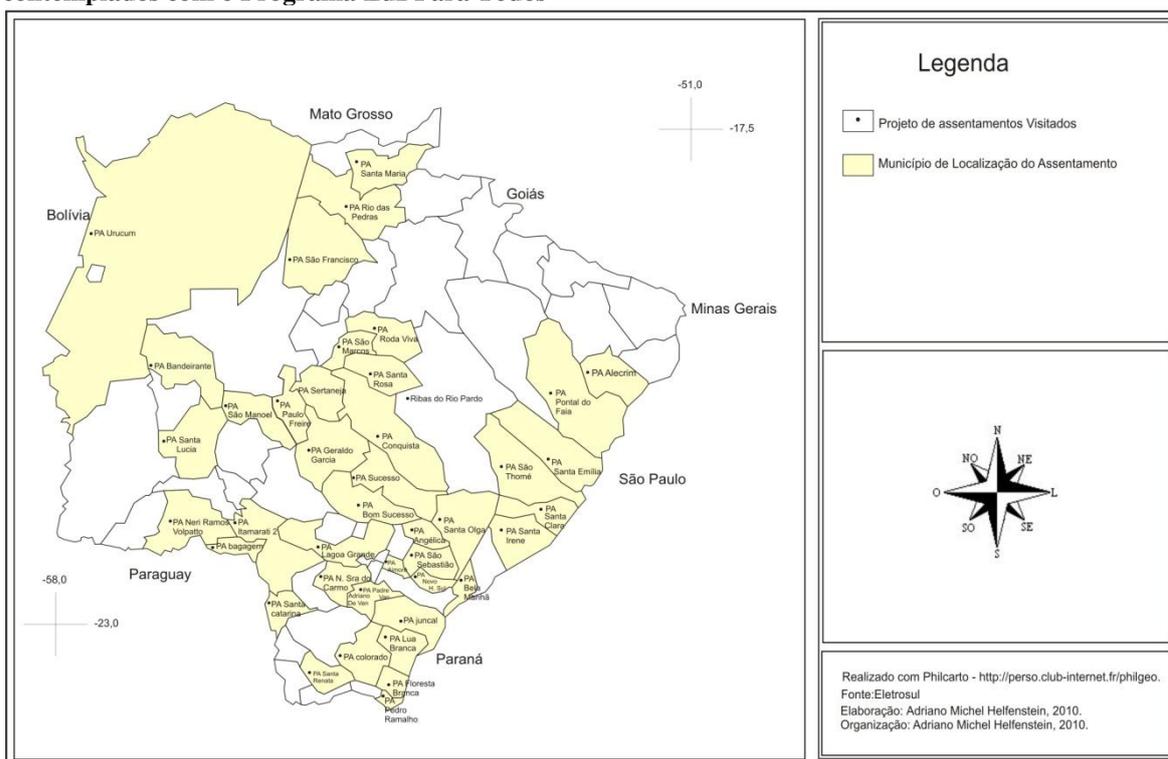
à parte desses assentamentos contemplarem apenas poços, ou 1 a 2 lotes, o que dificultaria nosso acesso a esses locais, delimitamos como recorte de análise apenas 1 assentamento por município, o que nos levaria a um número de 48 assentamentos a serem pesquisados.

Cartograma 3: Assentamentos rurais contemplados com o Programa Luz Para Todos em Mato Grosso do Sul- 11/2003 a 21/01/2010



Entretanto, devido a problemas encontrados durante a realização das entrevistas, de ordem econômica, mas principalmente, por as, ter ocorrido simultaneamente a período de intensa precipitação no estado, foram inviabilizadas a ida a 6 dos 47, assentamentos delimitados. Chegando assim à realização de 41 entrevistas, em 41 assentamentos rurais, contemplados com o referido Programa (cartograma 4).

Cartograma 4: Trabalho de campo realizado nos assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul contemplados com o Programa Luz Para Todos



Os 41 assentados entrevistados foram escolhidos, a princípio, por terem acompanhado o processo de implantação da energia nos assentamentos. Entretanto, devido a nossas visitas não serem agendadas com antecedência, o que nem sempre nos permitiu encontrar um representante no assentamento, das 41 entrevistas, 20 foram realizadas com pessoas que, apesar de não terem acompanhado o processo de implantação da energia, se disponibilizaram a nos fornecer os dados necessários a nossa pesquisa, o que em nosso entender, não compromete a análise, uma vez que todas as pessoas entrevistadas foram beneficiadas com o referido Programa.

Para realizar as entrevistas com o público alvo (assentados), definimos cinco rotas que nos proporcionaria traçar um caminho que permitisse realizar o maior número de entrevistas possíveis. Na primeira rota percorremos 3.421 km, entrevistamos assentados nas cidades de Glória de Dourados, Novo Horizonte do Sul, Angélica, Taquarussu, Anaurilândia, Bataguassu, Brasilândia, Três Lagoas, Selvíria, Santa Rita do Pardo, Campo Grande, Jaraguari, Rochedo, Bandeirantes, Rio Verde, Coxim, Pedro Gomes, Nova Alvorada do Sul, Rio Brillhante e Dourados. Não foi possível a entrevista em Ribas do Rio Pardo, devido à péssima condição da estrada que dá acesso aos assentamentos. Tentamos contato por telefone com representantes do assentamento, mas não obtivemos êxito.

Posteriormente, visitamos assentamentos em Caarapó e Juti. Nessa rota percorremos 194 km. Na terceira rota percorremos assentamentos nas cidades de, Sidrolândia, Terenos, Dois Irmãos do Buriti, Anastácio, Miranda, Corumbá, e Bodoquena e Bonito, percorrendo 1.465 km. Nos municípios de Nioaque, Jardim e Maracaju, devido a problemas de transporte, as entrevistas não puderam ser realizadas.

A última rota, de 494 Km, foi formada pelas visitas aos assentamentos de Antonio João e Bela Vista. Ao fim, percorremos 5.274 km para realização das entrevistas.

Somamos a essas entrevistas, o campo realizado no ano de 2007, nos 9 assentamentos da Região Sul – Fronteira, nos municípios de Ponta Porã, Aral Moreira, Amambai, Iguatemi, Tacuru, Mundo Novo, Eldorado, Itaquiraí e Naviraí. Por estar fora da rota foram inviabilizadas as entrevistas nos assentamentos localizados nos municípios de Sete Quedas e Japorã.

Essas entrevistas nos possibilitaram ter contato com a realidade dos assentamentos após a chegada da energia elétrica e constatar alguns problemas na operacionalização do Programa, algo que não identificamos durante as entrevistas com os representantes governamentais. Os assentados contribuíram com nossa pesquisa de forma incisiva, principalmente no sentido de apontar as falhas que precisam e devem ser corrigidas. A primeira e mais citada foi o preço cobrado nas contas, citado por 75,06% dos assentados entrevistados. O segundo problema constatado foi a queda da energia devido ao uso de aparelhos que precisam de grande voltagem para funcionar. Esse apontamento foi feito por 58,53% dos assentados. Já o tempo de espera, foi apontado por 9,7% dos assentados, e na maioria dos casos se deve à ausência de casa construída no lote, exigência do Programa para que se realize a ligação da rede de energia do assentado.

Terminada a fase de entrevistas, passamos a analisar os dados colhidos, as falas e concepções encontradas para construir nossa análise.

Analisamos, também, documentos produzidos pela Secretaria de Estado de Planejamento, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (SEPLANCT/MS), Ministério de Minas e Energia (MME), Ministério do Planejamento (MPOG), que é o órgão governamental responsável pela elaboração do Plano Plurianual de Investimentos (PPA), Secretaria de Estado de Infra-Estrutura de Mato Grosso do Sul (SEINFRA/MS), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, e Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – AGRAER, ELETROSUL (Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, os quais contribuíram de maneira incisiva para a construção dessa dissertação.

Deste modo, com base nos dados levantados, bem como na análise realizada, estruturamos esta dissertação em três capítulos.

Assim, no primeiro capítulo, fazemos uma análise do Programa Luz Para Todos como uma política governamental de universalização de energia para, entre outras coisas, combater as disparidades regionais brasileiras através da inclusão a serviços sociais básicos decorrentes da chegada da energia elétrica. Analisamos a ideia construída em torno do conceito de desenvolvimento como objetivo a ser alcançado e conseqüentemente a diminuição das disparidades entre as regiões. O planejamento aparece na análise como ferramenta indispensável a uma racionalização do espaço a fim de imprimir uma lógica de funcionamento na qual fica clara a intencionalidade de programar as políticas para alcance do mercado. Como consequência dessa análise, contribuímos para pensar as chamadas políticas públicas e seus diferentes papéis, diante de um Estado que é formado por diferentes interesses de classes e frações de classes hegemônicas ou não, que precisam “se sentir” representadas por essa materialização de poderes conflitantes.

No segundo capítulo, refletimos sobre os processos contraditórios que caracterizam o modelo de produção capitalista, e que se refletem na formação fundiária do estado de Mato Grosso do Sul, que tem nos assentamentos rurais o significado de contraproposta ao modelo hegemônico, baseado na concentração de terras, tão expressiva no estado. Para tal, realizamos uma análise sobre a questão da terra e da política no estado, a qual privilegia as grandes propriedades com políticas voltadas a implementar o chamado agronegócio que, sobre a ótica de mercado, é considerada uma agricultura “moderna”, mas que ao mesmo tempo reproduz políticas voltadas para atender a pequena propriedade. Também trazemos uma compreensão do atual estágio dos assentamentos rurais e o papel que o Programa Luz Para Todos têm nessa lógica, que considera a importância da Energia elétrica como infra-estrutura básica para o crescimento econômico dos assentamentos e conseqüentemente do Brasil.

No terceiro Capítulo apresentamos uma análise da materialização do Programa Luz Para Todos nos Assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul, sua contribuição enquanto estratégia de desenvolvimento econômico para o estado, bem como para o viver-produzir dos assentados. Apontamos também alguns problemas encontrados em nossa pesquisa relacionados à operacionalidade do Programa, principalmente no que se refere ao preço cobrado pelo uso da energia, a qualidade da potência, e ao funcionamento do Comitê Gestor do Programa no estado.

Em síntese, procuramos compreender o Programa Luz Para Todos enquanto

política governamental de desenvolvimento econômico e social no estado de Mato Grosso do Sul, e seu papel nos assentamentos rurais do estado. Com base nos dados levantados no interior dessa pesquisa, em especial nas entrevistas realizadas com moradores dos assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul, constatamos que em grande parte dos assentamentos visitados a produção foi viabilizada. Entretanto, entendemos que esse quadro pode alcançar maiores resultados se forem implementadas no estado, assim como no restante do país, reformas essenciais para corrigir algumas inconsistências que interferem na realização de mudanças mais profundas na estrutura da sociedade brasileira.

Dentro dessa perspectiva, a política governamental de universalização da energia elétrica denominada Programa Luz Para Todos, ocupa papel fundamental, tendo em vista que ao mesmo tempo em que promove desenvolvimento econômico, ao inserir a produção dos assentados no mercado, promove o desenvolvimento social, através de medidas que visam sanar as mazelas originárias do sistema de produção vigente.

CAPÍTULO I
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
E INCLUSÃO SOCIAL: O
PROGRAMA LUZ PARA TODOS
COMO POLÍTICA
GOVERNAMENTAL

1.1- A energia elétrica como política de desenvolvimento e desconcentração regional.

Tendo em vista o histórico de construção do Estado Nação brasileiro e a forma como se inseriu dentro de um contexto capitalista mundial que imprimiu lógicas distintas aos diferentes territórios do planeta, utilizamos da teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky (2007) que nos permite entender que ao mesmo tempo em que o capital reproduziu relações que por essência criou dominantes e dominados, essas relações se materializaram em diferentes níveis de territorialização do capital e a adoção de parâmetros e medidas que classificam as diferentes sociedades que compõe o Brasil em “moderno” e “atrasado”, assim a classificação pode ocorrer sob a ótica de várias escalas correlacionadas, porém aqui nos atentaremos em especial a regional.

A diferença social entre as regiões brasileiras, como podemos verificar (tabela 1) pelo IDH⁷ do Brasil, é significativa e se torna relevante para essa pesquisa uma vez que essa realidade vem sendo alvo de tentativas de intervenções de governos, que visam dar melhor condição de vida às diferentes populações existentes no Brasil.

Tabela 1 - Índice de desenvolvimento humano do Brasil e suas regiões:

| | 2005 | 2006 | 2007 |
|---------------------|-------------|-------------|-------------|
| BRASIL | 0,794 | 0,803 | 0,816 |
| SUL | 0,829 | 0,837 | 0,850 |
| SUDESTE | 0,824 | 0,835 | 0,847 |
| CENTRO-OESTE | 0,815 | 0,824 | 0,838 |
| NORTE | 0,764 | 0,772 | 0,786 |
| NORDESTE | 0,720 | 0,733 | 0,749 |

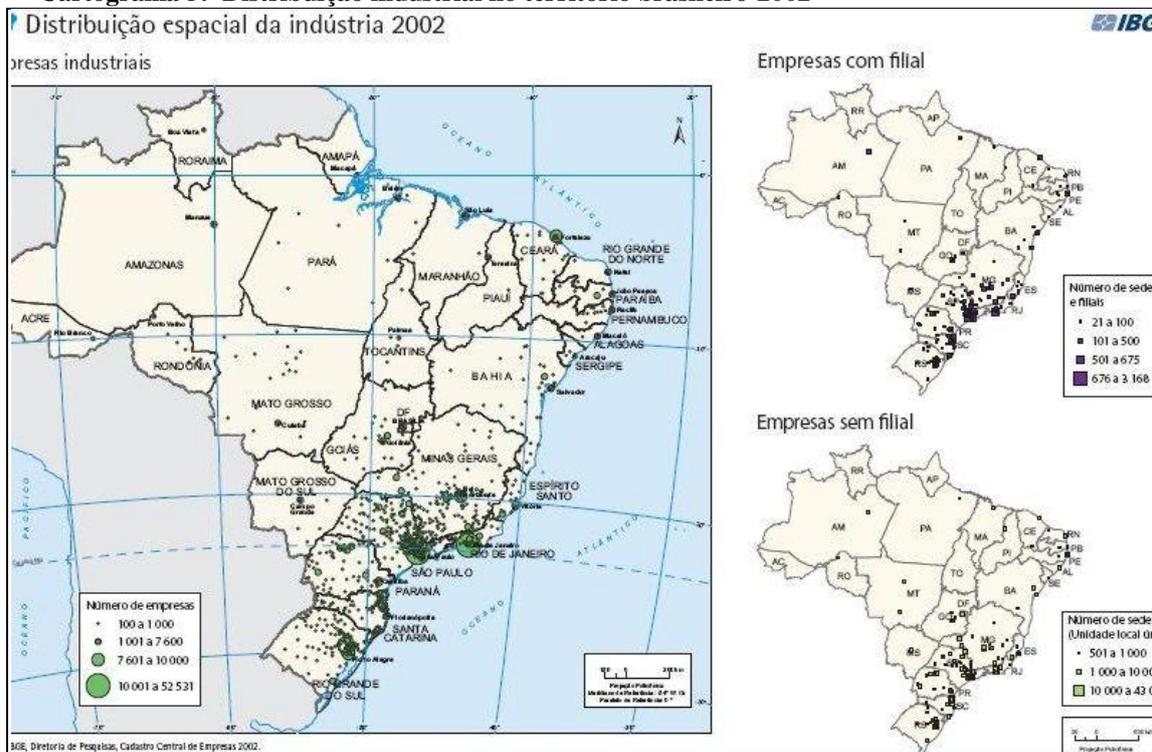
FONTE: PNUD (1991/2005) e Banco Central (2006/2007). Disponível em: www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2009/.../br200901b3p.pdf, acessado em 15/02/2010

Ao analisar tais diferenças sociais entre as regiões brasileiras, podemos apontar como uma das causas dessas diferenças a concentração e o crescimento econômico, pautados pela industrialização, que se deu de forma mais intensa nas porções Sudeste e

⁷ O IDH, Índice de Desenvolvimento Humano, é formado por três componentes de mesmo peso: renda, longevidade e educação. A componente renda mensura a dimensão econômica do desenvolvimento humano, sendo aferida pelo PIB *per capita* corrigido pelo poder de compra da moeda de cada região. Para a componente longevidade, utiliza-se como parâmetro a expectativa de vida dos indivíduos ao nascer, enquanto, para o componente educação, são utilizados os índices de analfabetismo e da taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. O cálculo do IDH é obtido pela média aritmética simples dos três componentes, que, previamente normalizados, passam a ser compreendidos no intervalo de zero a um. Quanto mais próximo o índice se situar do limite superior, maior o desenvolvimento humano na região. In: Boletim Regional do Banco Central do Brasil, janeiro 2009. Disponível em: www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2009/.../br200901b3p.pdf.

Sul do Brasil, fruto de processos históricos de ocupação do território⁸ e de intervenções do Estado, que deram fluidez ao capital nessas Regiões e imprimiram às suas populações condições sociais diferenciadas sob o ponto de vista do mercado e do acesso a bens e serviços mais favoráveis, situação que dura até os dias atuais, como demonstra a figura a seguir.

Cartograma 5: Distribuição industrial no território brasileiro-2002



FONTE 1: http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/atlasescolar/mapas_pdf/brasil_distribuicao_industrias.pdf , acesso em 04 ago 2009.

O fato é que a concentração das empresas industriais é fator de concentração populacional, de serviços, de infra-estrutura, de tecnologia, de diversificação profissional, de educação e formação profissional, condição que coloca parte significativa do território em situação de exclusão de acesso à internet, e também de serviços básicos como esgoto, água tratada e energia elétrica.

Dados governamentais do ano 2000 revelaram que as famílias sem acesso à energia elétrica estavam localizadas nas regiões com menor índice de desenvolvimento humano e nas famílias de baixa renda, as quais teriam renda inferior a três salários mínimos, sendo que dessas 80% residiam no meio rural. A utilização da energia elétrica como ferramenta para gerar desenvolvimento já fazia parte do discurso dos governos

⁸ Nosso entendimento sobre território corrobora com Raffestin (1993, p.144), que o define como “um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder”.

militares nos anos 1970. Durante essa época foram muitos os projetos elaborados com intuito de implementar a infra-estrutura capaz de desenvolver as regiões. No então Mato Grosso, essas intervenções resultaram na criação de alguns programas, como, por exemplo, o PRODEGRAN, Programa Especial de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados, analisado por Abreu (2001, p. 173) que aponta seus objetivos e metas.

Fortalecer as atividades produtivas da Região e a vocação regional para a exportação de produtos agrícolas e agroindustriais. Nesse sentido, apareciam algumas proposições como: incentivar o aumento da produtividade; utilizar práticas conservacionistas; de maior tecnificação e modernização das práticas de comercialização; introduzir novas culturas; promover o combate a erosão urbana; e intensificar a infra-estrutura capaz de potencializar essas realizações.

Sob a perspectiva do PRODEGRAN, Abreu (2001, p. 176) demonstra a importância da energia elétrica para o desenvolvimento da Região Centro-Oeste.

A problemática da energia elétrica foi apontada pelos técnicos e ex-funcionários da SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste) como o setor prioritário do Programa. Isso porque, do ponto de vista da incorporação das tecnologias propostas para a agricultura, bem como para a agroindustrialização, a ampliação da distribuição de energia seria fundamental, inclusive no meio rural.

A superação desse cenário vem sendo, desde os anos 1970, um dos principais motivadores da implantação de políticas governamentais que visaram e visam desconcentrar áreas com grande concentração populacional a fim de racionalizar os investimentos e distribuir renda. A esse respeito, recorremos a Souza (2002, p. 17) que aponta a criação de instrumentos (normativos, creditícios, fiscais) que tenham por finalidade criar políticas de novas localizações industriais.

No Brasil, pode-se constatar historicamente, e com maiores incidências na segunda metade da década de 1960 e na década de 1970, um elevado número de documentos oficiais concebendo a localização industrial planejada como instrumento eficaz na correção de desigualdades regionais de crescimento e do conseqüente estabelecimento de um maior equilíbrio econômico e espacial entre as diferentes regiões, assim como intra-regionalmente. Nesse contexto, outorga-se crucial importância à necessidade de uma desconcentração das atividades econômicas, sobretudo industriais (principalmente a partir da Região Metropolitana de São Paulo).

Para Abreu (2001, p.286-287):

O processo de integração do território nacional pós-64, como um projeto geopolítico visando adequar a estrutura territorial do país ao projeto de industrialização e valorização do capital em curso nos anos 70, principalmente através do vetor científico-tecnológico, entra nos anos 90 em crise, assumindo, justamente, como afirmou o autor, discursos da globalização e de quebra de fronteiras.

No entanto, mesmo sob novos discursos como os demonstrados por Abreu (2001) e Souza (2002), a racionalidade que sustenta essas políticas se baseava na ideia de Delfim Neto, expressa na frase “aumentar o bolo, para depois dividir⁹”, que seria a fórmula para diminuir o abismo entre classes, e isso também se colocava entre as regiões. Era preciso permitir o crescimento da renda nacional, condição fundamental para que a distribuição ocorresse. Para tais transformações, seria necessária a adoção de um novo tipo de desenvolvimento, que segundo Neto (1966, p.11) resumiria suas ações em duas proposições básicas, são elas:

- 1) a maximização da taxa de desenvolvimento econômico do país, com uma extensão tão rápida quanto seja possível dos benefícios de tal desenvolvimento a todos os cidadãos;
- 2) uma descentralização do poder político que torne possível a todos os cidadãos desfrutar, livremente, desses benefícios.

Tal situação/condição é, portanto, um discurso recorrente, seja no dizer de intelectuais, como é o caso de Delfim Neto, e Roberto Campos, seja no dizer de governantes, como é o caso mais recentemente de Fernando Henrique Cardoso e até de Luiz Inácio Lula da Silva, mas é, fundamentalmente, base discursiva da imprensa e de homens e mulheres, independentemente de classe social. Há uma máxima que se explica pela compreensão formal dominante, qual seja, analisar o desenvolvimento a partir do crescimento econômico. De acordo com Neto (1966, p. 12), a primeira crítica que deve ser feita refere-se à simplificação com que os economistas têm apresentado o processo de desenvolvimento econômico, restringindo a um aumento persistente do produto nacional líquido *per capita*, fazendo com que muitas pessoas correlacionem o desenvolvimento econômico a um fenômeno puramente quantitativo. Nesse sentido concordamos com o autor que pondera:

O processo de desenvolvimento econômico se realiza, basicamente por meio de modificações qualitativas; por modificações que alteram não apenas a estrutura do sistema econômico, mas também os valores básicos e as formas de comportamento das sociedades tradicionais. O processo de desenvolvimento consiste nessa alteração da estrutura e nesta modificação das formas de comportamento e não no aumento da renda *per capita*. Este último fenômeno é apenas o resultado do processo de desenvolvimento e não o próprio processo.

Encontramos na análise de Buarque (1993, p.56) as origens e composições do desenvolvimento elaborado nos países ricos e adotada nos países pobres:

O sistema industrial que se instala, a cultura urbana, os padrões de

⁹ Sobre a expressão “aumentar o bolo e depois dividir”, ver Neto (1966).

consumo, as exigências em capital e recursos naturais vinham conforme os padrões existentes na Europa e nos Estados Unidos, depois de séculos de elaboração.

A expectativa era a de criar condições para que houvesse crescimento econômico, pois a distribuição passava necessariamente pela geração de emprego e renda.

Tal situação justificava, por exemplo, a “guerra fiscal” entre estados da federação e municípios, bem como investimentos públicos em infra-estrutura para que o capital pudesse realizar total ou parcialmente etapas de seu processo de acumulação. Nesse sentido, o planejamento tem sido um aliado importante, levantando dados, fomentando estudos e apresentando planos e programas que têm como objetivo encadear a geração de renda e promover o crescimento econômico – “do bolo”.

Nessa lógica, no estado de Mato Grosso do Sul, os diferentes governos que vem se revezando (com menos ou mais qualidade) realizam estudos para reunir dados que sirvam de apoio à criação de políticas governamentais específicas para atender internamente as regiões nos estados, assim como para a Região Centro-Oeste, que é um referencial macrorregional no contexto nacional. Trata-se de refletir sobre a Região e seus significados no sentido da política e do território, o que envolve, necessariamente, relações de poder. É nesse sentido que Lencioni (2003, p.198) constrói sua interpretação acerca do conceito de Região. Como demonstra a autora,

(...) a palavra “região” assume caráter ideológico à medida que se torna referência para a construção de mistificações geográficas, sendo por isso um instrumento de manipulação política. A palavra “região” tem, ainda, um sentido afetivo vinculado ao sentimento das pessoas de pertencerem a um determinado lugar.

Assim, regionalizar pode ter como intenção a construção de uma homogeneização de territórios para imprimir uma racionalidade que na verdade reflete o funcionamento de uma série de relações que garantam o pleno funcionamento da produção e circulação de mercadorias, como é o caso do significado empreendido ao conceito nos dias atuais.

Nesse sentido, concordamos com Corrêa (1987, p. 47) quanto ao caráter estratégico para os interesses do capital, inserido no conceito de Região:

O conceito de Região tem sido largamente empregado para fins de ação e controle. Mais precisamente, no decorrer da prática política e econômica de uma sociedade de classes, que por sua própria natureza implica a existência de formas diversas de controle exercido pela classe dominante utilizando-se o conceito de diferenciação de área e as subsequentes divisões regionais, visando ação e controle sobre territórios militarmente conquistados ou sob a dependência político-

administrativa e econômica de uma classe dominante.

Dessa forma, apesar de compreender que são vários os fatores que compõem a formação/definição de uma determinada Região, é evidente que a idéia de Região aqui expressa é reflexo de um conjunto de relações sociais advindas da maneira como a sociedade se organiza para produzir.

No caso específico da Região Centro-Oeste, acreditamos, como Goldenstein & Seabra (1989, p.62), que ela se coloca como Região no contexto das políticas de intervenção dos anos setenta, dentro do discurso de integração nacional, que foi amplamente valorizada como política do governo militar, pautada no planejamento governamental durante todo o período, mas que já se consolidara como prática desde os anos 50, com Getulio Vargas e Juscelino Kubitschek.

Para além da racionalidade/planejamento nas ações e controle apresentada por Correa (1987), esse processo significou a alteração da inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho, que tinha um papel estratégico na produção de produtos *in natura*, pela incorporação das plantas industriais já obsoletas em países da Europa e dos Estados Unidos e que passariam a compor o crescimento econômico e o projeto de industrialização no Brasil. Nesse sentido, a racionalidade tem um papel importante porque aparece como razão, indicação de ações e organizando os investimentos a serem priorizados. Abreu (2001, 105-106), ao analisar as estratégias de implantação da SUDECO no espaço Mato-Grossense, aponta que:

Além de indicar caminho para o capital privado reproduzir-se e ampliar-se, o planejamento apontaria os investimentos que o poder público deveria fazer, amparado pelo ideário da necessidade de racionalidade para as ações - o que faz-se presente em todas as propostas implementadas.

Nos anos 1980, o planejamento de governo caiu em “desgraça”. Nas últimas décadas do século XX, a depreciação da moeda em decorrência da forte inflação fragilizava as ações e realizações planejadas e no final dos anos 90 há um movimento de crise do papel do Estado¹⁰ e do próprio planejamento governamental consolidado em nome da “mão invisível” do mercado. Como salienta Araújo (2000, p. 16):

No Brasil dos anos 90 tende-se a romper o padrão dominante nas décadas anteriores, em que a prioridade era dada a montagem de uma base econômica que operava essencialmente em território nacional – embora fortemente penetrada por agentes econômicos transnacionais – e que ia lentamente desconcentrando atividades para espaços periféricos do país. O Estado nacional desempenhava papel ativo nesse processo,

¹⁰ Ver, Beker (1985), Ianni (1991), Goldenstein & Seabra (1982) e Sá (1986), entre outros.

tanto por suas políticas explicitamente regionais, como por suas políticas ditas de corte setorial-nacional, como pela ação de suas estatais, como se viu anteriormente.

Nos anos recentes, as decisões dominantes tendem a ser as do setor privado, dada a crise do Estado e as novas orientações governamentais, ao lado da evidente indefinição e atomização que têm marcado a política de desenvolvimento regional no Brasil. Embora as tendências ainda sejam muito recentes, estudos têm convergido e sinalizam, no mínimo, para a interrupção do movimento de desconcentração do desenvolvimento na direção das regiões menos desenvolvidas, enquanto há um esforço ao dinamismo dos espaços econômicos mais competitivos – como recomenda a opção pela prioridade a integração competitiva no mercado em globalização acelerada.

Assim, no entender da referida autora (2000, p. 15), nos anos 90 realizam-se profundas modificações na forma de atuação do Estado brasileiro, principalmente no que se refere aos agentes econômicos privados.

Nesse particular, o Estado, em suas diferentes esferas, transita para um contexto em que se verificam: sua menor presença no patrocínio do avanço das forças produtivas, adoção de novas formas de articulação e parceria uma menor importância das formas diretas de ação, uma tendência a descentralização e uma atuação voltada para a regulação de novas áreas.

Contudo, em meio à crise do Estado e do desemprego estrutural instalado em nível mundial e no Mato Grosso do Sul, que inclusive levou ao empobrecimento de parcela significativa da população de classe média, nesse estado da federação brasileira, a eleição de 1998 trouxe um governo de esquerda¹¹ ao eleger José Orcírio dos Santos, o Zeca do PT para o governo estadual. No caso em questão, contraditoriamente à política nacional do então presidente Fernando Henrique Cardoso, o Governo Estadual encaminhou um planejamento estratégico pautado no estabelecimento de regiões e de pólos de desenvolvimento.

Assim, em Mato Grosso do Sul, o governo de esquerda formulou políticas de desenvolvimento regional com bases diferentes. Como aponta Abreu (2008, p.124):

No Mato Grosso do Sul, foram retomadas propostas de políticas de desenvolvimento regional que se baseiam na consolidação de pólos de desenvolvimento, basicamente as mesmas já previstas na SUDECO, em que a base teórica era o desenvolvimentismo. É o que observamos no Programa de Desenvolvimento do Governador José Orcírio dos Santos – o Zeca do PT – em que foram consideradas: Três Lagoas, como pólo de diversificação Industrial, Campo Grande, pólo administrativo e industrial; Dourados como pólo agroindustrial e Corumbá como pólo turístico e siderúrgico.

Assim, em uma conjuntura de globalização, o governo de Mato Grosso do Sul

¹¹ Sobre a concepção de direita e esquerda ver Bobbio (1995).

utilizou-se da lógica regional para nortear as políticas do estado. Foi consolidado um documento intitulado Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável¹² que, de acordo com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul (1998-2006), se estruturava sobre as seguintes perspectivas:

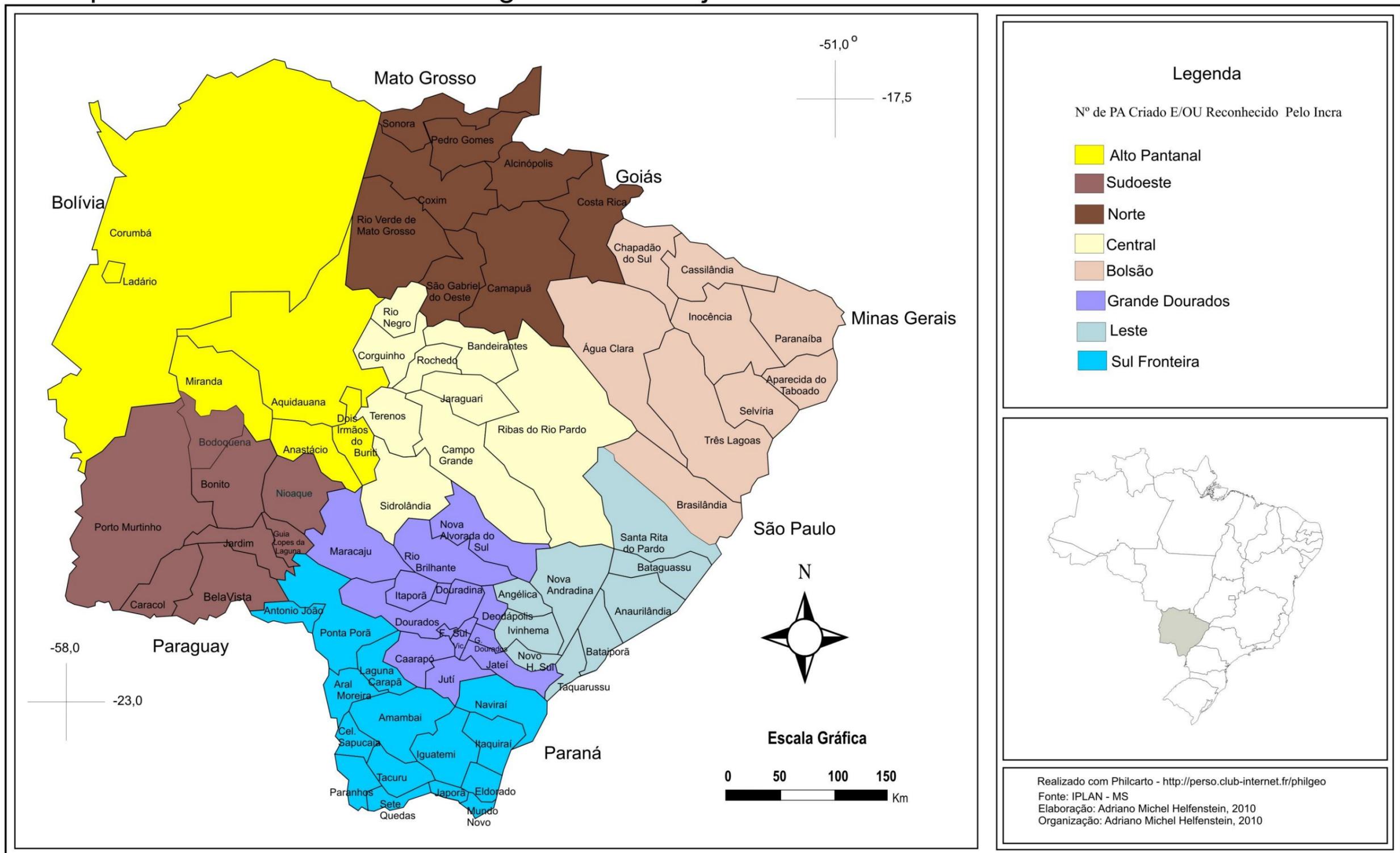
- 1) Caracterização da Região - Discussão da dimensão histórica, social, econômica, ambiental, política e institucional;
- 2) Problemas e Potencialidades - Definição dos principais problemas e potencialidades da Região;
- 3) Macrotendências Mundial, Nacional e Estadual - Descrição sistemática das tendências do contexto externo e análise das oportunidades e ameaças exógenas;
- 4) Visão de Futuro - Apresentação da "visão de futuro", desejada pela sociedade para a Região, e dos objetivos gerais e específicos, juntamente com suas metas;
- 5) Opções Estratégicas - As opções estratégicas, em seus eixos e prioridades, com o detalhamento dos programas e projetos, através da carteira de projetos prioritários e dos instrumentos (meios de financiamento e fonte);
- 6) Organização Institucional - o sistema de gestão dos Planos Regionais com a organização dos Conselhos Regional de Desenvolvimento Sustentável, órgãos responsáveis pela operacionalização do Plano¹³.

Sobre tais apontamentos, o governo dividiu o estado de Mato Grosso do Sul em oito Regiões (mapa 1).

¹² O Governo Popular de Mato Grosso do Sul, entenda-se governo Zeca do PT (1999-2006), criou através da Secretaria de Estado de Planejamento e de Ciência e Tecnologia (SEPLANCT), em 1999, ações em busca da criação de competência técnica em planejamento do desenvolvimento regional em cada um dos seus 77 municípios, incorporando os novos conceitos de desenvolvimento e técnicas de planejamento participativo. Da mesma forma, buscou capacitar profissionais e técnicos das prefeituras locais na metodologia e técnicas de planejamento regional sustentável, assessorar na montagem do sistema institucional de organização e representação da sociedade regional e contribuir para a implementação de um amplo processo de descentralização das ações e políticas públicas estaduais, com o fortalecimento das ações de âmbito regional. Desse processo surgiram os PLANOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE MATO GROSSO DO SUL, que dividiram o Estado de Mato Grosso do Sul, em 8 Regiões Estratégicas: Alto Pantanal, Sudoeste, Norte, Central, Bolsão, Grande Dourados, Leste, Sul-Fronteira. (SEPLANCT, 2002)

¹³ PLANOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE MATO GROSSO DO SUL – 2002.

Mapa 1 - Mato Grosso do Sul Regiões de Planejamento



É preciso dizer que esse documento/proposta significaria para o desenvolvimento de políticas de desenvolvimento, como se expressa, um avanço importante quando, por exemplo, apresenta as diferenças econômicas e culturais entre as Regiões do estado.

Porém, com a mudança de comando no Governo do Estado de Mato Grosso do Sul em 2006, o atual governador André Puccineli optou por acabar com a SEPLANT (Secretaria de Estado de Planejamento e de Ciência e Tecnologia), e adotar um tipo de planejamento diferente, sem a participação popular, marcada pelo velho conceito de desenvolvimento calcado nas premissas de otimização da produção de *commodities* e industrialização, com expressivos cortes de “gastos”, que se concentraram nos benefícios sociais.

Assim, podemos indicar que há uma padronização no objetivo buscado pelas políticas de um modo geral, o “desenvolvimento”, mas que possuem na forma como são planejadas diferenças que exprimem os anseios da classe a qual pertence o representante político.

Portanto, o desenvolvimento que foi adotado pelos países pobres como forma de sanar seus problemas, advindos como já dito nesse subitem principalmente da Europa e dos Estado Unidos, continua no século XXI a ser a ideologia mais difundida para justificar as políticas tanto de caráter econômico como social (essa discussão será abordada no subitem a seguir).

1.2 – Refletindo sobre o Desenvolvimento Regional e Geração de Renda

O “desenvolvimento” tão comum aos nossos ouvidos nos dias atuais e tão aclamado pelas plataformas políticas de candidatos de diferentes correntes ideológicas possui vários significados. De acordo com Castoriadis (1987, p. 140):

(...) o termo desenvolvimento começou a ser empregado quando se tornou evidente que o “progresso”, a expansão, o crescimento não eram virtualidades intrínsecas, inerentes a todas as sociedades humanas cuja efetivação (realização) se pudesse considerar como inevitável, mas propriedades específica – dotadas de um “valor positivo” – das sociedades ocidentais.

Concordamos com o autor e entendemos que há um significado hegemônico atrelado ao “desenvolvimento” e à maneira como passa a ser encarado dentro da sociedade capitalista de produção. A esse respeito, Goldenstein & Seabra (1982,p.21) afirmam:

Sob o capitalismo, o desenvolvimento das atividades econômicas não se dá de maneira uniforme entre seus diversos ramos e seus setores. Esse desenvolvimento desigual não é meramente fruto da reprodução de uma situação histórica presente nos primórdios da definição do modo de

produção capitalista. Resulta de determinações que interferem no processo de acumulação de capital e guardam aspectos ora mais especificamente econômicos ou político-econômicos. E ainda, de todas as formas de desigualdades que opõem exploradores e explorados, dominantes e dominados, e em particular, a burguesia e o proletariado.

Para que possamos refletir e até significar o desenvolvimento é necessário que tenhamos ciência das diferentes correntes que o interpretam. Para tal, nos reportaremos a Singer (1968, p.11), que aponta duas correntes de análise mais usuais: “1. as que identificam desenvolvimento como crescimento econômico e 2. as que distinguem desenvolvimento de crescimento”.

Para a corrente de pensadores que interpretam desenvolvimento como crescimento econômico, segundo o autor, ele é tido apenas como sinônimo de crescimento, fator que por si só caracterizaria o subdesenvolvimento. Dentro de tais premissas, os países subdesenvolvidos seriam aqueles que não “utilizam integralmente os fatores de produção de que dispõem ou, num sentido dinâmico, sua economia cresce menos do que poderia crescer”. A crítica feita a essa forma de pensar consiste no fato de que sobre o capitalismo que se tornou o sistema produtivo hegemônico, o desenvolvimento não acontece como já apontamos em todos os ramos da economia, gerando ao mesmo tempo riqueza e pobreza, fato presente inclusive nos países ditos “desenvolvidos”.

De acordo com Castoriadis (1987, p.136), a ideologia do desenvolvimento atrelada ao crescimento auto-sustentado, tão logo fora— introduzida, passou a receber críticas de todos os lados. Como pondera o autor:

O sistema social estabelecido começou a ser criticado não porque ele seria incapaz de assegurar o crescimento, nem porque distribuía desigualmente os “frutos do crescimento” – tradicionais críticas da esquerda – mas porque ele se preocupava apenas com o crescimento – um crescimento de tipo determinado, com um crescimento específico, que acarretava determinadas conseqüências humanas e sociais. Limitadas, no início, ao interior de um círculo bastante estreito de pensadores sociais e políticos heterodoxos, essas críticas vieram a difundir-se amplamente dentro de poucos anos.

Perroux (1970) aponta para a possibilidade de haver crescimento do produto real global em uma nação, por exemplo, sem que esta nação alcance o desenvolvimento. Em sua obra “O Capitalismo”, esta interpretação pode nos permitir avançar para uma melhor compreensão acerca do tema. Trata-se de um indicativo de Singer (1968), sobre um pensar existente no final dos anos 1960, na França, que destoava da ideia do produto interno bruto como sinônimo de desenvolvimento de um povo.

Podemos inserir na análise a luta de classes que compõe a formação da sociedade capitalista, na qual é possível demonstrar as formas diferenciadas de apropriação das riquezas naturais pelas diferentes classes.

No que se refere à diferenciação entre desenvolvimento e crescimento, nos apoiamos em Singer (1968, p.17):

O primeiro corolário da distinção entre desenvolvimento e crescimento é que o crescimento é visto como um processo de expansão quantitativa, mais comumente observável nos sistemas relativamente estáveis dos países industrializados, ao passo que o desenvolvimento é encarado como um processo de transformações qualitativas dos sistemas econômicos prevalentes nos países subdesenvolvidos. Segue-se o reconhecimento da diferença de natureza (e não de grau) entre os sistemas econômicos destes dois tipos de países. O desenvolvimento é o processo de passagem de um sistema a outro.

O desenvolvimento sob a lógica de produção capitalista¹⁴ menospreza as mais diversas formas de organização da vida dos que não têm como prioridade o lucro e a riqueza.

Sader (2005, p. 17), ao analisar os motivos que propiciam o surgimento de discursos hegemônicos, elucida que “(...) o conceito de hegemonia ganha todo seu significado quando não se reduz a dominação militar ou à superioridade econômica, mas articula um conjunto de fatores que levam uma potência a ser dominante e dirigente”.

Uma situação emblemática foi a chamada Guerra Fria, que colocou em lados opostos duas formas de organização social, ao leste a União Soviética e sua tentativa de construção de um mundo socialista real que nascera sob regimes ditatoriais e de outro lado o sonho americano, que se configura por aclamar um sistema em que, o poder passa pela capacidade de acumular, concentrar e expandir.

A reconstrução da Europa pós-guerra foi a oportunidade de um novo processo expansionista para o capital norte-americano, que acabaria se consolidando nas décadas seguintes. Propagandas se dedicaram a contemplar as dádivas da sociedade do consumo e a demonizar as idéias socialistas. Diante da derrocada socialista no final do século passado e a globalização do capital, salvo raras exceções, o mundo experimentaria as conseqüências de uma produção de mercado globalizada. Ocorre uma desconcentração geográfica da indústria, conseqüentemente para países de terceiro mundo, provocada, na opinião de

¹⁴ Sob o capitalismo o desenvolvimento das atividades econômicas não se dá de maneira uniforme entre os diversos ramos e seus setores. (...) Resulta de determinações que interferem no processo de acumulação de capital e guardam aspectos ora mais especificamente técnicos, ora mais especificamente econômicos ou político-econômicos. E ainda de todas as formas de desigualdade que opõe exploradores e explorados, dominantes e dominados, e, em particular, a burguesia e o proletariado. Goldenstein & Seabra (1989, p. 45).

Magnoli (1993, p.49), pela presença de vantagens comparativas. No entender do autor,

(...) principalmente o baixo custo da força de trabalho e a formação de mercados internos consumidores de bens duráveis nesses países constituíam atrativos para os investimentos diretos dos capitais transnacionais.

Não demorou para que os países socialistas e mesmo os que eram capitalistas, mas que não tinham papel hegemônico na produção global conhecessem a outra faceta do sistema capitalista. Os anos 1990 e o início do século XXI significaram um movimento de retaliação ao Estado e ao seu papel, assim como se estabeleceu o debate sobre a necessária consolidação dos blocos, das regiões e o conseqüente enfraquecimento do Estado-Nação. Uma vitória das “Firmas”, que no contexto da globalização são responsáveis pela definição dos territórios. O consenso de Washington, do qual o então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) participou e também colaborou, foi o grande mentor ideológico com indicativos de políticas neoliberais para os países em desenvolvimento e/ou para os países pobres.

Contudo, a “mão invisível do mercado”, se pretendia produzir a riqueza, e de fato conseguiu, também produziu miséria, que cresceu a passos largos, junto com a concentração e o expansionismo de grupos econômicos do capital financeiro e industrial.

Fato contínuo, o desemprego atingiu também as grandes economias do capitalismo mundial e apresentou anomalias, com o fortalecimento de economias não convencionadas como importantes, como foi o caso dos chamados “Tigres asiáticos”, especialmente a China. Certamente, devemos estabelecer aqui uma relação direta entre a crise de investimento do Estado-Nação, nos anos 1980, frente ao endividamento com o FMI a que foram submetidos países como o Brasil, e a incorporação do território pelo capital mercantil e financeiro com a crise do Estado-Nação, consolidada no final do século passado.

As ações propiciadas para a Região Centro Oeste a partir dos anos 1970 criaram transformações estruturais no modo de viver e produzir no interior do Brasil, tendo, inclusive, favorecido a criação do Mato Grosso do Sul como uma unidade da federação, que nasceu como “rica”, como “celeiro agrícola” do país. Aspecto político-ideológico importante, que destaca a aproximação dessa “nova” base territorial da Região Sudeste, especialmente de São Paulo, em detrimento dos demais estados da Região Centro-Oeste e Norte do país. O cidadão do Mato Grosso do Sul se sentia melhor do que o do Mato Grosso. Um era rico, o outro era pobre. Essa concepção alimentou políticas de ocupação,

de investimento e gerou diferentes prioridades e ações¹⁵.

Nesse momento, criou-se a necessidade de intervenção do Estado, mas a forma interventora e direta na economia, financiando desde a infra-estrutura até o armazenamento, a produção e o transporte, favoreceu o desmantelamento do Estado e a sua importância entra em questionamento.

O chamado neoliberalismo, com práticas já conhecidas nos anos 1950, propagado no meio teórico, mas fundamentalmente na prática de governos (como é o caso dos dois governos de FHC) e pela imprensa (especialmente a Rede Globo), levaram para o dia a dia o tema da privatização, da desregulação, da fragilidade do Estado e da força do mercado, a ponto de fazer com que os pobres se convencessem de que, por mais amarrados que estejam, o último esforço tem que ser dado para desatar os nós. Refiro-me ao arrocho salarial sofrido pela classe trabalhadora nos períodos de crise, como forma de combater os “gastos” públicos e garantir recursos para aplicar no mercado especulativo. Essa situação se agrava ainda mais quando são adotadas políticas de caráter neoliberal, que retira do Estado o dever de garantir condições mínimas à população, abandonando-a a sorte do mercado, que imprime uma lógica cruel, na qual somente se garantem os direitos de quem tem dinheiro.

Segundo Simionatto & Nogueira (2001, p. 23):

A efetiva redução do papel do Estado e de sua responsabilidade com a esfera pública se traduz através da trilogia: descentralização, focalização e privatização. Descentralizam-se as ações estatais como argumento para buscar a eficiência e eficácia do gasto muito mais afeitas ao aspecto quantitativo do que qualitativo. A descentralização, compreendida como possibilidade de socialização do poder e da participação “de baixo para cima”, é despolitizada e esvaziada de sentido na medida em que o domínio do mercado sobre o Estado é o fundamento das novas relações sociais.

Sobre essa perspectiva, as políticas passaram a nortear o combate a gastos responsáveis pela estagnação da economia. As forças foram concentradas em criticar e atuar no controle do gasto do Estado com funcionários, protecionismo de setores, serviços a população e ao combate à taxa de juros.

Ainda expondo as ações de caráter neoliberal, nos apoiamos nas idéias de Pomar (2001, p.26), que aponta como premissas do desenvolvimento dentro das perspectivas neoliberais: “estabilidade, as reformas estruturais, a modernização produtiva, a

¹⁵ A respeito das ações que nortearam as políticas no Centro-Oeste, ver Abreu (2001, p.198-254).

desregulamentação dos mercados, a abertura econômica e a redefinição do papel do Estado.”

Em alguns países como, por exemplo, o Brasil, essas políticas significaram o fim de algumas empresas regionais, que não conseguiram competir com as firmas transnacionais e que acabaram por despedir muitos empregados.

Como resultado dessas intervenções econômicas, a população dos países ditos “em desenvolvimento” viram se esfalçar os direitos sociais, como, por exemplo, o sucateamento e abandono de áreas de lazer públicas, serviços de saúde, moradia, saneamento e educação.

Essa realidade demonstra que tem de haver uma preocupação do Estado em garantir acesso aos direitos sociais, como forma de programar um desenvolvimento que não priorize apenas a questão econômica. Portanto, podemos classificar, de acordo com Franco (2002, p.13), que um desenvolvimento adequado seria aquele que:

(...) estabelece políticas que aperfeiçoem a forma como os componentes de um conjunto interagem entre si e com o meio externo. Entende-se como conjunto uma pequena comunidade rural, um centro urbano ou, inclusive, uma nação inteira.

(...) todos os componentes da sociedade forem beneficiados. Desta forma, uma determinada comunidade pode crescer economicamente sem que isso represente um desenvolvimento social.

Infelizmente, na maioria das vezes o Estado não se preocupa em dar condições para que se realizem políticas em que se garantam o desenvolvimento econômico e social, ou seja, condições para que todos se beneficiem dos investimentos do Estado. Pelo contrário, apesar de no discurso a maioria das políticas estarem relacionadas a melhorias sociais, acaba existindo a predominância da vontade de classes hegemônicas sobre outras, pois são elas que se beneficiam dos grandes investimentos.

O Programa Luz Para Todos surge em um contexto no qual o Brasil fora governado oito anos (1994-2002) por um representante político com concepções de direita, estamos nos referindo a FHC. Abreu (2008, p.120) aponta que a política de investimentos de recursos do governo FHC foi formulada sobre uma série de estudos realizados por uma empresa estrangeira, chamada Consórcio Brasileira, que resultou na criação dos chamados Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. Para a autora, os estudos formulados pelo Consórcio indicaram oportunidades de investimentos públicos e privados, com a justificativa de viabilizar desenvolvimento econômico e social, a integração nacional e internacional, o aumento da competitividade sistêmica da economia e a redução das disparidades regionais e sociais no Brasil.

Outra composição do planejamento do governo FHC foi a realização de uma série de privatizações de setores importantes como os de infra-estrutura, justificadas pelo discurso de que as empresas investiriam nas áreas concedidas, deixando o Estado livre para cuidar dos setores sociais. (ABREU, 2008)

Concomitantemente à realização dessas privatizações, ocorreu no Brasil um esfacelamento das condições sociais, desvalorização do salário, deterioração de uma série de serviços públicos como saúde, educação, saneamento, além das grandes taxas de desemprego e ameaçados direitos trabalhistas, garantidos graças a muita mobilização popular.

Essas mazelas são frutos de políticas neoliberais, como destaca Rattner (2000, p.17):

O modelo neoliberal, caracterizado pela abertura e desregulamentação dos mercados, a privatização das empresas públicas e a precarização das relações de trabalho, aprofundou a assimetria social e econômica e transformou os milhões de desempregados em marginalizados e excluídos do convívio social.

Como resposta a essas políticas que degradaram as condições sociais da população pobre no Brasil, no ano de 2002 chega ao poder um representante político de esquerda, (Luis Inácio Lula da Silva) que representa a união de forças não hegemônicas a uma fração de classe hegemônica, que mais do que obter lucro, queria construir um país onde a riqueza não fosse conseguida sobre a miserabilidade do seu povo.

As políticas do governo Lula vão então tentar aliar políticas de desenvolvimento econômico que, apesar de não romperem com a lógica capitalista de produção e todas as suas contradições inerentes, impulsionaram as políticas sociais com a mesma vontade que se programam as políticas de cunho econômico. O esforço baseou-se, no início, em políticas que amparassem e dessem oportunidade de sair do nível de miserabilidade.

Assim, é mister reconhecer que tem sido disponibilizado apoio às classes sociais menos favorecidas, como é o caso dos trabalhadores rurais assentados. Dentro da ideia hegemônica de desenvolvimento dominante, o campo é considerado “atrasado” e um dos elementos que levam a essa ideia é a falta de energia elétrica, considerada parte essencial de uma infra-estrutura voltada para a produção capitalista, seja na cidade, seja no campo. Porém, a eletricidade significa também acesso a serviços básicos sociais, como saúde, educação e saneamento, o que pode tornar essa política governamental fomentadora de desenvolvimento econômico e social.

A questão que estamos aqui apresentando é que a necessidade de se desenvolver de um povo, no contexto da sociedade vivida, não é possível sem a ação do Estado e dos Governos, mas, fundamentalmente, sem a sociedade civil organizada e os movimentos sociais que nela se instalam, pressionam e pautam as ações de governo para alcançar objetivos.

Outro aspecto diferenciador das políticas do Governo Lula e do Partido dos Trabalhadores foi, a criação de mecanismos de participação da população a ser beneficiada. A título de exemplo, podemos citar o Programa Luz Para Todos, para o qual se criou um Comitê Gestor, como forma da população participar dos destinos e do controle da política nos locais de atuação. Essa característica revela a diferença no planejamento das políticas dos diferentes governos, e ao mesmo tempo não podemos desconsiderar o atrelamento dessas políticas ao interesse das frações de classe dominantes (é sobre essa racionalidade estratégica que nos debruçaremos a seguir).

1.3 – O planejamento como ferramenta de racionalização do espaço

É ilusão pensar que existe a alternativa planejar ou não planejar, pois a única alternativa que existe, na realidade, é planejar bem ou planejar mal. Uma administração federal, estadual ou municipal ou mesmo privada, não deixa de planejar simplesmente por que registra de forma consciente as tarefas que terá de realizar no futuro. De uma forma ou de outra, o seu comportamento no presente condiciona amaneira pela qual ela terá de enfrentar os problemas no futuro, o que significa que a ação presente determina em grande parte a sua ação futura. (Neto, 1966, p.14).

A fala de Delfim Neto exprime bem a importância que o planejamento adquiriu no mundo e especialmente no Brasil. Porém, sua conceituação ainda é alvo de muita discussão, já que no Brasil, assim como em muitos países subdesenvolvidos, ele foi adotado de forma arbitrária, deixando de lado as especificidades locais, o que ocasionou uma compreensão hegemônica do termo elaborada a partir de dados econômicos apenas. Esse fato fez com que, no Brasil, fossem formuladas críticas ao planejamento, pela forma como foi adotado, uma vez que durante muito tempo privilegiou os grandes investimentos em infra-estrutura no intuito de gerar divisas ao Estado. Contudo deixava a questão social em segundo plano, quando não a ignorava.

De acordo com Buarque (1993, p. 71), nos países subdesenvolvidos o Planejamento faz parte de um processo que se intensifica anos 1950. Como analisa o autor:

Desde os anos 50, cada país do terceiro mundo passou a elaborar seu plano de desenvolvimento econômico, não esquecendo jamais um

capítulo sobre saúde e outro sobre educação. Mas esses capítulos sociais, como educação, tinham como justificativa a necessidade de educar a população para que o desenvolvimento fosse possível. A alfabetização, o ensino primário, o ensino técnico e a universidade eram citados como ferramentas necessárias ao desenvolvimento econômico. Mas uma análise neutra do assunto permite observar que, numa sociedade segregada, a educação e a saúde das grandes massas marginalizadas não têm impactos imediatos sobre crescimento econômico.

Deste modo, o planejamento surge como ferramenta capaz de sanar as mazelas dos países ditos subdesenvolvidos, tendo em vista que é utilizado pelos governos como fruto de uma racionalidade capitalista, na qual a razão justifica as bases técnicas em favor do desenvolvimento do capital, concentrando, explorando e expandindo. Xavier (2006, p.333), ao analisar o desenvolvimento como ideologia, salienta:

O fortalecimento de uma ideologia do desenvolvimento fomenta nos países periféricos uma industrialização incipiente e dependente. A industrialização, nesse contexto, se dá como sinônimo de desenvolvimento a partir das décadas, de 1940 e 1950, marcando a atuação forte e centralizada do Estado como planejador e executor de grandes projetos de intervenção nas bases materiais do território e na produção industrial.

No Brasil, esse processo se inicia com a crise de 1929, que marca a necessidade de mudança na orientação da maneira de produzir, apostando na produção industrial, via substituição de importações, momento em que o Sudeste, principalmente São Paulo, será pioneira na política industrial do país. Para Scarlato (2001, p. 349), esse processo, que vinha se desenvolvendo no interior da sociedade agroexportadora, se intensifica a partir da Segunda Guerra Mundial. Como descreve o autor:

A expressão indústria de substituição de importações designa o processo que se vinha desenvolvendo no interior da sociedade agroexportadora e que se acelerou de forma mais contínua a partir do período acima. Caracterizou-se pelo crescimento da demanda interna de manufaturados estimulada pelo aumento da circulação de dinheiro, principalmente nos momentos em que as importações eram favorecidas por circunstâncias especiais do mercado internacional. O crescimento resultou também das dificuldades nas importações por motivos internacionais financeiros ou políticos, como a desvalorização do dinheiro e as guerras, isso criou internamente no país os estímulos para investir nas atividades industriais.

Desde então, o planejamento tem assumido papel fundamental para o processo de implementação de ações voltadas para promoção da sociedade industrial, substituindo o modelo agrário exportador.

Esse processo se inicia no Governo de Getúlio Vargas (1930-1945), com a política de ocupação dos “espaços vazios”, ou seja, “incentivar a mobilidade da fronteira

econômica, visando incorporar amplos espaços vazios do país (como o Brasil central, as fronteiras da bacia do Paraná-Paraguai e a orla amazônica) ao processo produtivo, ocupando os sertões”. (SILVA 1998, p. 3)

Como fica claro, essa intervenção tinha missão de incorporar o chamado “sertão” ao processo capitalista produtivo brasileiro da época, e não levava em conta a existência de povos indígenas e outros povos que habitavam todo território brasileiro. Mais do que ignorá-los, esse conceito deixa claro que as formas organizacionais dessas populações não eram as que o Estado tinha como ideal de “desenvolvimento”.

De acordo com Buarque (1993, p. 55-56):

A existência e participação de empresas estrangeiras, desde a descoberta do Brasil, tinham caráter de enclave, sem que seus efeitos se transferissem para a população local, que era de escravos ou estrangeiros comprometidos com a metrópole. A idéia de Progresso, se existisse então, era aplicada a estes países metropolitanos, e não as colônias onde os investimentos se situavam. Neste século, ao chegar aos novos países independentes, o progresso já conceitualmente elaborado nos países ricos, se apresenta de forma desadaptada a realidade cultural e natural e desajustado das necessidades da população local.

Como analisa o autor, o sistema industrial que se instala no Brasil, assim como em outros países da América Latina a partir da década de 1950, tinha como base o planejamento existente nos Estados Unidos e nos países da Europa. (BUARQUE, 1993)

Dessa forma, no Brasil, a necessidade de planejar passa a fazer parte da racionalidade que norteia as políticas públicas de um modo geral, onde sua principal tarefa será promover uma ocupação mais homogeneizada do capital.

Portanto, o norteamento das políticas implementadas pelos governos brasileiros teve o intuito de promover mudanças na construção territorial do país, tentando criar políticas que visassem reparar essas diferenças a fim de encontrar um crescimento que desconcentrasse as áreas das Regiões Sudeste e Sul e também aumentar gradativamente o domínio do Estado até as fronteiras do Oeste brasileiro.

Partindo da interpretação de que o restante das Regiões brasileiras não possuía infra-estrutura básica para atrair o capital, o governo dos anos ditatoriais não hesitou em criar condições para interiorizar os alcances do Capital no Brasil. Como demonstra Leme (1999, p. 3 - 4),

(...) com o ingresso do país em um padrão de acumulação urbano industrial, foram criadas as condições institucionais para a expansão do mercado interno, que presidido pela indústria, estimulava a demanda por alimentos e matérias primas e criava vínculos com áreas de produção agropecuária.

O resultado das mudanças inauguradas em 30 é a integração das regiões brasileiras em uma mesma divisão do trabalho sob o comando da economia paulista. E o Centro-Oeste será beneficiado da política do governo federal de integração do mercado nacional e de ocupação das fronteiras agrícolas – a chamada marcha para o Oeste.

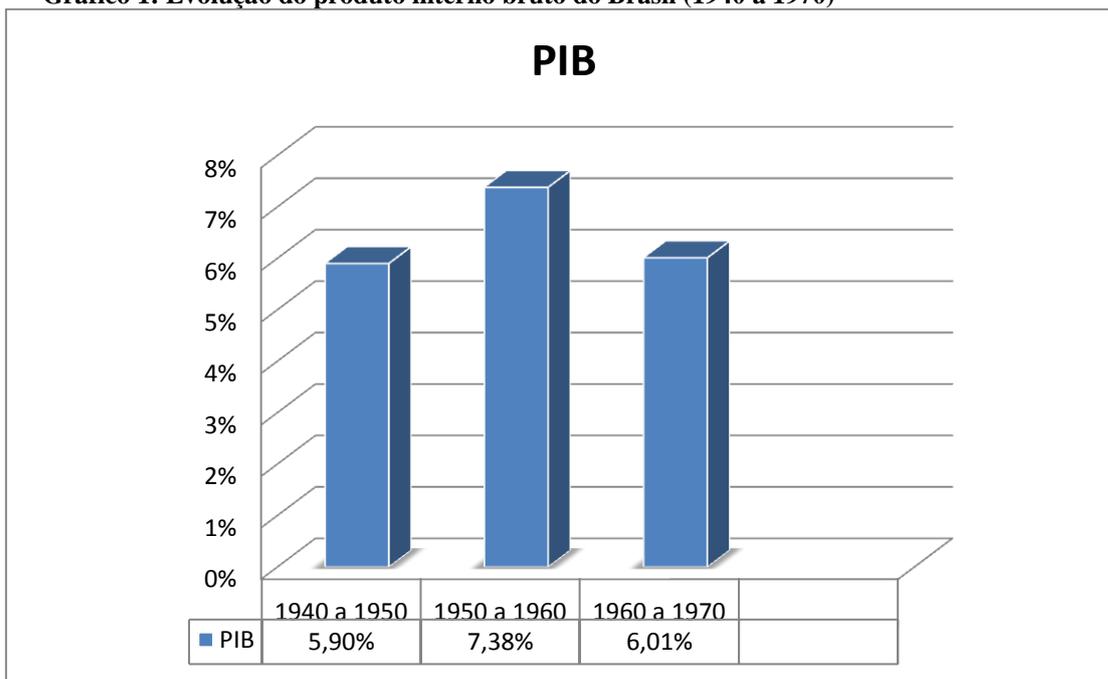
Nessa direção, Andrade (1995, p.174) acrescenta:

Ainda durante o Estado Novo, Getúlio conseguiria desenvolver a exploração do minério do ferro do rio Doce, criando a Companhia do Vale do Rio Doce, visando à exportação de minério de ferro, inicialmente pelo porto de Vitória e em seguida pelo de Tubarão, instalando a indústria siderúrgica de Volta Redonda, no Rio de Janeiro. No Governo Dutra intensificou-se a produção de energia hidrelétrica e em seguida, no período democrático do governo Vargas, foi dado o início à exploração do petróleo brasileiro, com a criação de Petrobrás, e equacionando o problema energético com a criação da Eletrobrás.

O governo Juscelino foi moderno e modernizador. Não houve obstáculos que o impedissem de construir, no Planalto Central, a nova capital do país – Brasília – e, a partir dela, fossem abertas numerosas estradas que a ligariam aos mais diversos pontos do território nacional. Completando essas obras de infra-estrutura, implantou e desenvolveu a indústria automobilística em São Paulo, a qual estimulou o desenvolvimento da siderurgia e da produção de autopeças. O Brasil, apesar dos problemas de inflação e desequilíbrios, cresceu, verdadeiramente, cinquenta anos em cinco, como ele prometera.

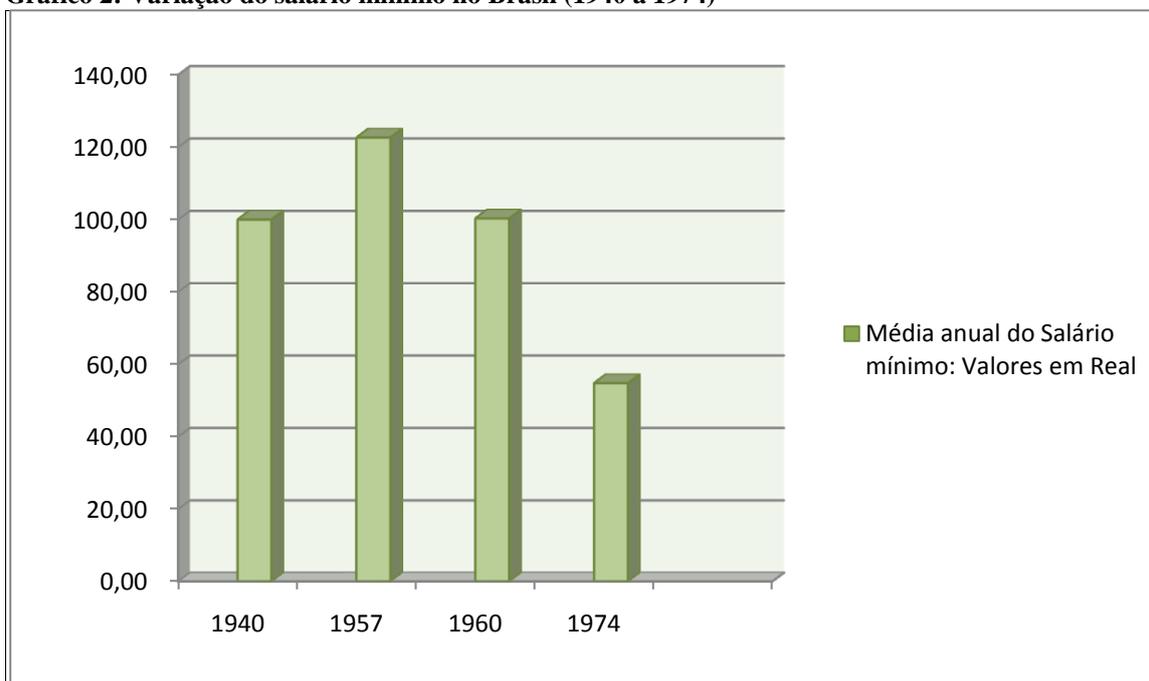
Contudo, com o passar dos anos, as análises de algumas experiências, como, por exemplo, a Primeira Década de Desenvolvimento das Nações Unidas (1960-1970), demonstram a incompatibilidade entre crescimento econômico acelerado e desenvolvimento social, fator esse que podemos constatar nos gráficos a seguir.

Gráfico 1: Evolução do produto interno bruto do Brasil (1940 a 1970)



Fonte: IBGE
Org.: Helfenstein, 2010

Gráfico 2: Variação do salário mínimo no Brasil (1940 a 1974)



Fonte: DIEESE
Org.: Helfenstein, 2010

Ao compararmos os dados presentes nos gráficos 1 e 2, podemos verificar tal incompatibilidade, tendo em vista que ao mesmo tempo que identificamos, através da evolução do Produto Interno Bruto, um significativo crescimento econômico no Brasil –

percebemos que a distribuição não ocorreu na mesma intensidade, ao contrário, o que ocorrera fora um decréscimo no valor do salário mínimo dos trabalhadores brasileiros, que passou da média de R\$100,00 em 1940, para R\$54,80 no ano de 1974.

Percebemos, assim, que o planejamento sob a égide do capitalismo reproduz condições que são inerentes ao próprio modelo de desenvolvimento que é expansivo e concentrador, ou seja, ao mesmo tempo em que gera desenvolvimento econômico, a pobreza e a miséria aumentam respectivamente, como aponta Hattner (1979, p.152):

(...) a situação social em vários países que experimentaram uma expansão econômica acelerada, nos últimos anos, parece indicar uma compatibilidade, antes insuspeita entre crescimento econômico e deterioração da situação social, sendo freqüente o agravamento das desigualdades e das contradições internas nas sociedades em vias de desenvolvimento.

Dessa forma, o desenvolvimento planejado dentro dos moldes de produção capitalista visa o crescimento do produto econômico, sem uma reflexão sobre seus destinos e os custos não econômicos para realizá-los, pois renega a forma como a sociedade produz e como essa produção é distribuída. No Brasil, o planejamento visando o crescimento econômico, foi defendido durante muito tempo, sobre a forma ideológica estampada na expressão de Delfim Neto, “aumentar o bolo, para depois dividir”¹⁶, a qual já nos reportamos.

Sobre essa perspectiva, continuamos nos apoiando em Hattner (1979, p.153), que argumenta:

(...) se na fase do boom as necessidades de acumulação impediram uma política distributiva mais justa, na época de recessão econômica escassearão os recursos para cumprir essa meta. Em outras palavras, a visão dicotômica que separa, no tempo, produção e distribuição, releva-se historicamente inviável: a própria organização da produção – ou as” relações de produção” – irão determinar as formas e os limites concretos da repartição do produto social.

Nessa racionalidade, planejar significa, portanto, racionalizar as ações em torno da construção de condições que propiciem a uma determinada sociedade alcançar um determinado fim. O ato de planejar evidencia, inclusive, as características organizacionais hegemônicas que vão dar molde e sentido às intervenções do Estado.

Esse quadro aponta para a necessidade de um planejamento que vise um desenvolvimento entendido por Ceron & Gerardi (1981, apud HISSA 1998, p.34), “como

¹⁶ Referimo-nos a política de Roberto Campos, que se tornou ministro do Planejamento no governo Castelo Branco e aos anos de planejamento dos governos militares 1967 e 1974, em que Delfim Neto foi ministro da fazenda, nos governos Costa e Silva e Médici.

sendo um corpo de conhecimentos e práticas destinadas a orientar e permitir a tomada de decisões sociais de forma racional e ótima, para melhor organizar e mobilizar recursos visando ao bem-estar econômico e social em escala local, regional ou nacional”.

1.4 – Política Governamental, seu papel e desafios na (re) organização do espaço

As recentes crises econômicas mundiais mostraram as conseqüências de se entregar a regulação de setores ligados à promoção de bem-estar social à vontade do mercado.

Mesmo países ricos como os Estados Unidos sofreram com a crise causada pela especulação imobiliária, que acarretou diversos transtornos ao restante do mundo. Como conseqüência, teve que admitir a regulação do Estado através da criação de mecanismos de controle de mercado e optar por criar setores públicos responsáveis ao acesso a alguns setores básicos a sobrevivência da população.

De acordo com Lamoso (2008 p. 11-12),

(...) as ações implementadas pelo Estado através da via burocrática estão materializadas sob a forma de políticas públicas que refletem um jogo de poder entre interesses particulares e coletivos, contraditórios e conflitantes.

Nesse cenário, por meio de políticas públicas, o Estado vai implementando suas ações a fim de intervir e garantir o controle sobre áreas que julga serem carentes de estímulos, para que funcionem de acordo com uma determinada lógica.

Para Abreu (2003, p. 169), “as políticas públicas de desenvolvimento regional no Brasil têm sido elaboradas com base no discurso de distribuição de renda e superação das desigualdades regionais e do crescimento econômico”.

Nessa perspectiva, as políticas governamentais nos oferecem a oportunidade de compreender a lógica planejada à determinada classe social que compõe o Estado.

Abreu (2008, p.117-118), ao analisar as políticas públicas e os efeitos da sua racionalização através da ideologia do planejamento, afirma que,

(...) as políticas públicas utilizadas para promover a expansão do capitalismo no Brasil corroboram para compreensão de muitos dos problemas vividos por nós no interior da unidade federativa de Mato Grosso do Sul, quais sejam: conflitos sociais gerados pela política agrária e de financiamento agrícola implementadas, que privilegiaram a grande empresa capitalista em detrimento do pequeno produtor; a expropriação do homem do campo e o êxodo rural; bem como a padronização do modo de viver, de produzir de consumir, que passa a ser predominantemente urbano e se intensifica principalmente pós 1988 (Nova Constituição Brasileira), com a criação de vários municípios.

O discurso que promove o Programa Luz Para Todos demonstra a racionalidade em torno das políticas voltadas ao campo, com o forte apelo econômico sustentando sua base, mas tendo como principal ação a universalização. O discurso do Governo Federal demonstra tal afirmação¹⁷:

A chegada da energia elétrica está contribuindo para o desenvolvimento econômico e social das áreas beneficiadas. O Programa também tem facilitado a integração das iniciativas públicas no meio rural, tanto no que diz respeito aos programas sociais e ações de atendimento de serviços básicos (educação, saúde, abastecimento de água) quanto às políticas de incentivo à agricultura familiar, aos pequenos produtores e comerciantes locais. O objetivo do Programa é que o acesso à energia elétrica contribua para a diminuição da pobreza e aumento de renda das famílias atendidas.

O Programa trabalha ainda com o fato de existir uma diferenciação histórica no que se refere ao acesso de energia elétrica no Brasil¹⁸, e de como ela se tornou fundamental para incluir a população rural a ideologia do consumo urbano industrial, inserindo uma ideia de “atraso” à parcela que não têm acesso a produtos industrializados lançados recentemente.

Pela necessidade de separar o que é discurso e racionalização do que é ideia em torno dos agentes envolvidos no Programa, apontamos Rouanet (1989, p.271), que faz uma diferenciação dos termos razão, que no seu dizer é sempre “crítica, pois seu meio vital é a negação de toda facticidade, racionalização, quando está a serviço da mentira e ideologia, quando está a serviço do poder”.

Dessa forma, a crítica seria o contra discurso ou questionamento da ordem vigente, e a padronização das ideias, ou o atrelamento delas à ideologia. Portanto, ao mesmo tempo em que se verifica a racionalidade (economia) na defesa do Programa por parte de todos os agentes envolvidos, há também a razão existente na fala de alguns assentados no sentido de que o acesso à energia elétrica já é tida como necessidade e direito de todos os cidadãos, estejam na cidade ou no campo.

Vejamos a fala do Sr. Valdir Batista Saraiva, morador no assentamento Campina II, no Município de Bodoquena – MS:

Mesmo para nós que moramos aqui no assentamento é muito difícil viver sem energia, precisamos dela para fazer tudo, para água e para produzir, tudo fica mais fácil com a energia e hoje nós temos esse direito.

¹⁷ www.mme.gov.br acessado em 30/08/2010.

¹⁸ O mapa da exclusão elétrica no país revelava que as famílias sem acesso à energia estavam majoritariamente nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano e nas famílias de baixa renda. Cerca de 90% destas famílias teriam renda inferior a três salários-mínimos e 80% viviam no meio rural.

Nesse sentido, o discurso hegemônico que torna “realizável” essa política não é a principal defesa de implementação do Programa pelos assentados. Ou seja, o fator economia como discurso ideológico já não é o principal discurso apontado pelo público alvo, como defesa para que possuam energia elétrica, o inconformismo advindo da ideia de que a energia se tornou algo fundamental para sobreviver decentemente, já se faz presente na fala de muitos assentados.

Soma-se a isso a necessidade de implementar uma série de práticas econômicas ligadas ao campo, que sob a forma de políticas públicas têm como racionalidade proliferar o que é chamado por Graziano da Silva (2002, apud FROEHLICH, 2006, p.179) de “Novo Rural”, onde o Agricultor Pluriativo se destaca, em um movimento que se caracteriza tanto nos países desenvolvidos como nos em desenvolvimento, implementando ao rural os seguintes sub-setores de atividade:

- a) Uma agricultura moderna baseada em *commodities* e ligada as agro-indústrias;
- b) Um conjunto de atividades não agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços;
- c) Um conjunto de novas atividades agropecuárias vinculadas a nichos específicos de mercado (ex. alimentos orgânicos ou ecológicos).

Esses sub-setores, indispensáveis à produção de mercado, implementariam as atividades rurais necessárias para alcançar o chamado desenvolvimento rural. No entendimento de Froehlich (2006, p.181),

- (...) um dado território será tanto mais dinâmico, quanto maior for a capacidade de diversificação da economia local, impulsionada pelas características de sua agricultura.
- (...) as economias rurais mais dinâmicas são as que conseguem atrair consumidores de seus atributos territoriais e vender suas produções em mercados diferenciados.

As políticas de governo enfrentam ainda um quadro bastante preocupante, moldado historicamente com números alarmantes que demonstram o abandono da população rural durante os diversos governos que se sucederam. Segundo estudos do INEP/MEC (2003, apud FROEHLICH, 2006, p.182),

- (...) dos 2,2 milhões de jovens entre 15 e 17 anos que moram no meio rural do Brasil, 34% não frequentam a escola e só 12,9% dos matriculados estão no Ensino Médio, nível adequado à faixa etária. A população rural tem escolaridade média de 3,4 anos na faixa de 15 anos ou mais, contra 7 anos da urbana; 29,8% de analfabetos adultos, diante de 10,3% na cidade. Além disso, só 5,2% das escolas rurais têm biblioteca, contra 58,6% dos estabelecimentos de ensino urbano. A desigualdade se mantém em relação a laboratórios de informática (27,9% na cidade e 0,5% no campo) e de ciências (18,3% e 0,5%) e computadores (66% e 4,2%).

As Políticas Públicas e/ou governamentais são a forma como o Estado, através dos governos, implementa a racionalização em torno de uma causa, que reflete um consenso de classes hegemônicas ou não, a fim de corrigir ou melhorar o funcionamento de uma determinada lógica. Em uma sociedade constituída por classes, como é o caso do sistema de produção capitalista, o Programa Luz Para Todos tem papel fundamental em dar condições para que as pessoas produzam e se insiram no mercado, mas, além disso, tenham acesso a serviços sociais que fazem com que as pessoas permaneçam no campo.

Para tentar entender a origem de tais discursos, faz-se necessário apontar as características do principal sujeito executor e viabilizador de políticas que é o Estado, em que se condensa materialmente as divergentes classes e frações de classes, por isso tende a ter como principal estratégia de legitimação propostas que estão de acordo com as classes dominantes e que não têm por objetivo alterar o *status quo*, porém possuem uma carga ideológica implícita no sentido de fazer com que todos se sintam parte contemplada da sociedade, de tal forma que não haja conflitos ou que eles sejam minimizados. (Poulantzas, 2000)

1.5 – O Estado como interventor e mediador dos conflitos de classe

De acordo com Sá (1986, p.13):

O Estado, a sua organização, as funções que exerce, o modo como as executa, os fins que prossegue e os métodos que adopta, estão no centro da luta política e do debate ideológico da nossa época.

O referido autor aponta que existem diferentes concepções de Estado que variam de acordo com suas realidades históricas, mas principalmente em função dos interesses materiais de classe ou fração de classe. Em sua obra *Introdução a Teoria do Estado* faz uma leitura sobre duas concepções de Estado: a marxista e a não marxista.

Assim para os autores, não marxistas o Estado é classicamente definido como coletividade politicamente organizada estabelecida em certo território delimitado. Daqui decorreria que os elementos seriam uma coletividade (um povo, uma comunidade política, uma nação ou várias), o poder político e o território. Há, entretanto, autores não marxistas que classificam estes elementos como constitutivos do Estado, definidores da sua essência, e outros que os consideram meras condições da sua existência. (1986, p. 23)

Apesar de os autores da corrente não marxista divergirem quanto a vários aspectos referentes ao Estado, como por exemplo, legitimidade, forma de governo, estrutura, regimes políticos, é consenso entre esses autores a falta de debate sobre a finalidade do Estado em uma sociedade formada por classes. (SÁ, 1986)

Como entendemos que essas são discussões centrais no que se refere ao Estado, utilizaremos aqui do conceito Marxista, que de acordo com Hegel (apud SÁ, 1986, p. 29),

(...) vem romper abertamente com a tradição falseadora da essência e natureza do Estado, este deixa de ser encarado como uma entidade mítica identificando com a própria coletividade ou povo organizado, às vezes pseudolegitimado por uma vontade divina, outras vezes a realidade em acto da idéia moral objetiva.

Percebe-se, assim, uma ruptura com a ideia de Estado a serviço da coletividade, ou seja, uma desmistificação de que o Estado visa apenas o bem comum de todos os sujeitos em uma determinada sociedade.

Partindo desse pressuposto, entendemos que será de significativa contribuição entender como as práticas do Estado se materializam espacialmente na forma de políticas públicas como é o caso do Programa Luz Para Todos.

No Brasil, a participação do Estado em implementar políticas de racionalização do território se tornou mais intensa com a necessidade de implantação de uma forma de produção, voltada à industrialização do país, impulsionada pela ascensão do poder de uma nova fração de classe hegemônica, os industriais.

Suzigan (1989, p. 284), em sua análise ao papel do Estado e à industrialização no Brasil, salienta que foi a partir dos anos cinquenta que o Estado passou a desempenhar um papel mais ativo na estruturação do setor industrial, apontando fatores que marcaram a atuação do Estado: 1- articulando o envolvimento entre capital privado nacional, o capital estrangeiro e o próprio Estado; 2- protegendo mercado interno através de uma política cambial e de tarifas aduaneiras; 3- ampliando a sua participação através de investimentos na indústria de base (siderurgia, mineração, petroquímica) e também através de investimentos em infra-estrutura econômica (energia e transportes), em partes financiados por políticas monetárias e fiscais amplamente expansionistas; e, 4- também através do BNDES que fomentava o desenvolvimento industrial do país.

A heterogeneidade de classes, que compõe o Estado¹⁹, revela o quanto são complexas as relações que o caracterizam, pois são contraditórias por natureza. Portanto, é notório que as políticas não são as mesmas para cada fração de classe. Como pondera Sá (1986 p. 40-41),

(...) os conflitos entre o Estado e as camadas em benefício de quem o poder reverte são, aliás, freqüentes: ao Estado e aos seus dirigentes

¹⁹ Ver POULANTZAS. O Estado, o Poder, o Socialismo. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2000.

competem, por exemplo, procurar garantir os interesses gerais e de longo prazo de uma determinada classe ou camada. Para o fazer podem entrar em conflito com os interesses imediatos de um sector dessa classe ou camada, podem fazer concessões que não convêm aos interesses imediatos de respectiva classe etc.

(...) A existência de contradições entre os interesses das diferentes frações das classes, classes ou camadas dominantes e entre os seus interesses económicos imediatos e o interesse de prolongar a dominação, fazendo demagogia e concessões aos explorados, ajuda a criar aparência de que os Estados e os partidos dos exploradores são um instrumento de realização dos interesses de toda a sociedade e não de uma parte dela.

Trata-se aqui do que Poulantzas (2000) denomina de “autonomia relativa”. Essa análise leva em consideração o fato de que o Estado existe *a priori* para reproduzir as políticas de interesse das classes hegemônicas, porém somente o faz se garantir ao mesmo tempo o atendimento de uma parcela de demandas das classes dominadas, para respaldar a representatividade do próprio Estado e assim evitar o descontentamento generalizado, que pode significar uma revolução na composição estrutural da sociedade.

No Brasil, as mazelas que o sistema produtivo têm provocado, faz com que ocorra uma pressão por parte dos movimentos sociais populares, que apesar de passar por momento histórico difícil, atualmente tem ganhado força crescente de diferentes segmentos, a fim de fazer com que o Estado viabilize programas de apoio e incentivos a pequenos e médios produtores.

Essas atitudes demonstram o jogo de relações de poder que compõe o Estado, que mesmo tendo por princípio atender os anseios das frações de classes hegemônicas, precisa formular políticas voltadas às frações de classes dominadas para se legitimar, com isso, o atendimento dos pequenos produtores. Nesse caso específico, significam de uma forma geral, reproduzir as políticas de interesse da classe agrária burguesa, mas que precisam se fazer presente materialmente. Como aponta Poulantzas (2000, p.29):

(...) a relação das massas com o poder e o Estado no que se chama especialmente de *consenso*, possui sempre um *substrato material*. Entre outros motivos, porque o Estado, trabalhando para a hegemonia de classe age no campo de equilíbrio instável do compromisso entre as classes dominantes e dominadas. Assim o Estado encarrega-se ininterruptamente de uma série de medidas materiais positivas para as massas populares, mesmo quando essas medidas refletem concessões impostas pela luta das classes dominadas.

Como afirma o autor, essas atitudes são uma forma de reproduzir políticas para classes, nas quais as mesmas posicionam-se respectivamente de acordo com seus próprios interesses, representados política, jurídica e ideologicamente, haja vista que as políticas, de uma forma geral, não são de carácter amplo, mas sim respondem aos interesses de

determinadas classes. Dessa maneira, fica explícito o jogo relacional que os aparelhos de Estado cumprem, e aí chamo atenção para o Ministério da Fazenda, que têm o papel determinante em definir a quantidade de recursos pelo qual os ministérios e secretarias irão lutar, pois ele é a prioridade, como formulação no qual o econômico explicitamente dita as regras e o tamanho dos investimentos em outros setores da economia, do espaço e sociedade. Ou seja, há uma tendência construída em torno dos diferentes aparelhos, no sentido de que as classes hegemônicas estariam mais vinculadas aos setores econômicos e, por isso, se beneficiam de condições diferenciadas de acesso aos recursos do Estado. Para Poulantzas (2000, p. 193), “o conteúdo político dessas funções está inscrito na materialidade institucional e no arcabouço material do aparelho de estado: o que se verifica aqui inclusive, até nas medidas técnico-sociais do Estado.”

Castro (2005, p.108), aponta as maneiras como o Estado implementa e gerencia as suas ações.

Composta por um corpo qualificado de funcionários, a estrutura administrativa desse Estado, respaldou a criação de uma rede conectiva, única e unitária, que modelou a estrutura organizativa formal da vida associada, transformando-se em autêntico aparelho de gestão do poder sobre a sociedade e sobre o território. Este aparelho torna-se operacional em processos cada vez mais próprios e definidos de acordo com objetivos concretos, como a paz interna do país, a eliminação do conflito social, normatização das relações de força através do exercício monopolístico do poder.

O Poder, para Poulantzas (2000), é um poder relacional, assim obedece a regras de acordo com a sociedade que o compõe, e romper com essas tendências na formação organizacional do Estado certamente implicaria em uma revolução de pouco apoio por parte das classes economicamente menos favorecidas.

Poulantzas (2000) compreende o Estado como fruto de relações de forças impressas pela luta de frações de classes que detém o domínio, sob a hegemonia de uma classe que, contraditoriamente, também pode atender outras frações, menos favorecidas, como é o caso dos assentados contemplados com o Programa Luz para Todos, que também se beneficiam com ações governamentais como essa.

O papel econômico do Estado é enfatizado pelo referido autor não apenas por sua importância estratégica na reprodução do capital atual, exercida por seus aparelhos de Estado (administração, magistratura, exército, escola, igreja e mídias), mas também para mostrar que sua função não se resume apenas à repressão e reproduções ideológicas que alguns autores sempre utilizaram como forma central de análise. Foucault (1979, p. 8), ao analisar as relações de poder aponta:

(...) o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva, que atravessa todo corpo social, muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir.

Fica evidente a supervalorização de aparelhos de Estado ligados à economia e que tem efeitos diretos sobre a política de outros aparelhos, colocando diante do sistema de reprodução do capital os fatores econômicos como essenciais, deixando em segundo plano as outras áreas de atuação do Estado.

Na verdade o Estado, através dos governos, participa de um jogo de estratégias nas quais as classes posicionam-se reivindicando seus interesses específicos e que são adversos entre as próprias classes econômicas. Assim, o Estado é chamado a discutir as dúvidas e mediar os conflitos, condição que se dá normalmente com as bases do judiciário.

É através da racionalidade como discurso econômico, produzido ideologicamente, que o Estado instaura e se legitima. No caso do Programa Luz Para Todos, que tem a finalidade de universalização da energia, é através da distribuição do recurso pelo governo, e não da negação, que o Estado se legitima e controla as ações dentro de uma fração de classe, no caso os assentados rurais, que se tivessem seus anseios negados, enxergariam o Estado com outros olhos. É o que Bourdieu (1998 p. 7) entende por poder simbólico que “é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou que o exercem”.

O Estado é claramente uma forma dialética de relações de poder, que se materializam no decorrer da história, no qual o Estado possui relações muito mais complexas em sua formação. Esse poder também se reflete na vida social do que Bourdieu vai chamar de sistemas simbólicos (arte, religião, língua), que cumprem papel de conformidade e controle social.

A condensação material do Estado está ligada ao tipo de relações que permeiam essas classes. Sua organização espacial obedece a regras econômicas e sociais, que são a relação capitalista de produção com suas próprias especificidades, ou seja, o Estado deve ser entendido como um Estado capitalista que reflete relações de dominação. Isso não quer dizer que a classe dominada não faça parte desse mesmo Estado, muito pelo contrário, ela tem papel fundamental no reconhecimento do Estado quando busca políticas que atendam seus interesses como classe dominada. O Programa Luz Para Todos tem justamente essa característica, que é atender as classes economicamente menos favorecidas com um serviço

que é tido como essencial, mas que tem a finalidade de corrigir disparidades na distribuição desse serviço e gerar desenvolvimento econômico e social.

Sendo o Estado capitalista, ele vai ter como principal fonte motora o investimento em circulação, onde se caracteriza a essência da produção capitalista, como salienta Oliveira (1981 p.5):

(...) o modo de produção capitalista não está circunscrito apenas e tão-somente à produção, mas também à circulação de mercadorias, da troca de mercadorias por dinheiro e de dinheiro por mercadorias. Isso decorre do fato de que o modo capitalista de produção não é na essência um modo de produção de mercadorias no sentido restrito, mas sim modo de produção de mais-valia.

(...) é no momento da produção que a mais-valia é gerada pelo trabalho (das classes trabalhadoras), ou seja, é produzida; porém é no momento da circulação que a mais-valia é realizada.

As próprias classes também não são algo tão homogêneo quanto o termo tende a fazer com que pareça. É muito frequente que pessoas de uma mesma classe em determinado momento tenham interesses diversos de acordo com suas necessidades ou comprometimento ideológico.

As classes tendem a assumir seus papéis fazendo com que continue o processo de formação do Estado. Isso ocorre porque o Estado tem como composição de sua ossatura organizacional pessoas de determinadas classes que ocupam papéis estratégicos, atuando em conjunto o que impede qualquer tipo de mudança de fato na composição do Estado, pois ao controlar pontos estratégicos na arquitetura político-estatal, garantem a dominação das frações de classes hegemônicas sobre as frações de classes dominadas.

Uma característica importante para entender a forma como o Estado capitalista funciona é analisar as formas como cada setor é encarado e seu peso diante de decisões. Exemplo disso são os ministérios que compõe um Estado, em tese eles têm a mesma importância e peso nas decisões governamentais, mas quando as dificuldades e embates se tornam latentes, ou até mesmo ameaçadoras as frações de classe que detêm o poder, aqueles ministérios que estão mais atrelados às classes dominantes sempre têm o maior volume de recursos e suas políticas são sempre atendidas como de maior urgência ou importância.

Quando os movimentos populares reivindicam seus direitos de classe dominada (conquistas populares), estão assumindo seu papel dentro do sistema de reprodução capitalista e ao mesmo tempo lutando por uma vida menos sofrida. O Estado, por sua vez, elabora suas estratégias políticas essenciais para a acumulação de capital por meio dessas concessões a fim de reproduzir as idéias das classes hegemônicas sobre os movimentos

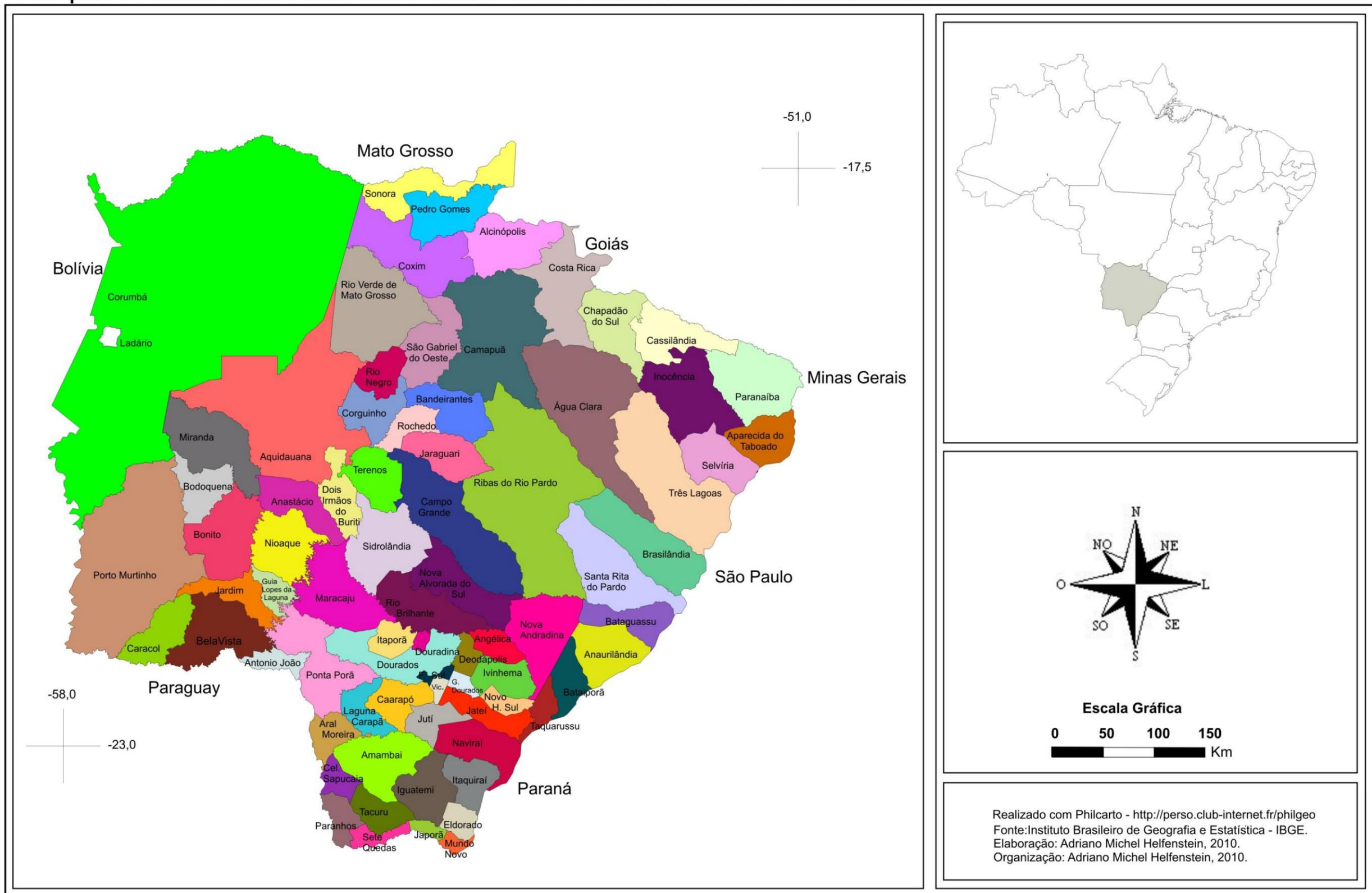
populares.

CAPÍTULO II
PROCESSOS CONTRADITÓRIOS:
CARACTERÍSTICA FUNDIÁRIA DE
MATO GROSSO DE SUL E O
PERFIL DOS ASSENTAMENTOS

2.1 – O Mato Grosso do Sul como base territorial: a questão da terra e da política

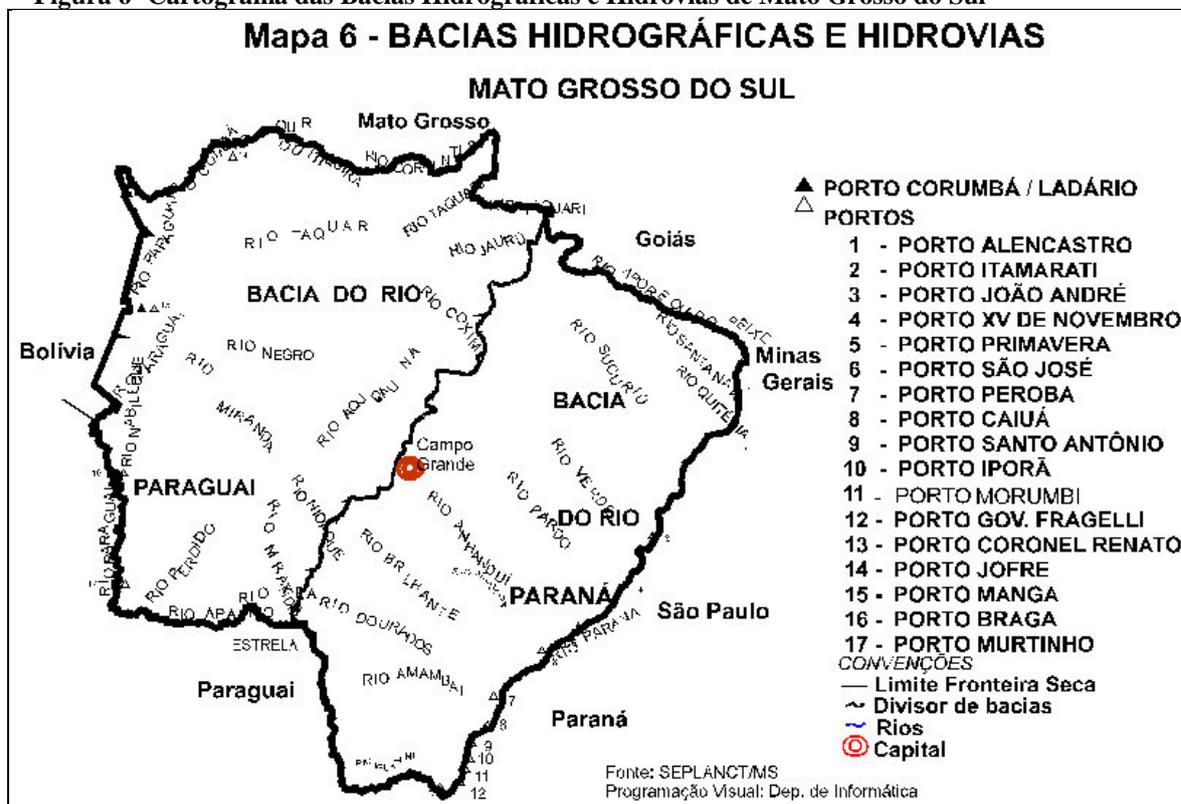
O estado de Mato Grosso do Sul (mapa 2) encontra-se situado na Região Centro-Oeste, juntamente com os estados de Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal e limita ao Sudoeste com o Paraguai e a Noroeste com Bolívia. Com posição geográfica centralizada no que se refere ao mercado consumidor dos produtos brasileiros na América do Sul, ele também faz divisa com cinco Estados brasileiros: Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Goiás e Mato Grosso.

Mapa 2: Estado de Mato Grosso do Sul - Divisão Político - Administrativa



A extensão territorial de Mato Grosso do Sul é de 358.158,7 km², dividido em duas grandes bacias hidrográficas (Figura 6): a do Rio Paraná, constituída basicamente de chapadões, planaltos e vales, e a do Rio Paraguai, constituída de patamares, depressões e depressões interpatamares, formando o Pantanal nas regiões chaquenha e pantaneira.

Figura 6- Cartograma das Bacias Hidrográficas e Hidrovias de Mato Grosso do Sul



Fonte: SEPLANCT/MS.

A inserção do território sul-mato-grossense ao mercado está ligada à principal fonte de circulação, que foi o rio Paraguai, por onde se chegava até Corumbá, que era o mais importante posto comercial e de defesa do interior do território utilizado pelos portugueses. De acordo com Almeida (2003, p. 110), (...) “a partir de 1856 o sistema comercial da província de Mato Grosso foi articulado a partir da navegação do rio Paraguai até Corumbá, única via de comunicação das cidades platinas e a capital da província Cuiabá”.

O fato de Mato Grosso ser um Estado distante da então capital Rio de Janeiro, em um período em que a concentração populacional estava no litoral, fez com que os investimentos na Região fossem muito precários. A economia local estava vinculada à pecuária extensiva e a atividade extrativa da erva-mate, que de acordo Bianchini (2000 p.98) estavam intimamente ligados:

A indústria extrativa como tal, é por excelência, uma indústria predatória, (apesar das ressalvas nos contratos), e a do mate não fugiu a regra. No

caso dessa indústria, em particular, e devido à falta de meios de transportes, era imperativo o uso de carretas puxadas por bois para conduzir o produto.

Ora, da dependência única e praticamente exclusiva do gado, surgiu a necessidade de sua criação para o transporte e para o consumo. Portanto a extração de erva-mate e a criação de gado estavam intimamente ligadas e à medida que se esgotava a mina ervateira, a terra ficava livre para criação do gado, daí se originando as grandes fazendas.

A Companhia Mate Laranjeira foi criada a partir do Decreto Imperial de 1882, o qual cedeu a Thomaz Laranjeira, por meio de arrendamento, extensas áreas para exploração de ervais.

Segundo Abreu (2001), mesmo com as atividades da Matte Laranjeira e das grandes fazendas voltadas para a pecuária extensiva, até os anos de 1950, a participação de Mato Grosso na economia nacional era insignificante, consolidando a área de reserva para valorização futura. Ainda para a autora, a partir de meados de 1950, a parte austral do atual Mato Grosso do Sul foi incorporada à economia do Sudeste brasileiro em virtude do crescimento industrial e da incorporação de áreas, que empurra os cafezais para o interior, extrapolando os limites do norte do Paraná e do sul do então Mato Grosso. Esse vai ser um período já de intensa migração impulsionada pela constituição da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) e instalação de colonizadoras privadas no extremo sul-mato-grossense. Esse processo promove uma configuração fundiária baseada na pequena e média propriedade, resultado desses processos colonizadores e que vai voltar-se especialmente para a agricultura, mas também à pecuária extensiva, nas áreas de campos de vacarias. Referimo-nos a chamada “Marcha para o Oeste”, em que o então Governo Vargas implementa a ocupação dos “espaços vazios”.

No sul de Mato Grosso, por exemplo, podemos citar a instalação da CAND²⁰, que foi criada no final dos anos 1940, tendo iniciado seu processo de ocupação nos anos 1950, com a chegada de migrantes nordestinos, paulistas, mineiros, que vão ocupar as terras da colônia federal e dar uma configuração fundiária diferente, calcada nas pequenas propriedades. A CAND, nos dizeres de Abreu (2001, p.59) tinha caráter de povoamento e os seguintes objetivos:

- a) Garantir a ocupação territorial, aumentando o contingente populacional das áreas limítrofes, com os países vizinhos; b) desafogar áreas de possíveis conflitos sociais, como o Nordeste brasileiro, por exemplo, dadas as condições de miserabilidade enfrentadas, pela grande maioria da sua população, já em constante migração para outras áreas do país (principalmente São Paulo e Amazônia) e agora, para o Sul de Mato

²⁰ Sobre a CAND ver Almeida (2003, p. 113).

Grosso; c) confirmar a parte austral mato-grossense como extensão do Sudeste, participando como mercado de consumo dos produtos paulistas, bem como extensão da área de produção.

Almeida (2003, p. 113) destaca que “o isolamento e a falta de recursos financeiros, comprometeu o sucesso da maior parte das colônias agrícolas do País”. Dessa forma, o governo opta por mudar a política de colonização, deixando de lado as ações voltadas a incentivar com políticas as pequenas propriedades para, então, implantar a colonização privada. Para Fabrini (1996, p. 50), “esse tipo de colonização será feito com base na venda de grandes lotes de terras que mais tarde, serão transferidos a fazendeiros pecuaristas de São Paulo e Paraná”.

Concomitantemente a essa nova forma de organização da formação fundiária, eram criadas condições estruturais no sentido de ligar o Estado de norte a sul através de troncos rodoviários. Essas novas rotas ligavam o Centro-Oeste a São Paulo, principal consumidor dos produtos da Região.

Assim, é preciso considerar também a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)²¹, em 1965, que institucionalizou o tipo de intervenção estatal, baseada no financiamento da produção a juros abaixo da média inflacionária da época, e pelo incentivo à expansão da fronteira agrícola, principalmente sobre o Centro-Oeste. A intenção era de substituir a agricultura diversificada e de subsistência pela monocultura baseada na produção de exportação.

Até meados dos anos 1970 o então sul de Mato Grosso foi visto como fronteira agrícola do país, no qual se podia comprar grandes áreas a preços baixos, o que impulsionou um grande número de migrantes vindos principalmente do Sul do país que vendiam suas pequenas propriedades a um preço que lhes proporcionavam comprar uma quantidade de terras maior no então Mato Grosso. Esses migrantes se instalaram no estado e encontraram grandes incentivos financeiros por parte dos governos que, nos anos 1970, chegava a financiar 100% da plantação a juros muito baixos, que mesmo assim muitas vezes não eram pagos. De acordo com Goldin & Rezende (apud HESPANHOL, 1997, p.41):

Segundo dados do Banco Central, no período que se estende de 1970 a 1980, o montante real de recursos carreados ao S.N.C.R, foi ampliado em quatro vezes, sendo que as taxas de juros cobradas no período, estiveram,

²¹ Cabe ao Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) conduzir os financiamentos, sob as diretrizes da política creditícia formulada pelo Conselho Monetário Nacional, em consonância com a política de desenvolvimento agropecuário. (Circ. 1.536), Banco Central do Brasil. Disponível em: www.bcb.gov, acessado em 23/02/09.

em média, 15% abaixo dos índices de inflação anual, de acordo com os dados do Banco Central.

A produção, nessa época, começa a se basear no binômio trigo-soja, a fim de atrair capital estrangeiro e dinamizar a produção do país. Porém, a partir dos anos 1970 até meados dos anos 1980, observa-se o aprofundamento do processo agroindustrial, com a possibilidade de atrair unidades industriais tão propagadas como uma política de planejamento do desenvolvimento e da distribuição da riqueza.

Da mesma forma que foram se desenvolvendo a produção de monoculturas, iam se desenvolvendo a indústria química, máquinas e implementos agrícolas, que acabaram resultando na consolidação do CAI (Complexo Agroindustrial), composto por grupos como empresas multinacionais ligadas ao agronegócio, empresários rurais e banqueiros (ABREU, 2001, p.72-73).

Com a criação do II Plano Nacional de Desenvolvimento²², foram colocadas as estratégias de elevar a produção da região Centro-Oeste na composição do PIB brasileiro, melhorar a composição econômica através de incentivos ao setor primário, secundário e terciário e elevar a participação da indústria na composição do PIB da Região Centro-Oeste. Este ideário fez com que fossem criados vários Programas de Incentivos, através da SUDECO²³ (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste), para a parte sul do Mato Grosso. São esses programas que tinham como características a tecnificação da agropecuária e a industrialização da produção, que vão trazer uma série de investimentos em infra-estrutura para a Região.

Principalmente durante o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), através do PLADESCO (Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste), foi criada uma malha rodoviária nacional e regional significativa, classificadas segundo sua função. Nesse caso, as rodovias se classificariam como rodovia de penetração, longitudinais e projetadas no sentido norte-sul. A classificação tinha ainda as rodovias de apoio, transversais e diagonais, que cortam a região no sentido dos paralelos e cruzam muitas vezes com as de penetração; por fim, as rodovias alimentadoras, que são estaduais e vicinais, e permitiriam o fluxo de mercadorias das áreas produtoras ao mercado consumidor.

Existiram ainda durante o segundo II PND, projetos especiais para a parte mato-grossense do Centro-Oeste, como por exemplo, POLAMAZÔNIA (Programa de Pólos

²² MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. *II PND. – II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)*. Brasília: Diário Oficial de 1974.

²³ Sobre SUDECO ver Abreu, 2001.

Agropecuários e Agrominerais da Amazônia), o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), PRODEPAN (Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal), PERGEB (Programa Especial de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília), PRODEGRAN (Programa Especial de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados) e com a separação do Mato Grosso e a criação de Mato Grosso do Sul em 1977 e sua consolidação em 1979, criaram-se ainda os programas PROMAT (Programa de Desenvolvimento de Mato Grosso e PROSUL (Programa de Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul). Em resumo, esses programas especiais foram responsáveis por criar no Centro-Oeste, e principalmente na porção sul do Mato Grosso, um conjunto de infra-estruturas, como por exemplo, nas áreas de transporte, energia, indústria, saneamento, pecuária, agricultura, educação e saúde.

Em relação a esses programas especiais, Abreu (2001) aponta ainda que muitas de suas ações ficaram comprometidas pelas crises do petróleo (1973-1979), que aumentaram os custos da produção, do dólar, da dívida externa e ainda pelo fato de que se concentraram a maior parte dos recursos em subprogramas relativos a transportes e energia.

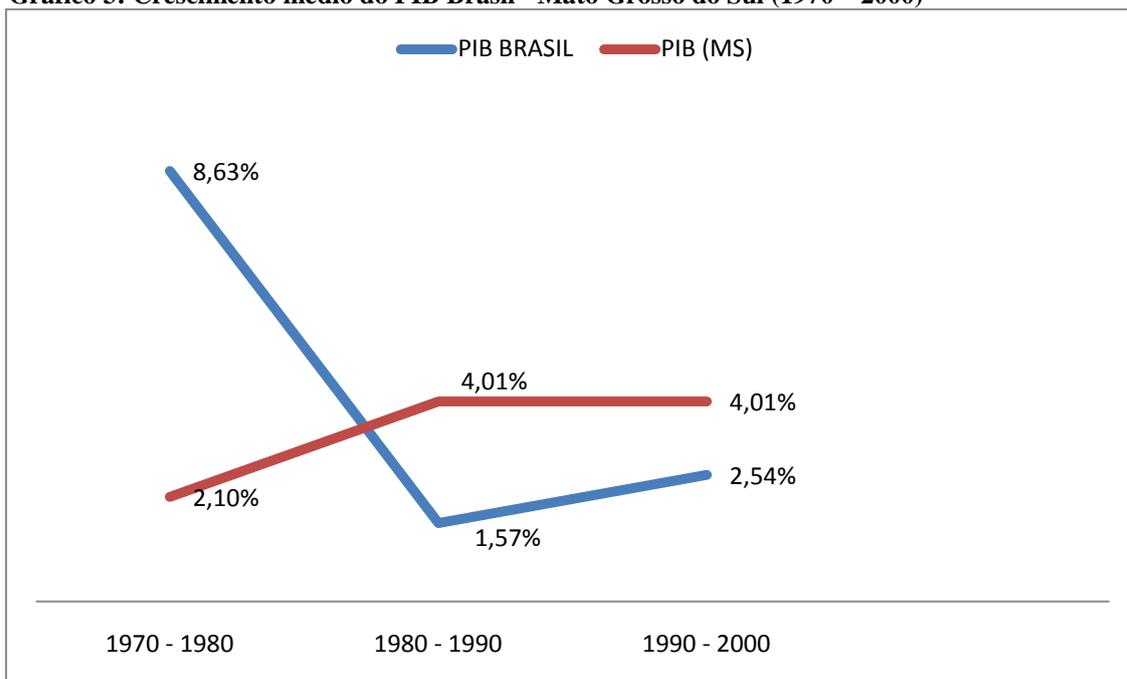
O Brasil adentra os anos 1980 sobre uma crise que se agravava principalmente pela alta dos juros e conseqüentemente do dólar, o que significou o aumento em quatro vezes da dívida externa brasileira, uma inflação alta que comprometia o consumo da população. (ARAÚJO, 2000)

Apesar dessa crise que se instala no Brasil nos anos 1980, os investimentos realizados pelo governo brasileiro na região Centro-Oeste fizeram com que as conseqüências dessa crise fossem sentidas, na Região apenas na segunda metade dos anos 80. Vejamos o que diz Leme (apud ABREU, 2001, p. 255):

(...) o crescimento nos anos 80, em grande medida, ocorreu em descompasso com a pífia performance da economia nacional, e somente ao final da década a economia centro-oestina ficou mais sujeita aos percalços da economia nacional, chegando a apresentar alguns sinais de perda de dinamismo.

Em Mato Grosso do Sul, essa realidade pode ser constatada (gráfico 3) ao analisarmos o crescimento médio do PIB, que entre os anos de 1970 e 1980 apresenta um crescimento de 2%, enquanto que nesse mesmo período no Brasil, identificamos um decréscimo, no qual o crescimento médio passou de 8,63%, nos anos 1970, para 1,57%, nos anos 1980.

Gráfico 3: Crescimento médio do PIB Brasil - Mato Grosso do Sul (1970 – 2000)



Fonte: IBGE.

Org.: Helfenstein, 2010

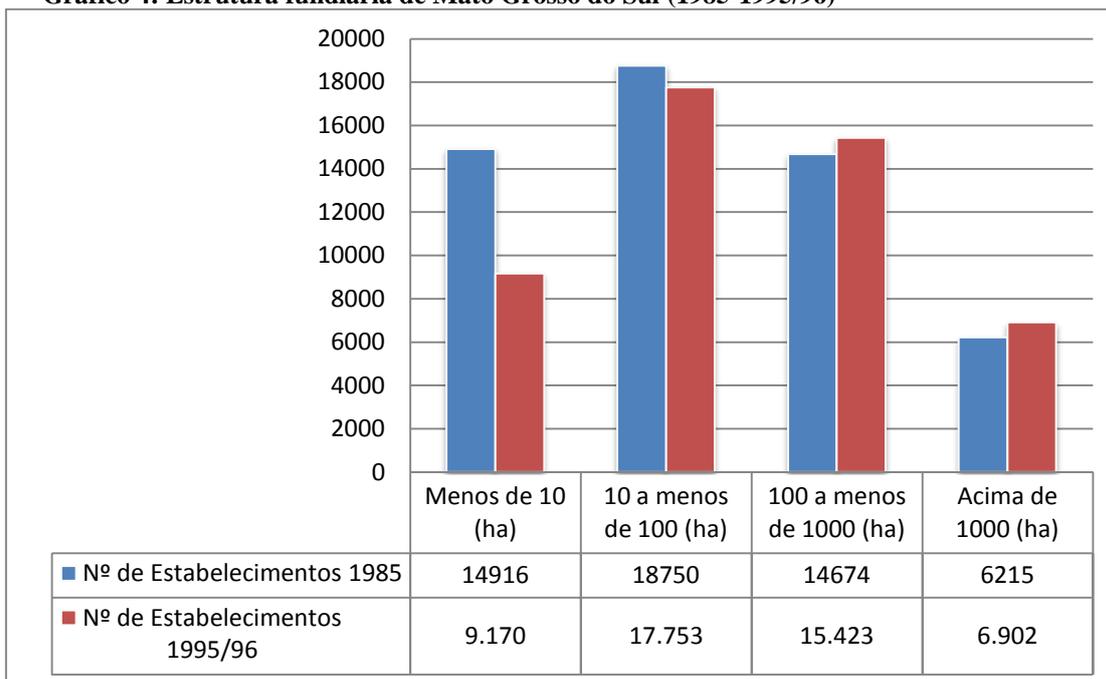
As repercussões dessa crise e o processo de reabertura política depois de 20 anos de ditadura fez com que os movimentos populares, alguns na forma de partidos políticos e outros sobre a forma de movimentos de lutas como, por exemplo, os sem-terra, começassem a pressionar o Estado por melhores condições de vida para os trabalhadores no Brasil.

No ano de 1984, observa-se o início do processo de implantação de assentamentos rurais em Mato Grosso do Sul, fruto das lutas dos sem-terra como forma de combater a concentração fundiária, promovendo uma melhor distribuição, garantindo assim a produção de alimentos básicos à população.

Apesar das lutas pela reforma agrária, o que ocorreu no Mato Grosso do Sul, como podemos constatar no gráfico 4, foi uma diminuição significativa no número de propriedades com menos de 10 ha, havendo ainda um aumento no número de estabelecimentos de 100 a 1000 ha e também nas propriedades com mais de 1000 ha, configurando assim uma expressiva concentração fundiária.

Vejamos o que apontam os dados do censo agropecuário relativos aos anos de 1985 e 1995/96.

Gráfico 4: Estrutura fundiária de Mato Grosso do Sul (1985-1995/96)



Fonte: Censo Agropecuário – IBGE

Org.: Helfenstein, 2010.

Podemos verificar o quanto é deficiente o sistema de reforma agrária no Mato Grosso do Sul, assim como no Brasil, devido ao fato de que não possui mecanismos jurídicos que controlam a acumulação de terras. Além disso, no Mato Grosso do Sul, a fração de classe agrária formada por grandes proprietários de terras se tornou hegemônica nas decisões políticas do estado, se revezando no poder, o que impediu uma política agrária séria que atendesse os anseios dos movimentos populares de luta pela terra, pois isso significaria ameaça a seus patrimônios. Essa questão é discutida por Almeida (2003, p. 115):

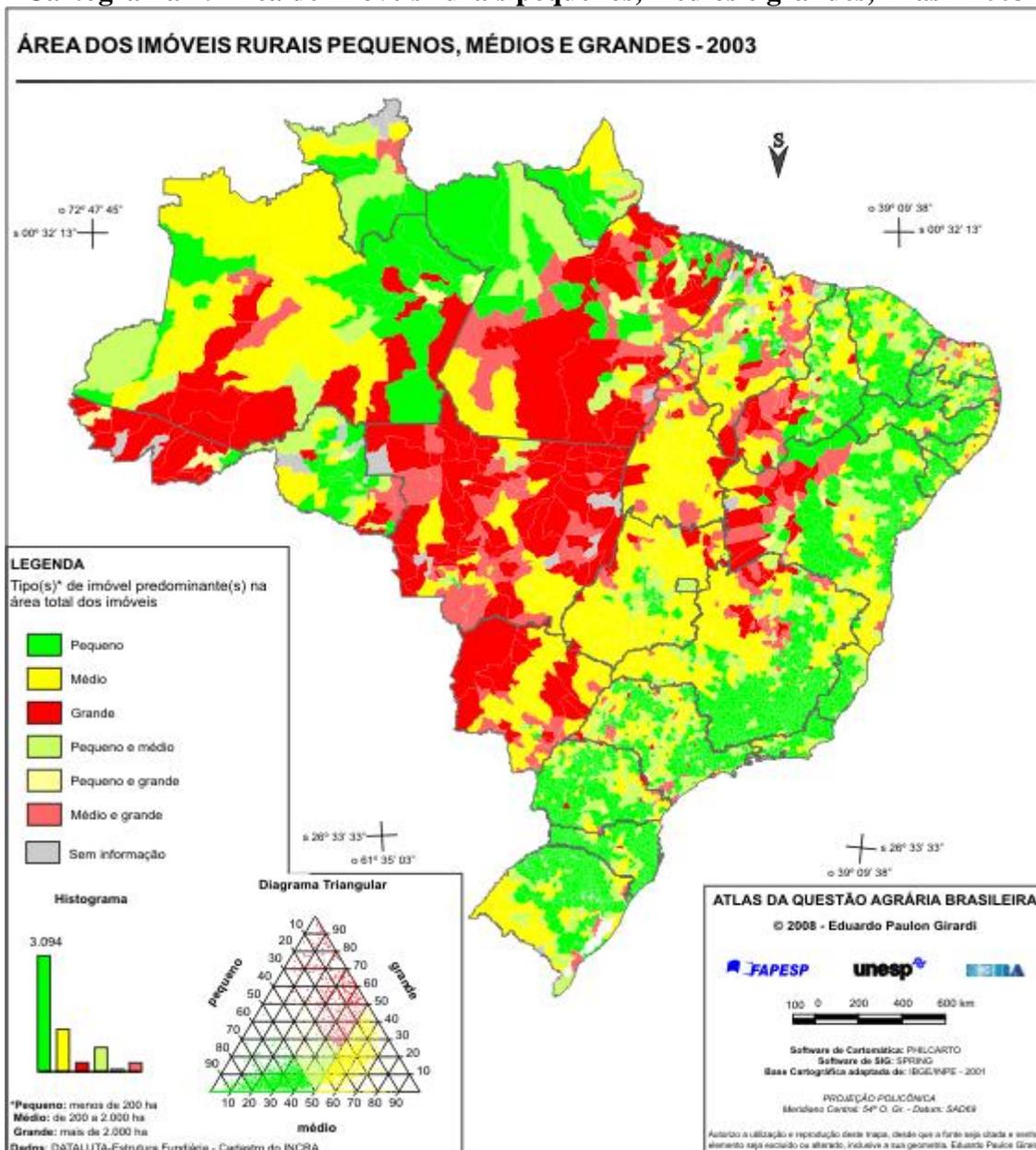
A classe dos proprietários de terra tratou de açambarcar o poder político no Estado recém criado e estabeleceram um tipo de revezamento no poder que durou até 98, inicialmente em 79, com a nomeação de Marcelo Miranda, e, depois, Pedro Pedrossian (1980-83). A partir das primeiras eleições, em 1983, assume Wilson Barbosa Martins. Novamente, em 1987, temos Marcelo Miranda; em 1991, volta Pedrossian. O ciclo fecha, em 1995, com o retorno de Wilson Barbosa Martins.

Infelizmente esse cenário de domínio político exercido pelo latifúndio sul-mato-grossense acabou sofrendo poucas mudanças, apesar de o resultado das eleições, de 1998, ter colocado no Governo do Estado um candidato do PT, Partido dos Trabalhadores. Esta realidade é duradoura, em virtude da permanência, no legislativo estadual e federal e nos governos municipais, de representantes das tradicionais oligarquias, nas quais destacam-se as famílias: Coelho; Pedrossian; Barbosa Martins; Miranda; Tebet; Schimidt; Dias, dentre outras.

Dessa forma, Mato Grosso do Sul, quando têm sua estrutura fundiária analisada (Cartograma 7) junto ao restante do país, demonstra uma especificidade no que diz respeito

à predominância de médias e grandes propriedades, sendo que entre as cidades criadas em decorrência da CAND, somente Fátima do Sul, Vicentina e Glória de Dourados têm a estrutura agrária baseada na pequena propriedade.

Cartograma 7: Área de imóveis rurais pequenos, médios e grandes, Brasil-2003



Fonte: Atlas da questão agrária brasileira, 2008. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/>, acessado em 15/05/2010.

A crise econômica que se perpetuou durante os anos 1990 fez com que o governo brasileiro, que não tinha mais condições de manter o financiamento da indústria nacional, acostumada a esse tipo de incentivo, utilizasse como solução para a crise a abertura comercial, onde se inicia um processo de “venda” do país e desmantelamento da indústria nacional, devido à concorrência com as multinacionais, incentivadas a vir para o Brasil a

fim de atrair investimentos externos e gerar divisas e cobrir as dívidas do país com os bancos internacionais. Como pondera Araújo (2000, p.13):

A desregulamentação financeira e o patrocínio da desnacionalização do sistema bancário foram nitidamente promovidos no governo Collor e aprofundados no período de Fernando Henrique Cardoso. Na esfera produtiva, muda também, a prioridade. Ao invés de consolidar a integração do mercado interno, processo que se vinha acelerando nas décadas anteriores, passa-se a priorizar a inserção no mercado mundial das empresas, segmentos e espaços econômicos mais competitivos. O choque de competitividade aplicado ao tecido produtivo nacional, com as diversas políticas adotadas nos anos 90 – em especial com a política de abertura comercial e a política cambial dos primeiros anos do Plano Real –, força muitas empresas a se reestruturarem, e as que não o conseguem tendem a desaparecer, fundindo-se a outras ou fechando.

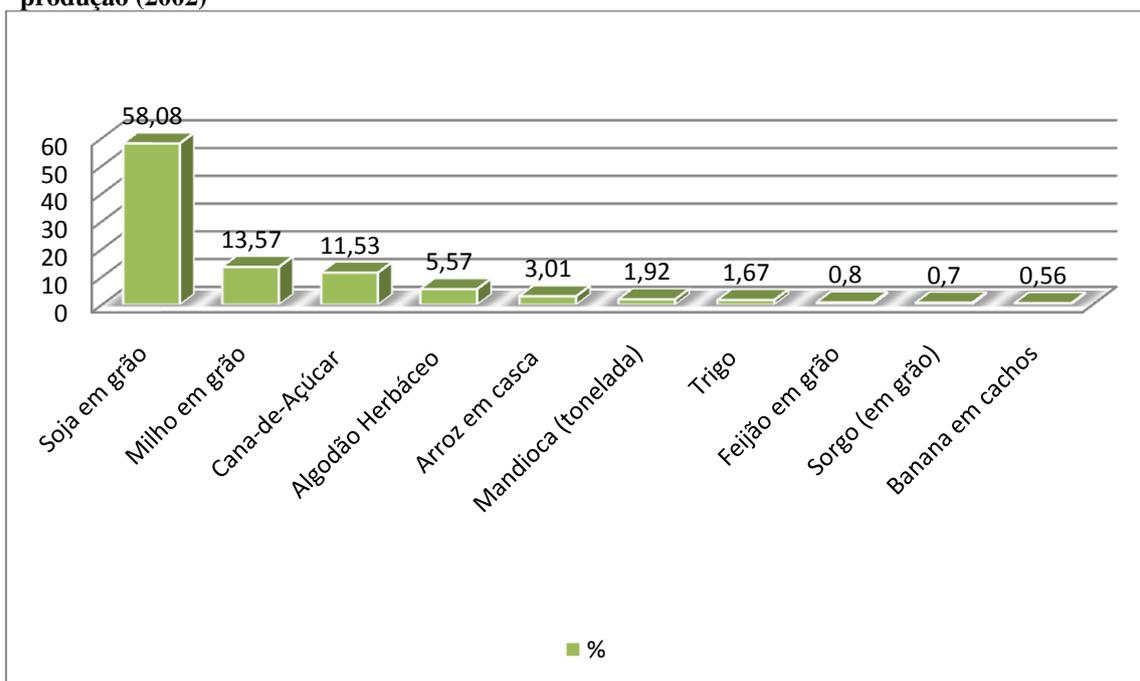
O governo FHC optou por continuar a beneficiar a produção de *commodities* e não a de alimentos, além de adequar o rural aos parâmetros capitalistas, beneficiando as grandes propriedades através de sua política agrícola. É o que nos diz Carvalho Filho (2001, p.194), sobre as características da política agrícola do governo FHC:

O que dizer, quando o país é colocado na trilha da chamada “integração competitiva”, da modernização da agricultura, da constituição e fortalecimento do *agrobusiness*, da busca pela competitividade internacional, da “modernização” (redução/destruição) do aparelho de estado, com implementação de instrumentos de política agrícola via mercado (opções, SPR, *swap*, etc.), cujo acesso claramente beneficia grandes produtores?

Como questiona o autor, a escolha por esse tipo de política deixa clara a falta de interesse do governo de FHC em fazer uma política agrária, através da ação de política pública que vise aumentar o acesso à terra e viabilizar pequenos produtores rurais, com a capacidade de quebrar a tendência histórica de concentração fundiária e os mecanismos de pobreza do mundo rural brasileiro. (CARVALHO FILHO, 2001)

Essa omissão de políticas agrárias tem provocado, no campo, uma homogeneização da produção, uma vez que obriga os pequenos produtores a participar de um modelo de produção voltado para o mercado, mas que pelas condições de garantia que possuem, não têm acesso aos mesmos benefícios dos grandes proprietários. O gráfico 5 nos mostra como a produção agrícola está alicerçada em torno de produtos que em muitos casos ocupam grandes quantidades de terras, como por exemplo, a soja, o milho e a cana-de-açúcar, os quais são indispensáveis para implementar uma produção capitalista que proporcione uma sequência de lucros. Não coincidentemente, em Mato Grosso do Sul, do *ranking* dos produtos mais valorizados, as primeiras posições são ocupadas por aqueles que têm seus preços cotados na bolsa de valores.

Gráfico 5: Mato Grosso do Sul: ranking dos principais produtos agrícolas, segundo o valor bruto da produção (2002)



Fonte: IBGE

Org.: Helfenstein, 2010

Essa situação se agrava em crises que são típicas do capital, pois os pequenos produtores capitalistas são mais vulneráveis à baixa das *commodities*, o que contribui para aumentar a concentração fundiária em grande parte, uma vez que para se livrar de dívidas, os pequenos produtores se submetem à venda de terra.

A política agrícola do governo Luís Inácio Lula da Silva tem se baseado no histórico incentivo fiscal, de privilégio a grandes propriedades, inclusive com perdão de dívidas ou refinanciamento feito à base do dinheiro do fundo de amparo aos trabalhadores (FAT), fator muito controverso, pois se perdem assim os riscos capitalistas de falência, derrubando a ideia que os próprios defensores desse sistema produtivo defendem: “quem tem competência que se estabeleça”. O Estado salva da lógica do capital financiando grandes e médios proprietários de terras, que possuem lógicas distintas de financiamento dos pequenos produtores os quais produzem alimentos que a população consome diariamente.

No estado de Mato Grosso do Sul, a produção do setor de grãos, cárnico e mais recentemente a disseminação de destilarias de álcool, por exemplo, tem modificado a forma das relações de produção, urbanizando o campo. Com isso cresceu a importância das funções técnicas e administrativas, criando empregos ocupados por profissionais que não necessariamente possuem um vínculo com o rural, além de novos ramos de atividades,

baseadas na concentração fundiária, e alta mecanização do campo, com baixa quantidade de empregos. Essa situação condiz com a mudança na maneira de produzir no Brasil, expressas por Muller (1989, p. 60):

A agricultura brasileira transitou do predomínio do modo tradicional de produzir para o predomínio do modo moderno, que combina insumos e serviços industriais com terra e trabalho. Essa transformação profunda expressa que houve mudanças (i) no objeto de trabalho, (ii) no processo de trabalho, (iii) nas formas de trabalho, (iv) na gestão e controle das unidades de produção.

Em setores como o da cana-de-açúcar, ocorre ainda uma produção feita à base de maior concentração das terras, inicialmente utilizando grande quantidade de mão-de-obra barata, na qual o trabalho leva o ser humano à exaustão, diminuindo a saúde desses trabalhadores levando o governo a gastar mais dinheiro com o setor de saúde e previdência social, de pessoas que se tivessem um “emprego humano”, não precisariam se aposentar por invalidez antes de seu tempo natural. Segundo a socióloga Maria Aparecida de Moraes Silva, “a vida útil de um cortador de cana hoje é de cerca de 12 anos, parecida com a do escravo no final da escravidão no Brasil”²⁴.

Nessa perspectiva de política agrícola, não há espaço para o pequeno proprietário de terras capitalista, menos ainda para o trabalhador camponês, o qual para Moura (1986 p. 69) “tem um peso que transcende a materialidade econômica da troca de mercadorias”.

Entendendo o modo de vida do camponês e seus valores, que vão muito além da questão econômica, é que se percebe o quanto são diferentes as racionalidades que envolvem a forma de produzir e viver do camponês e do pequeno produtor. Ainda segundo as perspectivas de Moura (1986, p.69):

Não é chamando o camponês de pequeno produtor que se resolve o problema de sua permanência e transformação na sociedade capitalista. Do mesmo modo que não é se restringindo ao modo pelo qual os lavradores se auto designam – sitiantes, moradores, posseiros – que se resolvem as delicadas tramas das afinidades políticas entre esses subalternos.

Como podemos observar, durante a análise da formação territorial de Mato Grosso do Sul, ficaram evidentes as contradições às quais fizeram parte de planos diferenciados e que tiveram a predominância do modelo de produção capitalista da terra como organização hegemônica. Essas ações se materializaram em um estado que, enquanto as classes agrárias sempre tiverem prioridade, alguns povos foram massacrados e outros só

²⁴ Vermelho Agência CUT de Notícias. Disponível em: <http://www.observatoriosocial.org.br>, acessado em 09/09/2010.

não deixaram de existir, graças às mobilizações populares que lutam até hoje para terem uma vida digna.

Dessa forma, visando uma maior compreensão sobre a temática trabalhada, a seguir faremos uma discussão acerca das características das escolhas políticas relacionadas ao campo e seus reflexos na forma de produzir das diferentes frações de classes agrárias.

2.2 – A opção pelo mercado e a oposição entre o “moderno” e o “atrasado”

As diferentes lógicas de produção que envolve o campo são analisadas pela sociedade sobre uma ótica social onde a classificação entre “moderno” e “atrasado” passa pela construção de certas formas de vida que se tornam hegemônicas e que vão fazer parte da construção de critérios para classificá-las.

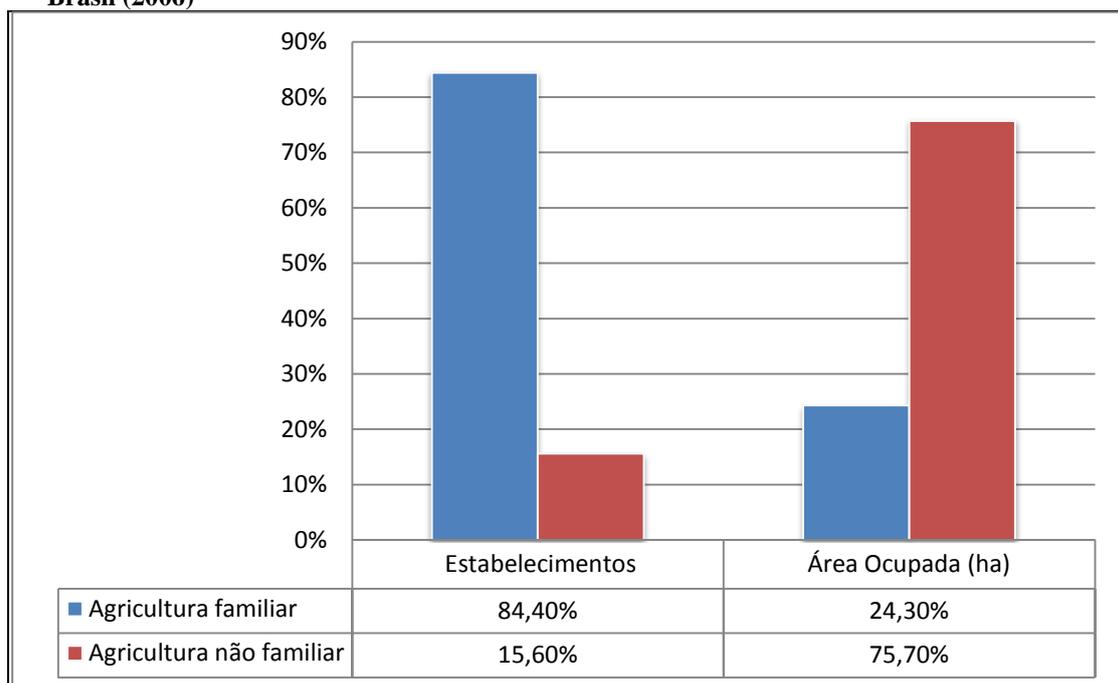
A produção agrícola do Brasil, nos últimos anos, tem se baseado em grandes financiamentos para o setor de produção de *commodities*, constituído por grandes empresas rurais e o atrelamento da produção do campo a indústria através dos CAI (Complexos Agroindustriais). Sobre as características dos CAI, nos apoiamos em Muller (1989, p.61-62) que ressalta:

Caracteristicamente, o CAI é uma unidade de análise na qual a agricultura se vincula com a indústria de dupla maneira: com a indústria de máquinas e insumos que tem na agricultura seu mercado e com a indústria processadora/beneficiadora de matérias-primas agrícolas. A primeira pode ser designada de indústria para a agricultura, e a segunda de agroindústria.

É esse modelo de produção que a mídia nos vende diariamente como organização de produção agrária moderna. No entender de Muller (1989, p. 62), “chama-se de modernização (tecnoeconômica) agrária a interação entre industrialização do campo e agroindustrialização”.

De outro lado, temos a agricultura camponesa, que não se utiliza de técnicas tão avançadas de produção, nem goza de financiamentos de grande porte, mas que contribui de maneira incisiva na produção de alimentos, sendo uma forma de resistência a intensa concentração de terras do país, como demonstra o gráfico 6.

Gráfico 6: Utilização das terras nos estabelecimentos, por tipo de utilização, segundo o IBGE, Brasil (2006)



Fonte: IBGE

Org.: Helfenstein, 2010

De acordo com dados fornecidos pelos IBGE – 2006 há expressiva diferença entre a distribuição das terras na agricultura familiar²⁵ que, apesar de ocupar uma área de 80,25 milhões de hectares correspondente a 24,30% da área ocupada pela agricultura brasileira, está dividida entre 4.367.902, o que corresponde a 84,40% do número de estabelecimentos rurais do país. Em contrapartida, a área (ha) ocupada pela agricultura não familiar, que corresponde 75,70% da área ocupada pela agricultura no Brasil, está distribuída somente entre 807.587 estabelecimentos, ou seja, 15,60% do número de estabelecimentos rurais do país.

Apesar da diferenciação entre a agricultura familiar adotada pelo IBGE e a agricultura camponesa, trabalhada entre os autores que subsidiam essa pesquisa, em

²⁵ Para ser classificado como agricultura familiar no Censo Agropecuário (e segundo a Lei nº 11.326), o estabelecimento precisava atender simultaneamente às condições detalhadas na publicação Agricultura Familiar – Primeiros Resultados (páginas 14 a 18). Os estabelecimentos não enquadrados nesses parâmetros foram designados como “não familiares”.

De acordo com a Lei nº 11.326 considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. Disponível em: www.ibge.gov.br, acessado em 10/05/2010.

especial a pesquisa de Oliveira (1998)²⁶, entendemos que os números acima apontam o quanto é concentrador o modelo de produção capitalista, o que torna sua análise fundamental para essa pesquisa. Nesse sentido, nos fundamentamos em Almeida (2003, p.82), que pondera:

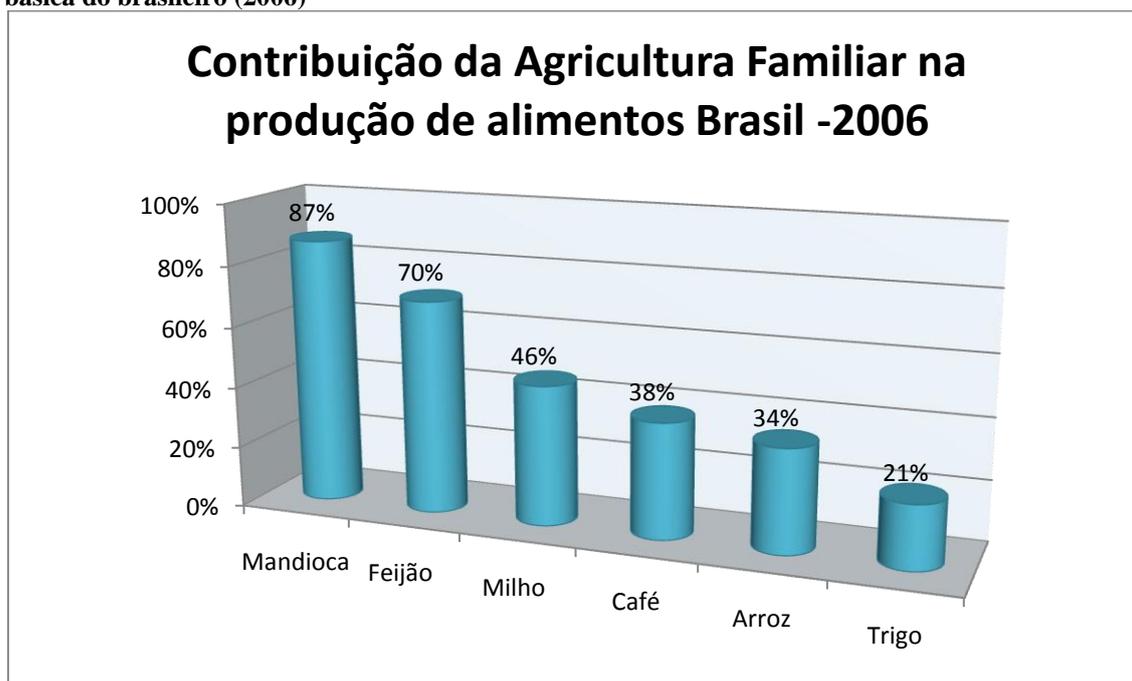
(...) apesar de o campesinato ser uma relação não capitalista, sua reprodução deve ser entendida a partir das diversas contradições do desenvolvimento desigual do capital e, por isso, trata-se de uma contradição e não de uma articulação de modos de produção.

A utilização das técnicas de produção, calcadas na utilização de máquinas modernas, na utilização de insumos para aumentar a produção e na comercialização virtual da produção, estão ligadas ao que a sociedade capitalista chama de “moderno”, por consequência o mercado. Em detrimento desta lógica está a agricultura familiar, considerada pelos padrões de produção capitalista “atrasada”, pelo fato de ser habitualmente comparada às premissas apontadas anteriormente.

Para mostrarmos o quanto é equivocada a ideia de atraso ligada à agricultura familiar, vamos nos utilizar de alguns números da produção provinda desse tipo de organização (gráfico 7), para demonstrar assim como cotidianamente ela está presente em nossas vidas. Começamos, então, apontando a sua participação na produção de alimentos que compõe a cesta básica tão consumida por toda população do Brasil.

²⁶ Oliveira (1986, p. 68) ao diferenciar produção camponesa de produção capitalista enfatiza o quanto é visível a distinção entre as duas formas de produzir. Para o autor, na produção capitalista, temos o movimento de articulação do capital expresso nas fórmulas: D-M-D, na sua versão simples, e D-M-D na sua versão ampliada, e D-M-D na sua versão ampliada. Já na produção camponesa, estamos diante da seguinte fórmula: M-D-M, ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poderem obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. É, pois um movimento do vender para comprar.

Gráfico 7: Contribuição da agricultura familiar na produção de alimentos que compõem a cesta básica do brasileiro (2006)

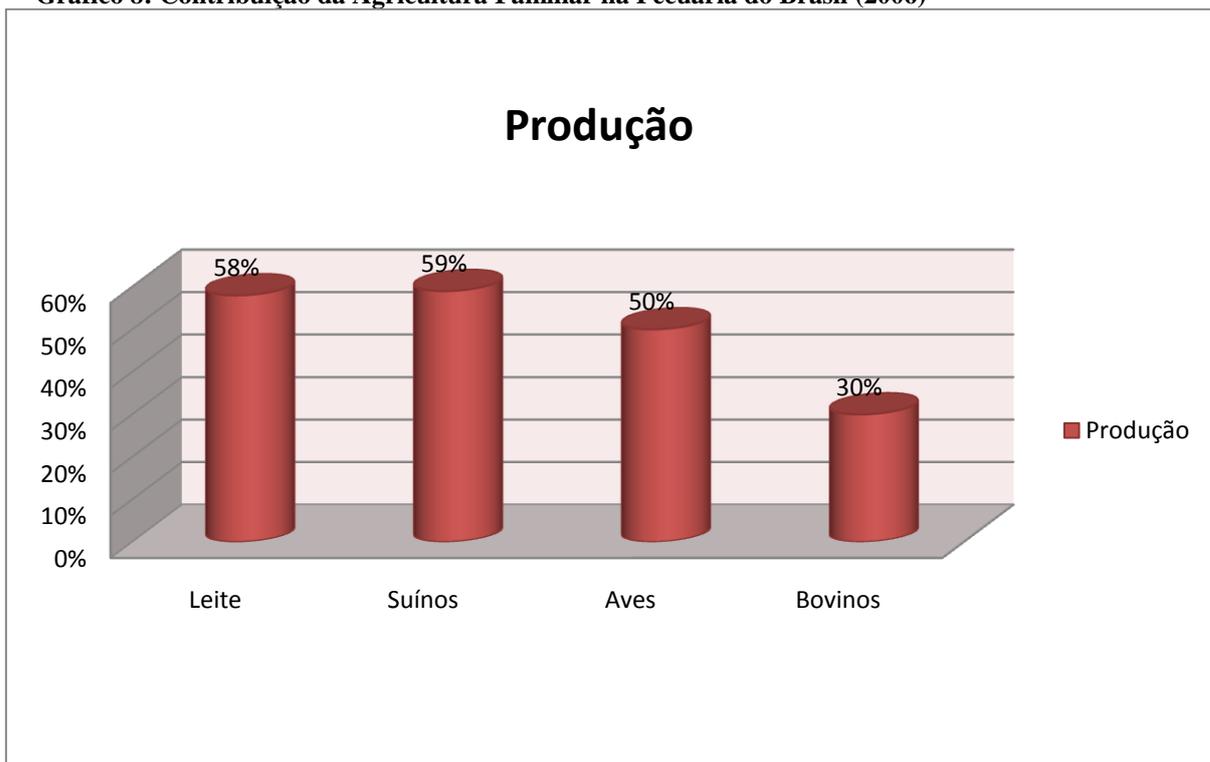


Fonte: IBGE

Org.: Helfenstein, 2010

Percebemos, assim, que apesar de ocupar uma área bem menor do que a agricultura não familiar, a agricultura familiar tem representativa contribuição na produção de alimentos, como a mandioca, 87%; feijão, 70%; milho, 46%; café, 38%; arroz, 34%; e o trigo, 21%. Essa produção alcança maior expressividade (Gráfico 8) quando analisamos os dados da pecuária, responsável pela carne e pelo leite, produtos muito consumidos por grande parte dos brasileiros.

Gráfico 8: Contribuição da Agricultura Familiar na Pecuária do Brasil (2006)



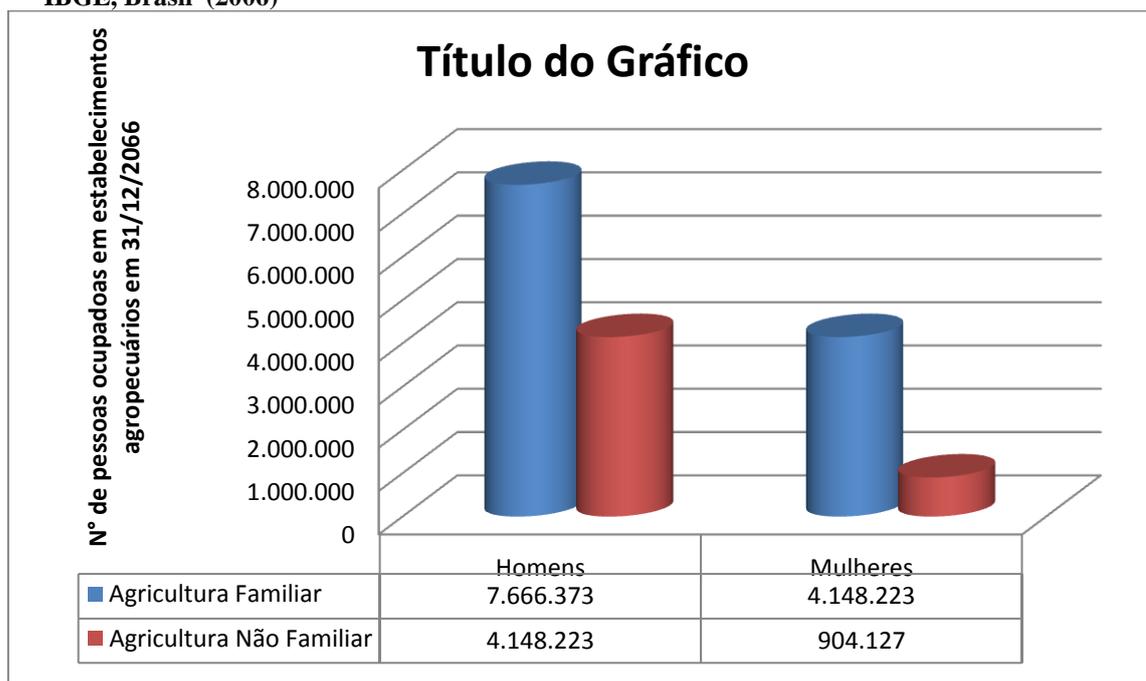
Fonte: IBGE

Org.: Helfenstein, 2010.

Como demonstra o gráfico 8, a produção familiar é responsável por 58% da produção do leite, realidade essa que encontramos na maioria dos 41 assentamentos visitados, (e que será melhor trabalhado no capítulo III desta dissertação).

Outra comparativa que dá à agricultura familiar, na nossa perspectiva, vantagem sobre a não familiar, diz respeito ao número de pessoas ocupadas por estabelecimentos. Como demonstra o gráfico 9, em 31/12/2006 a agricultura familiar era responsável por 11.814.596 empregos relacionados à agricultura do país, enquanto a agricultura não familiar empregava somente 5.052.350 trabalhadores .

Gráfico 9: Pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários em 31/12/06 , por sexo, segundo IBGE, Brasil (2006)



Fonte: IBGE, 2006

Org.: Helfenstein, 2010.

A participação da mulher na produção familiar (Gráfico 9) é outro elemento que nos chamou a atenção, tendo em vista que se comparado com a agricultura não familiar, seu trabalho ocupa lugar bem mais expressivo na produção. No que se refere à participação da mulher na produção familiar, de acordo com Moura (1986 p. 54), “há no campesinato formas muito variadas de se valer do trabalho feminino, que atua complementarmente às tarefas masculinas em todos os níveis”. Como aponta a autora:

Em certas áreas do Brasil rural, a mulher do sitiante não vai a roça trabalhar; em outras, o trabalho feminino inclui a participação no plantio e na colheita, atividades que acumula com as tarefas desempenhadas no corpo da casa e no quintal contíguo. Sabe-se que pequenas parcelas da roça podem estar sob controle feminino, e que o produto nelas obtido visa assegurar as mulheres condições de convertê-lo, pela venda, em bens para o uso próprio. (1998, p.54-55)

A inserção do trabalhador camponês nas políticas governamentais têm como base o pensamento criado sobre essa forma de viver e produzir que está inclusive presente na própria ideia formulada de si mesmo. Sobre essa questão, continuamos com Moura (1986, p.16) que destaca a forma como os próprios camponeses se definem:

Consciente de sua condição subalterna, o camponês se vê como o pobre e o fraco, reservando o antônimo destas categorias para os proprietários das grandes extensões de terras, os profissionais que representam as agências do Estado e, de modo mais ou menos genérico, os habitantes do meio urbano.

Não por acaso, as políticas públicas são voltadas a implementar o pequeno produtor, mesmo que elas não sejam nem de perto comparáveis aos investimentos no agronegócio. Trata-se de negar através do Estado qualquer forma de organização que possa fazer frente ao sistema de produção capitalista e colocar sua lógica em xeque.

A compreensão dos problemas relacionados à questão agrária nos últimos anos, não pode ser dissociada do modelo de desenvolvimento econômico, no qual se busca o controle político do debate público e disseminação de ideologias, as quais têm por objetivo oferecer um modelo de relações de dominação e exclusão, em que se adota um pensamento consensual em torno da produção de mercado. No que se refere ao pensamento consensual nos utilizamos da teoria de Fernandes (2008), que o analisa como uma construção ideológica que mascara sua intenção real, o pensamento ofensivo. Para o autor, tal pensamento,

(...) lê a realidade sem considerar suas contradições produtoras de conflitualidade. É um pensamento de cunho neoliberal que tem invadido muitos espaços e organizações populares, principalmente por meios das organizações não-governamentais. Constroem cenários e procuram convencer os movimentos populares e as comunidades rurais de que devem procurar o desenvolvimento sustentável sem criar oposições. O pensamento consensual procura convencer que o desenvolvimento territorial têm o mercado como essência. Essas ações revelam seu caráter de pensamento ofensivo, estruturado para desconstruir os pensamentos oponentes e projetar modelos e padrões de comportamento e de visão de mundo. (2008, p.212 - 213)

Se essa lógica for levada a sério e se tornar hegemônica dentro das esferas sociais, a reforma agrária, por exemplo, não têm fundamento em existir. Porém, é notória a conquista de movimentos populares que conseguiram, a duras penas, implantar uma parcela do processo de reforma agrária no Brasil, e que agora têm de romper novamente com esse pensamento consensual de que a reforma agrária está fadada ao que existe hoje, no qual ainda se encontram carências no amparo governamental, e lutar por uma nova conquista. Para Martins (2004. p. 40):

A peleja agora é pela forma da reforma. Estamos em face de uma luta pelo controle político da reforma agrária que vem sendo feita, pelo controle dos procedimentos relativos a ela, por seu resultado e por seu formato final. O que, ao fim e ao cabo, representa a consagração da reforma agrária, pelas partes em litígio, como solução do problema da pobreza rural.

Então, o desafio posto está no sentido de promover o debate dentro das esferas políticas a fim de se chegar a um modelo de reforma agrária que desconcentre a terra, produza alimentos e garanta a soberania alimentar²⁷ do país.

A proposta de soberania alimentar deve estar pautada em uma agricultura com camponeses, indígenas, comunidades pesqueiras, etc, respeitando suas culturas, dando prioridade à alimentação dessas populações, e respeitando as riquezas naturais. A soberania alimentar necessita de uma Reforma Agrária radical, com apoio às diversas formas de produzir, sem exclusão devido a fins comerciais, permitindo a todos os gêneros, igualdade de oportunidades e de acesso aos meios de produção. O comércio alimentar deve estar subordinado ao supremo direito humano à alimentação. Os produtos alimentares devem estar fora da OMC (Organização Mundial do Comércio), pois se permitir que alimento vire comércio, seguindo a lógica de mercado, necessariamente a exclusão sobre o consumo acontecerá.

As inovações genéticas provocaram uma espécie de patenteamento sobre as sementes, dando a um número pequeno de empresas o controle sobre a produção de determinados produtos. Assim sendo, a criação de políticas públicas sobre o intuito de produção de sementes “livres”, ou seja, que possam ser utilizadas sem nenhum custo adicional, devido a modificações transgênicas, devem ser estimuladas. Isso não implica em uma ojeriza a inovações tecnológicas, muito pelo contrário, a tecnologia deve ser utilizada a favor de melhorar a condição de vida das pessoas de um modo geral, e não apenas para se obter lucro e aprisionar o camponês ao modelo de produção vigente.

O cenário da produção agrícola se tornou tão monopolizado, que têm inclusive servido de arma política, a fim de pressionar alguns países pobres a adotar medidas que, beneficiem grandes empresas multinacionais a entrarem em seu território, com sua lógica de comércio, dando início à homogeneização das relações e esfacelamento da cooperação.

Nesse contexto, é necessário o questionamento do ideário que permeia as políticas feitas pelo Estado. Nessa conjuntura a ciência teria papel fundamental, no sentido de desmistificar certas afirmações de cunho positivista, que impedem uma revolução na

²⁷ A soberania alimentar é o direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que garantam o direito à alimentação para toda a sua população, com base na pequena e média produção, respeitando as próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais as mulheres desempenham um papel fundamental. Disponível em : www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano2_n4/revista_agroecologia_ano2_num4_parte05_opinioao, acessado em: 24/10/2008.

mentalidade e estrutura da sociedade, na qual o modelo de produção já está superado, pois não pretende atender as necessidades básicas de todos os cidadãos.

Froehlich (2006) critica as ruralidades que, por permanecerem exclusivamente agrícolas monocultores, não dão conta de sanar as necessidades do “Novo Rural”, que demanda por diferentes estratégias para impulsionar o que ele chama de dinamismo regional:

A produção ancorada exclusivamente em uma *commodity* pode até ser eficiente e gerar riqueza, mas não diversifica a economia local de modo a absorver a força de trabalho que o aumento de produtividade tende a tornar redundante. E esta dinâmica monocultora, além de criar paisagens monótonas, com solos e águas contaminados por agroquímicos, também vai impedir a expansão de serviços que reduziriam a emigração de jovens, um problema crescente no Brasil rural de hoje. (2006, p.182)

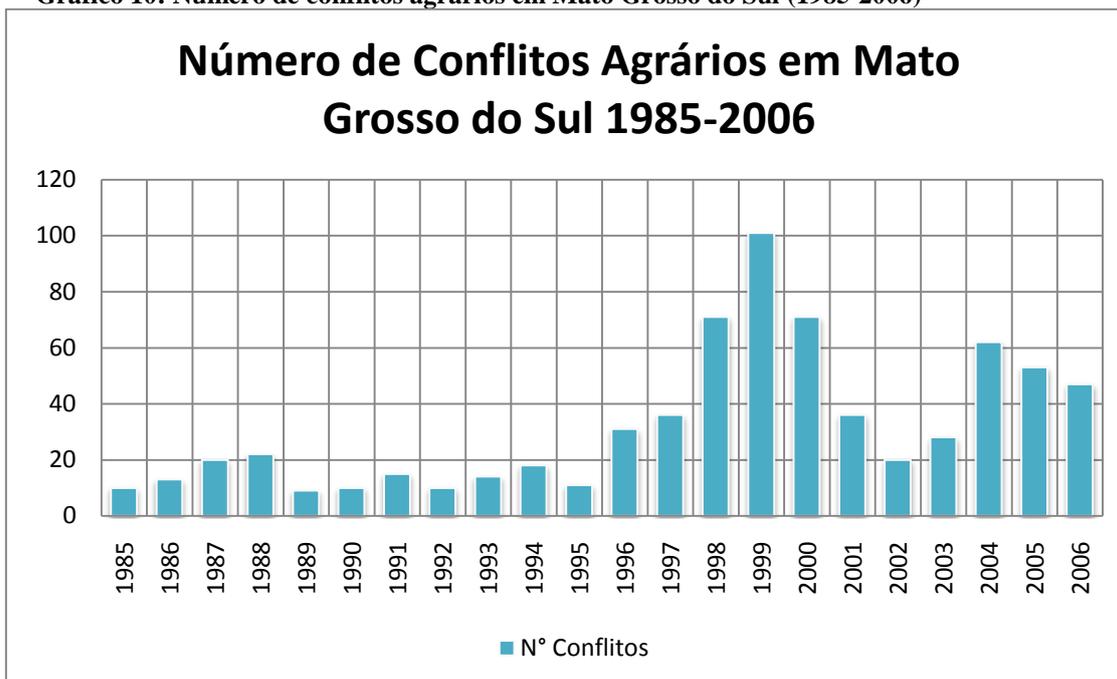
Os assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul possuem características diversas quanto aos seus espaços, muitos deles passando por dificuldades inerentes a maioria dos assentamentos rurais brasileiros. Suas carências vão desde a baixa qualidade das terras, falta de política efetiva de acompanhamento técnico, ausência de infra-estrutura de trabalho para os órgãos responsáveis em executá-la, e até mesmo a fatos de caráter econômico e natural (essas especificidades presentes nos assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul serão discutidas no subitem a seguir).

2.3 – A realidade dos assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul e o papel do Programa Luz Para todos

Os anos de aprofundamento do processo agroindustrial contribuíram para o êxodo rural, a concentração fundiária e ao mesmo tempo para o crescimento dos movimentos de luta pela terra e a instalação dos assentamentos, em todos os estados, não sem sangue ou sem embates.²⁸ O gráfico 10, a seguir, evidencia a existência de um grande número de conflitos envolvendo a questão agrária no estado de Mato Grosso do Sul.

²⁸ Sobre Conflitos Agrários, ver: Martins (2004), Oliveira (1996), Almeida (2003), e Fernandes (1999), entre outros.

Gráfico 10: Número de conflitos agrários em Mato Grosso do Sul (1985-2006)

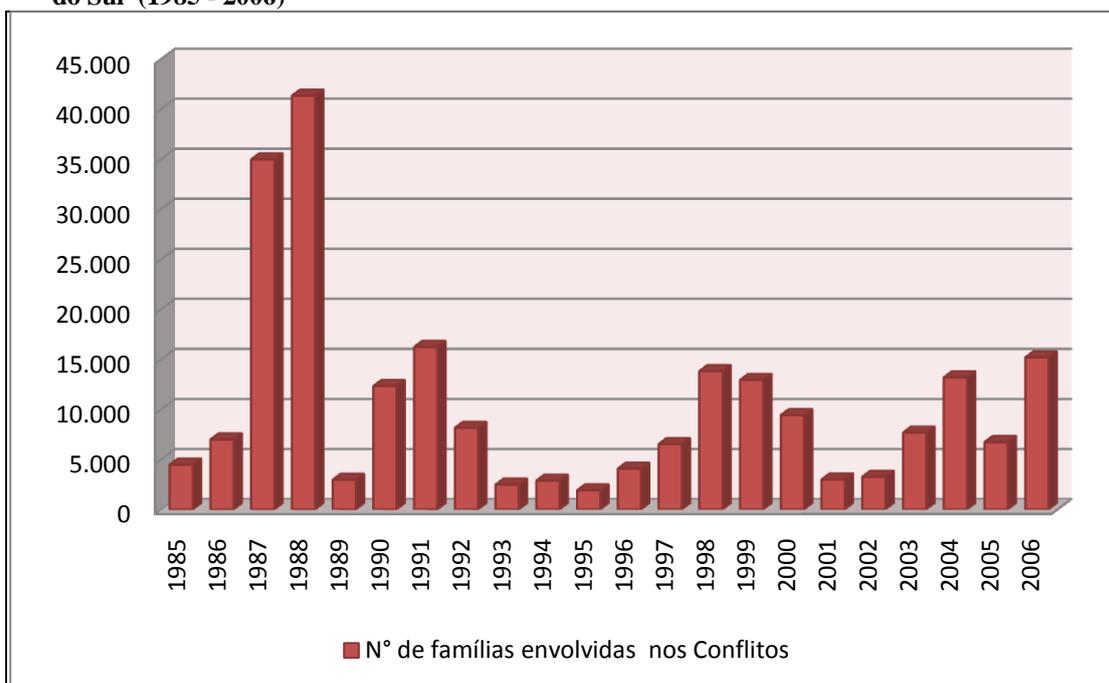


FONTE: CPT

ORG.: Helfenstein, 2010

Também nos chama atenção a quantidade de famílias envolvidas nos conflitos agrários no estado de Mato Grosso do Sul (Gráfico 11), que em 1988 alcançou um número expressivo de mais de 40.000 famílias, demonstrando o tamanho da exclusão e do conflito agrário no estado.

Gráfico 11: Número de famílias envolvidas nos conflitos de luta pela terra em Mato Grosso do Sul (1985 - 2006)

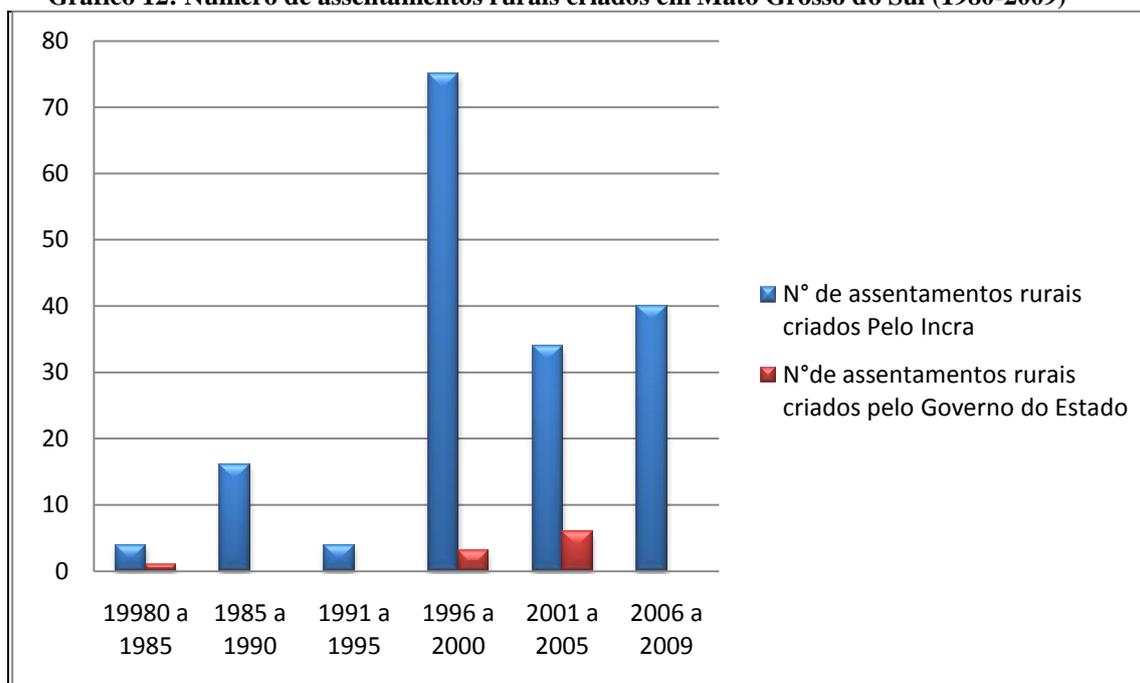


Fonte: CPT

Org.: Helfenstein, 2010

Esse embate que as forças populares travaram com as elites agrárias do estado de Mato Grosso do Sul resultou na criação de vários assentamentos rurais (gráfico 12), que desde os anos 1980, foram impulsionados pelo fim da ditadura militar e consequentemente a retomada da organização dos movimentos em prol das lutas sociais, dentre elas a luta pela reforma agrária.

Gráfico 12: Número de assentamentos rurais criados em Mato Grosso do Sul (1980-2009)



Fonte: INCRA ; AGRAER, 2010.

Org.: Helfenstein, 2010.

O gráfico 12 demonstra a criação de um número expressivo de assentamentos rurais em Mato Grosso do Sul, uma conquista dos movimentos populares, que se contrapõe à política hegemônica que permeia o histórico de formação do estado baseado na grande propriedade de terras. Atualmente vivenciamos uma nova luta, pautada em uma política de reforma agrária que mais do que o acesso à terra, dê condições de produção e de permanência para que seja alcançada uma política agrária de fato.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), por exemplo, se tornou uma referência na luta pela terra, por exigir que a reforma agrária não se resuma a simples distribuição de terras improdutivas, mas, segundo Fernandes (1994, p.46), por um sistema agrário que propicie,

(...) a construção de novas formas de organização social que possibilitem a (re)conquista da terra de trabalho - a propriedade familiar. Vai em direção à (re)construção da propriedade coletiva dos meios de produção, e, mais importante ainda: vai em direção à construção de novas experiências realizadas cotidianamente pelos trabalhadores rurais no

movimento de luta pela terra.

O processo de reforma agrária baseado na simples distribuição de terras contribuiu para criar péssimas condições de vida no campo, o que dificulta a permanência das famílias na terra. Apesar disso, a maioria resiste heroicamente, lutando para fazer a terra produzir e para fazer chegar essa produção aos mercados.

Os assentamentos de Mato Grosso do Sul são na sua grande maioria territórios onde se desenvolve a reprodução da força de trabalho familiar, que não se utiliza de técnicas avançadas para produção, e que ainda tem na burocracia parte fundamental dos problemas para produzir. A burocracia impede que algumas ações²⁹ sejam implementadas pois torna o acesso aos créditos agrícolas inapropriados às temporadas de determinados cultivos.

A energia elétrica tem sido apontada como ferramenta fundamental para se desenvolver a produção dos assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul. Vejamos essa premissa do Plano de Metas do Governo de Mato Grosso do Sul³⁰ (2003, p.17).

A eletrificação rural de Mato Grosso do Sul é uma condição básica para viabilizar a produção dos agricultores familiares, abrindo possibilidades para a verticalização produtiva por meio de programas específicos. No que diz respeito à propriedade rural tradicional, isso significa a abertura de um novo horizonte de produtividade (...).

Dentro dessas perspectivas, o Programa Luz Para Todos torna-se um dos principais mecanismos com possibilidades de alavancar e tornar a pequena propriedade economicamente viável, pois teoricamente aproxima os assentados de alternativas produtivas de diferentes espécies e tem contribuído para que mais pessoas se aproveitem das benesses que a energia elétrica proporciona.

A iniciativa da universalização da energia elétrica como promotora de desenvolvimento é defendida por vários segmentos da sociedade, sejam eles políticos ou até mesmo a sociedade civil organizada. Contudo, em Mato Grosso do Sul, tal iniciativa teve que se deparar com a realidade do baixo número de residências com acesso a energia elétrica, além de estar lidando com áreas de assentamentos rurais familiares que especificamente representam uma forma de produção não vinculada ao chamado agronegócio, ou seja, diferente dessa última modalidade que se ajusta aos parâmetros capitalistas de produção.

²⁹ Alguns assentados reletaram durante as entrevistas que os créditos para o plantio de alguns alimentos, apenas era disponibilizado depois do período destinado ao plantio desses alimentos.

³⁰ MATO GROSSO DO SUL. **Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável**. Campo Grande: SEPLANCT, 2002.

A operacionalização do Programa é de responsabilidade do Comitê Gestor Estadual, que é a instância na qual se priorizam as demandas, o andamento do Programa e o cumprimento da meta estadual de universalização do uso da energia elétrica.

O Comitê Gestor do Programa Luz Para Todos no Estado de Mato Grosso do Sul é formado por representantes de todos os segmentos envolvidos nessa política pública de tentativa de universalização de energia e geração de renda, Ministério de Minas e Energia, agências reguladoras estaduais, distribuidoras de energia elétrica, governo estaduais, prefeituras e representantes da sociedade civil.

Assim, a implementação do Programa Luz Para Todos tem um apelo forte na geração de renda e na inclusão social. De acordo com a imprensa, nessa Unidade da Federação, o Programa deveria contribuir com a geração de 7,5 mil empregos diretos e indiretos.

No estado de Mato Grosso do Sul, os dados oficiais apontam que 97.922 pessoas estavam excluídas do acesso à eletrificação (Censo IBGE 2000) ³¹. Deste total, 82.619 (84,4%) encontravam-se no campo. Nesse sentido, o Luz Para Todos foi pensado para promover a antecipação do ano máximo previsto para a universalização, de 2013 para 2008. Foi investido na rede de distribuição um total previsto de R\$ 133 milhões, sendo 75% deste montante de recursos federais e o restante custeado pelo governo estadual, concessionárias e cooperativas de eletrificação rural.

Referindo-se ao Programa, o então Governador José Orcírio dos Santos (2003-2006) afirmava:

(...) Luz nos assentamentos significa o desenvolvimento das famílias, isso melhora a qualidade de vida, pois podem ter um geladeira para guardar o doce, o leite. Podem ter uma televisão para se manterem informados (...). Podem comprar um triturador para fazer ração para o gado, assim, melhorando a produtividade. Ou seja, indiscutivelmente a luz elétrica, e as estradas são fatores importantíssimos para desenvolver a área rural.

Nesse contexto, o Programa Luz para Todos vem sendo implantado no estado de Mato Grosso do Sul e teria atingido quase 100% de atendimento aos assentamentos rurais.

Essa informação é dada pela Enersul, considerando que, do que estava proposto, 100% teria sido realizado.

De acordo com Carlos Augusto Longo, então secretário de Infra-Estrutura do Estado, em entrevista pessoal, ³²

(...) até o início de dezembro de 2005, já tinham sido investidos R\$117 milhões, sendo que R\$ 28, 6 milhões de contrapartida do governo de

³¹ Disponível em: www.ibge.gov.br, acessado em 17/08/2007.

³² Entrevista realizada no dia 20/10/2007, na cidade de Campo Grande - MS

Mato Grosso do Sul, R\$68 milhões do Governo Federal, R\$ 15,9 milhões da Enersul e da Eletrobrás e R\$10,3 dos proprietários rurais, que propiciou atendimento a 18.997 propriedades, beneficiando 85.500 pessoas. GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, (apud HELFENSTEIN, 2007, p.20).

Em função dessa condição de atendimento, o Mato Grosso do Sul vem sendo conhecido como um estado modelo na implantação do Programa Luz Para Todos. Esse foi o discurso recorrente do Governo Zeca do PT, durante o seu segundo mandato (2002-2006), mas também de políticos do estado, como o Senador Delcídio do Amaral, principalmente durante a campanha para governador (2006), que repetidas vezes discursou e apontou essa situação do Mato Grosso do Sul em relação a esse Programa e outros estados brasileiros.

O senador Delcídio do Amaral definiu o Luz Para Todos como um dos programas de maior alcance social do Governo e fez dele uma de suas metas no Senado, com um trabalho que foi decisivo para a sua implantação, em Mato Grosso do Sul. Assim está colocado o discurso do Senador Delcídio do Amaral³³:

(...) Levar energia a todos os recantos do Estado, as cidadezinhas mais isoladas, iluminar as fazendas que antes só conheciam a lamparina, e especialmente levar a energia elétrica aos assentamentos era um sonho pessoal e um compromisso do senador, que já está sendo cumprido.

Na Região do Pantanal, onde as características físicas do relevo dificultam a chegada da energia elétrica, estão sendo viabilizadas fontes de energia alternativa, quais sejam: energia solar microturbinas que funcionam movidas pela água do rio. Além disso, atualmente algumas Regiões do Pantanal estão sendo contempladas com a energia decorrentes de novos investimentos, uma vez que nessas condições de relevo o custo se torna mais alto para implementar novas linhas de energia elétrica.

Evidenciou-se na fala dos representantes governamentais a idéia do desenvolvimento do campo, o qual vê na energia elétrica ferramenta indispensável para a diversificação da produção dos assentados. Estes, por sua vez, possuem esse discurso, mas também defendem seu direito ao acesso à energia elétrica pelo fato de tornar a vida no campo mais fácil.

É a respeito da construção do significado que tem a energia elétrica e as modificações que provoca nas relações de produção dos assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul, que passaremos a discorrer no próximo subitem.

³³ Disponível em: www.senadordelcidio.com.br, acessado em maio de 2005.

2.4 – A energia elétrica como infra-estrutura básica para o crescimento econômico – o LUZ PARA TODOS como contradição do capitalismo no Brasil ?

O apagão ocorrido no ano de 2001 provocou uma série de mudanças no que se refere ao consumo de energia, no comportamento da população brasileira. Da mesma forma evidenciou a falta de planejamento e investimentos governamentais para que não ocorresse interrupção no fornecimento e distribuição de energia elétrica no Brasil.

Segundo Netto (2010)³⁴:

A crise ocorreu por uma soma de fatores: as poucas chuvas, e a falta de planejamento e ausência de investimentos em geração e distribuição de energia. Com a escassez de chuva, o nível de água dos reservatórios das hidroelétricas baixou e os brasileiros foram obrigados a racionar energia.

A crise energética que atingiu o país em 2001 provocou uma série de medidas fundamentais para que os chamados apagões não paralisassem o país. De acordo com o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU)³⁵, elaborado no ano de 2009,

o prejuízo econômico que o apagão gerou de R\$ 45,2 bilhões, o grosso do dano (60%), R\$ 27,12 bilhões, vieram na forma de aumentos cobrados nas contas de luz de empresas e pessoas físicas. O restante foi bancado pelas arcas do Tesouro, nutridas pelo contribuinte. Segundo o TCU, o governo teve de aportar recursos em companhias de energia elétrica.

O mesmo relatório acima realça ainda que além dos R\$ 45,2 bilhões, houve outros prejuízos. Antes do apagão, em 2000, a economia crescera 4,3%. E em 2001, o PIB despencou para 1,3%.

Apesar de todas as preocupações geradas em decorrência do apagão, não é atual a preocupação com a produção e a manutenção da energia elétrica. Ela compõe parte importante de uma série de infra-estruturas indispensáveis à produção de mercado. Para Santos & Silveira (2006, p.225), “a expansão do meio técnico-científico-informacional aumenta as necessidades em energia elétrica”. Os referidos autores destacam ainda que não são só os grandes centros industriais do Sudeste e do Sul que aumentam suas demandas, “mas também a procura representada pelo sistema de transportes e telecomunicações, e pela mecanização da agricultura e a informatização de boa parte das atividades econômicas”. (2006, p.225)

Gradativamente, o consumo de energia elétrica foi aumentando no Brasil, de forma desigual, quando comparados os atendimentos urbanos e rurais. Como apontam Santos e Silveira (2006, p. 226):

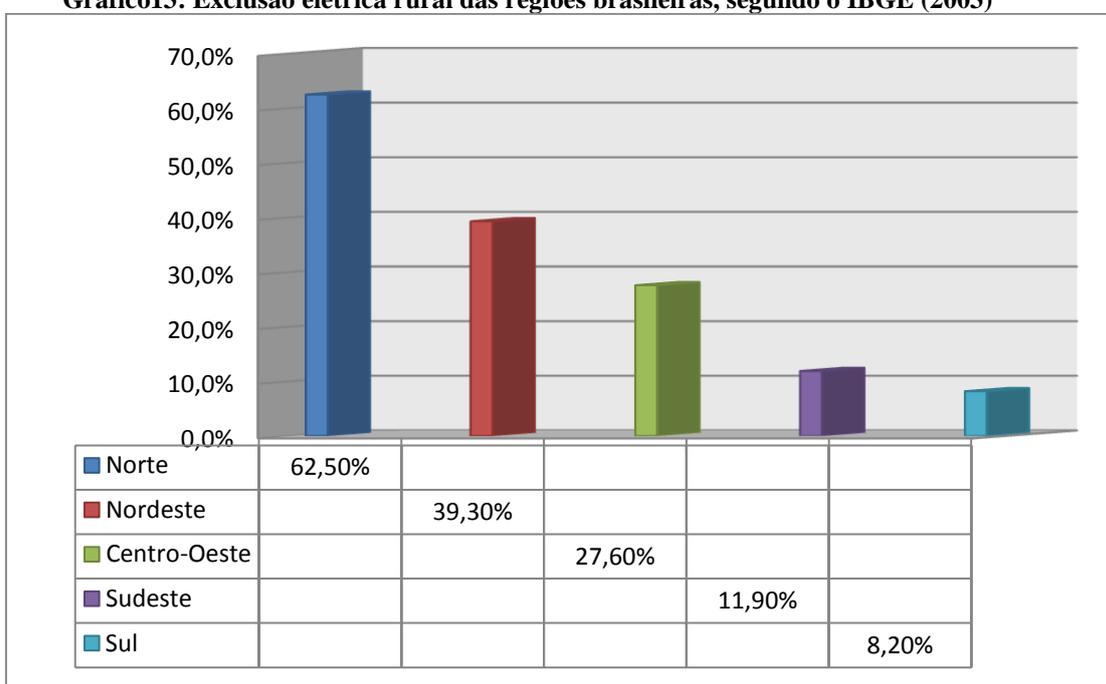
³⁴ Disponível em: www.cartacapital.com.br, acessado em: 20/07/2010.

³⁵ Disponível em: www.portal2.tcu.gov.br, acessado em: 10/04/2010.

Em 1995, 96% dos domicílios urbanos de todo país eram eletrificados, e no Sudeste e no Sul havia esse serviço em 99% dos domicílios. No campo, a iluminação elétrica passou a integrar as condições materiais de vida. A eletricidade rural passou de 6% em 1975, para 63,1% dos domicílios em 1985. Em 1995 o fenômeno se intensifica, pois há presença da eletricidade em 85% dos domicílios rurais no Sul, 78,1 no Sudeste, 62,7% no Centro-Oeste e 47,6% no Nordeste em 1995. A modernização agrícola foi, ao mesmo tempo, causa e consequência dessa difusão.

No campo, como podemos verificar no gráfico 13, o índice de desigualdade regional é ainda maior o que evidencia uma cruel realidade, quanto ao atendimento elétrico do país.

Gráfico13: Exclusão elétrica rural das regiões brasileiras, segundo o IBGE (2003)



Fonte: IBGE, 2003.

Org. Helfenstein, 2010

É interessante notar que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), já mencionado nesta dissertação no primeiro capítulo, apresenta maior expressividade nas Regiões com maior atendimento de energia elétrica, certamente pelo acesso a outros serviços que a energia proporciona.

Em Mato Grosso do Sul, os números deixam claros a importância e as especificidades da utilização da energia elétrica. A produção no Estado, em sua maioria, está voltada à lógica do agronegócio, ou seja, a produção para a geração da mais-valia em detrimento das necessidades das populações existentes no estado.

Contudo, apesar da energia elétrica ser indispensável para a produção de mercado, nos assentamentos ela não impediu que sua utilização fosse baseada na coletividade, pois serviços como o abastecimento de água é, em cerca de 90% dos assentamentos, pago coletivamente e só realizado dentro da lógica coletiva.

Algumas visões românticas foram sendo desconstruídas durante os trabalhos de campo. O conceito de campesinato utilizado aqui é formulado pela via campesina, em que o modelo camponês não propõe a rejeição da modernidade, tecnologia ou comércio, contrapondo o discurso de retorno a um passado arcaico baseado em tradições rústicas, nas quais as novas tecnologias são vistas apenas como tentativa de inserção do campo as políticas neoliberais. Diferentemente, a via campesina insiste que um modelo alternativo deve ser baseado em certos valores em que a cultura e a justiça social pesem, e mecanismos concretos sejam estabelecidos para assegurar um futuro sem fome. O modelo alternativo da Via Campesina busca resgatar aspectos tradicionais, locais e conhecimento dos agricultores e, quando e onde for apropriado, combinar esse conhecimento com novas tecnologias. (DESMARAIS, 2007, p.38)

No caso dos assentamentos rurais, a energia sobre a ótica do capital, tem a função de tornar viável a extração do excedente econômico, pois a produção de alimentos que tem se tornado satisfatório à indústria exige condições de quantidade e qualidade do produto a ser transformado nas fábricas. Exemplo a ser citado dentro de nossa pesquisa é a produção de leite, explorada por algumas indústrias, a partir do momento em que a energia elétrica proporcionou a aquisição de resfriadores, aumentando a quantidade de leite armazenada, tornando o transporte viável e atendendo as exigências de qualidade do produto.

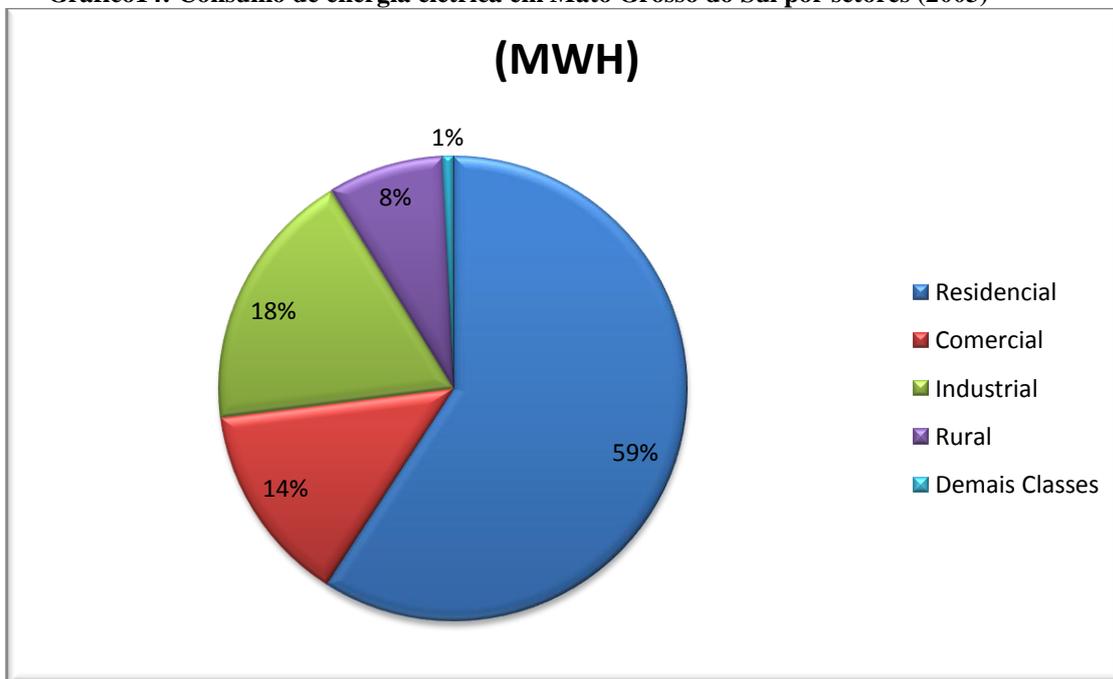
Observando a importância da energia elétrica para o campo, ficam evidenciadas as contradições que a mesma gera, uma vez que faz parte da técnica indispensável para produção do mercado, o que conseqüentemente gera concentração, exclusão e expansão. Por outro lado, a energia elétrica tem sido utilizada dentro dos assentamentos rurais como forma de resistência, auxiliando na produção, oferecendo conforto, fixando e, em alguns casos, trazendo de volta o "homem" ao campo.

Os dados do censo 2003 apontavam que, no estado de Mato Grosso do Sul, 97.922 pessoas estavam excluídas do acesso à eletrificação. Deste total, 82.619 (84,4%) estão no campo. Esses números acabaram sendo maiores que a estimativa, haja a vista que o número de pedidos superou em muito os dados apresentados pelo censo, fazendo com que houvesse um atraso para o ano de 2013 da conclusão das ligações que faltaram.

O quadro de consumo de Mato Grosso do Sul (gráfico 14) aponta ainda a classe

residencial como responsável por consumir 59% dos MWH produzidos, seguido pela indústria com 18%, o comércio com 14%, o rural com 8% e os setores restantes representando 1% dos MWH produzidos.

Gráfico14: Consumo de energia elétrica em Mato Grosso do Sul por setores (2003)

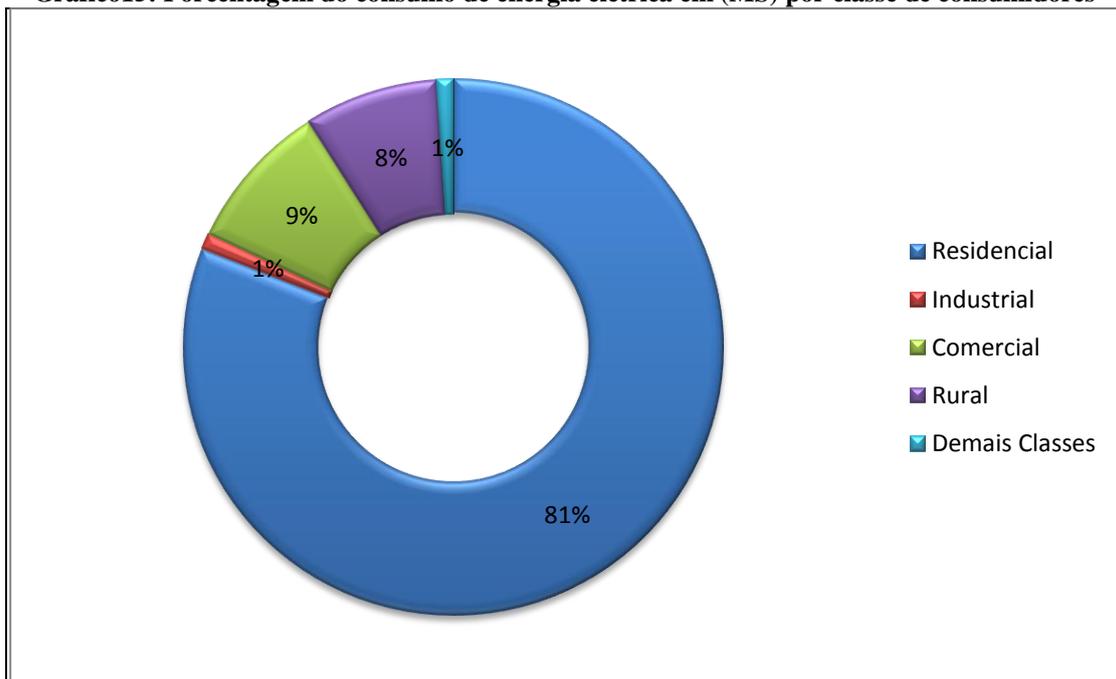


Fonte: ENERSUL / ELEKTRON

Org.: Helfenstein2010

No que diz respeito às unidades de consumo (gráfico15), 81% estão na classe residencial, 9% na classe comercial, 8% na classe rural, 1% na indústria e 1% das demais classes. Esses dados demonstram que apesar de representar 1% dos consumidores, a indústria é responsável pelo segundo maior consumo, enquanto o setor rural equivale o número de consumidores com a quantidade de energia consumida.

Gráfico15: Porcentagem do consumo de energia elétrica em (MS) por classe de consumidores

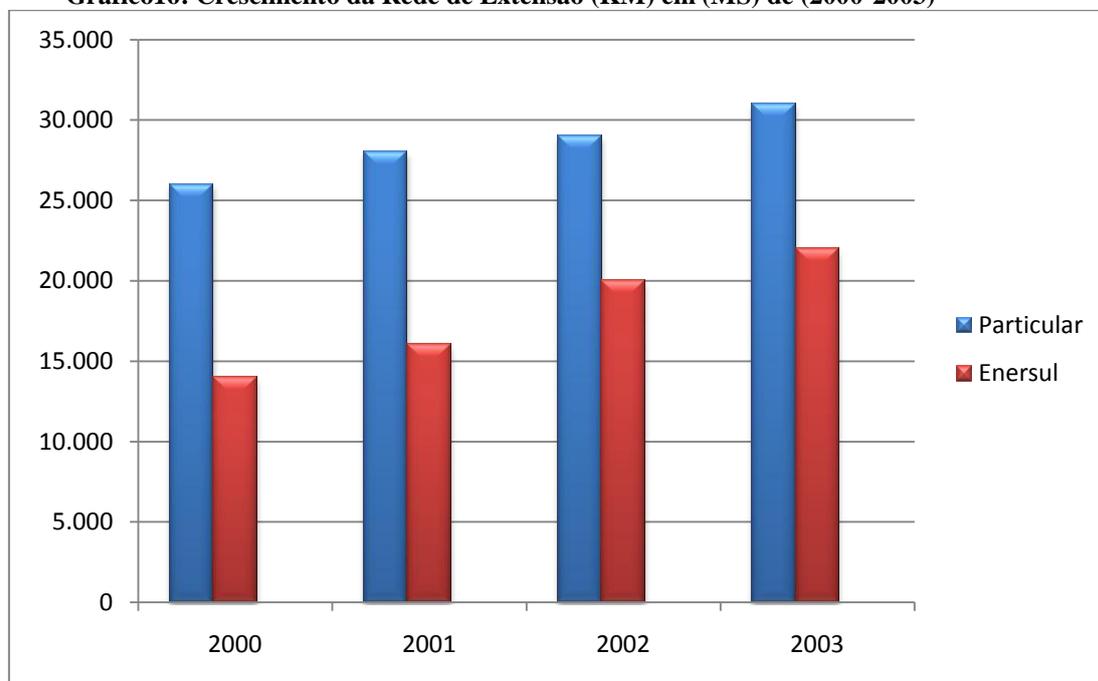


Fonte: ENERSUL / ELEKTRON.

Org.: Helfenstein, 2010.

O Gráfico 16 demonstra o crescente aumento da extensão das redes tanto particular como privadas no campo, demonstrando que o campo está sendo alvo de políticas que pretendem eletrificar as propriedades rurais.

Gráfico16: Crescimento da Rede de Extensão (KM) em (MS) de (2000-2003)



Fonte: ENERSUL

Org.: Helfenstein, 2010.

Nas políticas de Eletrificação Rural dos governos federais, se destacam o Luz no Campo, implementado durante o Governo FHC, e o Programa Luz Para Todos, em

realização no Governo Luís Inácio Lula da Silva, que apesar de serem destinados a um determinado setor (o campo), têm atuações diferentes e a mesma racionalidade. Os dois programas são conhecidos como referência no que tange à tentativa de universalização da energia elétrica, porém o primeiro deles, denominado Luz no Campo, não possuía estrutura capaz de fazer com que as concessionárias implementassem o acesso à energia. Vejamos as considerações de Viana (2008. P. 12), quando analisa os resultados do Programa:

Apesar da intensa publicidade feita pelos criadores e gestores do programa, o Luz no Campo não representou uma quebra de paradigma, pois apenas financiou parte da responsabilidade da distribuidora. Entretanto, com base na legislação referente à participação financeira, houve o repasse de parte dos custos ao consumidor. Dessa forma, grande parte dos que poderiam ser beneficiados pelo programa acabou ficando de fora por não ter condições de arcar com os custos do empréstimo. O Luz no Campo mitigou a situação de falta de acesso ao serviço de energia elétrica; contudo a falta de um gestor e um comando legal capaz de definir e estabelecer as responsabilidades de metas de universalização, além da escassez de recursos necessários para a expansão da distribuição, impediram a plena universalização dos serviços de energia.

O insucesso do Programa Luz no Campo se deu devido à baixa quantidade de recursos destinados a financiar as concessionárias, falta de mecanismos que garantissem o não repasse dos custos aos demais consumidores, de um gestor que garantisse eventuais adaptações ao programa e uma meta de universalização a ser alcançada gradativamente. Em outras palavras, aqueles que não podiam pagar o financiamento da ligação elétrica, como a concessionária achava justo cobrar pelo serviço, ficavam novamente sem energia. Esse fato é apontado por Pertusier (apud FUGIMOTO, 2005, p.50):

De acordo com dados da Eletrobrás, apresentados por Pertusier (2000), o investimento total previsto para o Programa Luz no Campo era de R\$ 2, 255 bilhões, enquanto o valor financiado com recursos da RGR correspondia a R\$ 1, 525 bilhões (aproximadamente 68% do total). O restante dos investimentos era complementado com recursos próprios das distribuidoras dos governos estaduais e dos solicitantes.

O Programa Luz no Campo obteve como resultado final, em junho de 2002, o atendimento de 419 mil novas famílias beneficiando cerca de 2,08 milhões de habitantes, número esse muito abaixo do número de pessoas que ainda estavam à margem do acesso à energia elétrica.

A criação da lei nº 10.438, em 2002, é considerada um marco regulatório do setor energético, pois criou uma série de regulamentações, que deixaram bem claros os papéis de cada agente operacional dessa política, suas responsabilidades e metas. A partir dessas definições, foi criado aquele que é considerado a maior intervenção governamental

brasileira no acesso à energia elétrica, referimo-nos ao decreto, lei nº 4.873/2003, que criou o Luz Para Todos.

Com os financiamentos do Governo Federal partindo da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e também da RGR (Reserva Global de Reversão), o governo estipulou prazos e metas para a universalização da energia elétrica no país. Para tal foram levados em conta o Índice de Atendimento (IA) e a capacidade técnica e econômica das distribuidoras. Sobre essas premissas foram estabelecidos esses prazos:

Quadro 1: Prazo máximo para a universalização na área de concessão segundo índice de atendimento (Ia)

| Índice de Atendimento da Concessionária | Prazo Máximo para a Universalização na Área de Concessão |
|--|---|
| Ia > 99,50 % | 2006 |
| 98,00 % < Ia < 99,50 % | 2008 |
| 96,00 % < Ia < 98,00 % | 2010 |
| 80,00 % < Ia < 96,00 % | 2013 |
| Ia < 80,00 % | 2015 |

Fonte: Resolução nº 223/2003 In: Fugimoto ,2005.
Org.: Helfenstein, 2010.

Levando em consideração os números apresentados na tabela anterior, temos a seguinte distribuição e prazos para as concessionárias cumprirem:

Quadro 2: Ano limite para a universalização, por concessionárias de energia

| Ano Máximo para Universalização | Quantidade de Distribuidoras | Concessionárias |
|--|-------------------------------------|--|
| 2006 | 14 | ELETROPAULO, LIGHT, CEB, CPFL, PIRATININGA, BANDEIRANTE, JAGUARI, JOÃO CESA, POÇOS DE CALDAS, COOPERALIANÇA, NACIONAL, URUSSANGA, CPEE, MOCOCA. |
| 2008 | 19 | ESCELSA, CEEE, ELEKTRO, AMPLA, CELESC, ELETROCAR, VALE PARANAPANEMA, MUXFELDT, CENF, CAIUÁ, SANTA CRUZ, CELB, NOVA PALMA, BOA VISTA, MANAUS, CSPE, DEMEI, SANTA MARIA, BRAGANTINA. |
| 2010 | 13 | CEMIG, COPEL, AES SUL, RGE, CELG, CELPE, COGEL, PANAMBI, CAT-LEO, CHESP, CELO, CORONEL VIVIDA, IGUAÇU ENERGIA |

| | | |
|------|----|---|
| 2013 | 11 | COELBA, ENERSUL, CEMAT, CEA, COSERN, SAELPA, ENERGIPE, CEAL, COELCE, CERON, SULGIPE |
| 2015 | 07 | CEMAR, CELPA, ELETROACRE, CELTINS, CEPISA, CEAM, CER |

Fonte: Resolução nº 223/2003 In: Fugimoto, 2005.
Org.: Helfenstein, 2010.

O número de pessoas que o Programa Luz Para Todos atendeu por Região do Brasil chegou, segundo o governo³⁶, a 11,1 milhões de pessoas, sendo 2 milhões na Região Norte, 5,5 milhões no Nordeste, 777 mil no Centro-Oeste, 1,9 milhão no Sudeste e 898 mil no Sul.

Viana (2008, p.16) ao discursar sobre o Programa Luz Para Todos, o descreve:

O Luz para Todos, ainda em vigor, tem representado uma importante ferramenta na universalização do acesso ao serviço de energia elétrica no Brasil. O programa, criado em um ambiente bastante favorável à universalização, reflete exatamente as mudanças no contexto regulatório concernentes ao tema e, mais do que isso, objetiva, além de levar energia elétrica a mais de dois milhões de domicílios no país, criar condições econômicas (capacidade de pagamento) para viabilizar o acesso, já que a maioria das pessoas excluídas do serviço é de baixa renda.

O Programa de Universalização Luz Para Todos, principalmente entre a parcela da população carente, aparece como um sucesso, já que esses sujeitos sem o Programa não teriam acesso à energia até hoje. Tal condição demonstra duas faces da mesma moeda.

Desta forma, se de um lado a energia elétrica serve como fator indispensável para produção de mercado, no qual a lógica é incorporar os agricultores familiares a uma cadeia de produção que lhes propicie renda para se manter na terra, do outro, temos o fator histórico de exclusão de uma parcela muito grande da população que sempre viveu às margens dos benefícios que a energia elétrica propicia.

Dentro dessa lógica, parte do processo de criação de um cidadão passa pelo reconhecimento do direito, que não é mais baseado sobre a capacidade de produzir para o mercado e sim pelo fato de a energia ser uma peça chave no auxílio a outras diversas políticas públicas. Portanto, o Luz Para Todos não significa uma contradição ao mercado, mas é parte fundamental de uma nova visão governamental, que tem a preocupação em garantir os direitos básicos de todos os cidadãos.

³⁶ Ministério de Minas e Energia. In: www.mme.gov.br, acessado em 17/08/2010.

CAPÍTULO III
UMA ANÁLISE SOBRE O
PROGRAMA LUZ PARA TODOS
NOS ASSENTAMENTOS RURAIS
DE MATO GROSSO DO SUL.

3.1 – O Programa Luz Para Todos como estratégia de desenvolvimento para o Estado de Mato Grosso do Sul

Com base no Art. 165 da Constituição Federal Brasileira, o qual estabelece que o Governo Federal necessita cumprir 03 etapas básicas antes de investir os recursos dos cofres públicos – planejar, definir diretrizes e elaborar o orçamento³⁷, o Governo Federal executou o Plano Plurianual de Investimentos (PPA 2004-2007), denominado “Plano Brasil para Todos”, que foi elaborado com vistas à implantação de um modelo de desenvolvimento de longo prazo, para muito além de 2007. O discurso governamental é de que tal proposição deveria promover transformações estruturais na sociedade brasileira. Nesse sentido, entre as várias ações inseridas no PPA, que necessitariam angariar orçamento, foi proposto o Programa Luz para Todos, com o objetivo de eliminar a exclusão elétrica no país dentro do prazo de quatro anos.

Tal projeto foi iniciado em 2004, sob o comando do Ministério das Minas e Energia, e objetivava levar energia elétrica para 10 milhões de pessoas do meio rural até o ano de 2008.

De acordo com o Ministério das Minas e Energia³⁸:

O mapa da exclusão elétrica no país revela que as famílias sem acesso à energia estão majoritariamente nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano e nas famílias de baixa renda. Cerca de 90% destas famílias têm renda inferior a três salários-mínimos e 80% estão no meio rural.

Contudo, como já demonstrado no capítulo 2, tendo em vista o grande número de pedidos de ligações, devido ao baixo índice de atendimento e à falta de linhas de transmissão, especialmente na região Norte do país, o prazo nacional foi revisto e passou, nas regiões com mais dificuldades, de 2008 para o ano máximo de 2015.³⁹

³⁷ A fase de planejamento resulta na proposta do Plano Plurianual (PPA), que reúne as prioridades por um período de quatro anos. O PPA deve ser enviado pelo Presidente da República ao Congresso até o dia 31 de agosto do primeiro ano de seu mandato. O Plano estabelece, ainda, a ligação entre as prioridades de longo prazo e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

“A (...) elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), (...) estabelece as metas e prioridades para o exercício financeiro subsequente; orienta a elaboração do Orçamento; dispõe sobre alteração na legislação tributária e a política de aplicação das agências financeiras de fomento. O Governo Federal deve enviá-la até o dia 15 de abril de cada ano ao Legislativo.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) estima as receitas e autoriza as despesas, de acordo com a previsão de arrecadação. Se durante o exercício financeiro houver necessidade de realização de despesas acima do limite que está previsto na Lei, o Poder Executivo submete ao Congresso Nacional projeto de lei de crédito adicional. Disponível em: www.brasil.gov.br/transparencia/orcamento. Acessado em 25/07/2008.

A Constituição determina que o Orçamento será votado e aprovado até o final de cada Legislatura, ou seja, 15 de dezembro. Depois de aprovado, o projeto é sancionado pelo Presidente da República e se transforma em Lei. www.brasil.gov.br/transparencia/orcamento

³⁸ Ministério de Minas e Energia In: www.mme.gov.br, acessado em: 13/08/09.

³⁹ Ver quadro 1, p.100.

Assim, a pretensão do governo é utilizar a energia como vetor de desenvolvimento social e econômico destas comunidades, contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda familiar. A concepção é de que a chegada da energia elétrica facilitará a integração dos programas sociais do Governo Federal, além do acesso a serviços de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento.

Partindo desse pressuposto foram pensadas alternativas de desenvolvimento econômico, quase sempre atreladas à proposta de melhoria nas condições sociais de diferentes grupos que compõem as classes de menor poder aquisitivo.

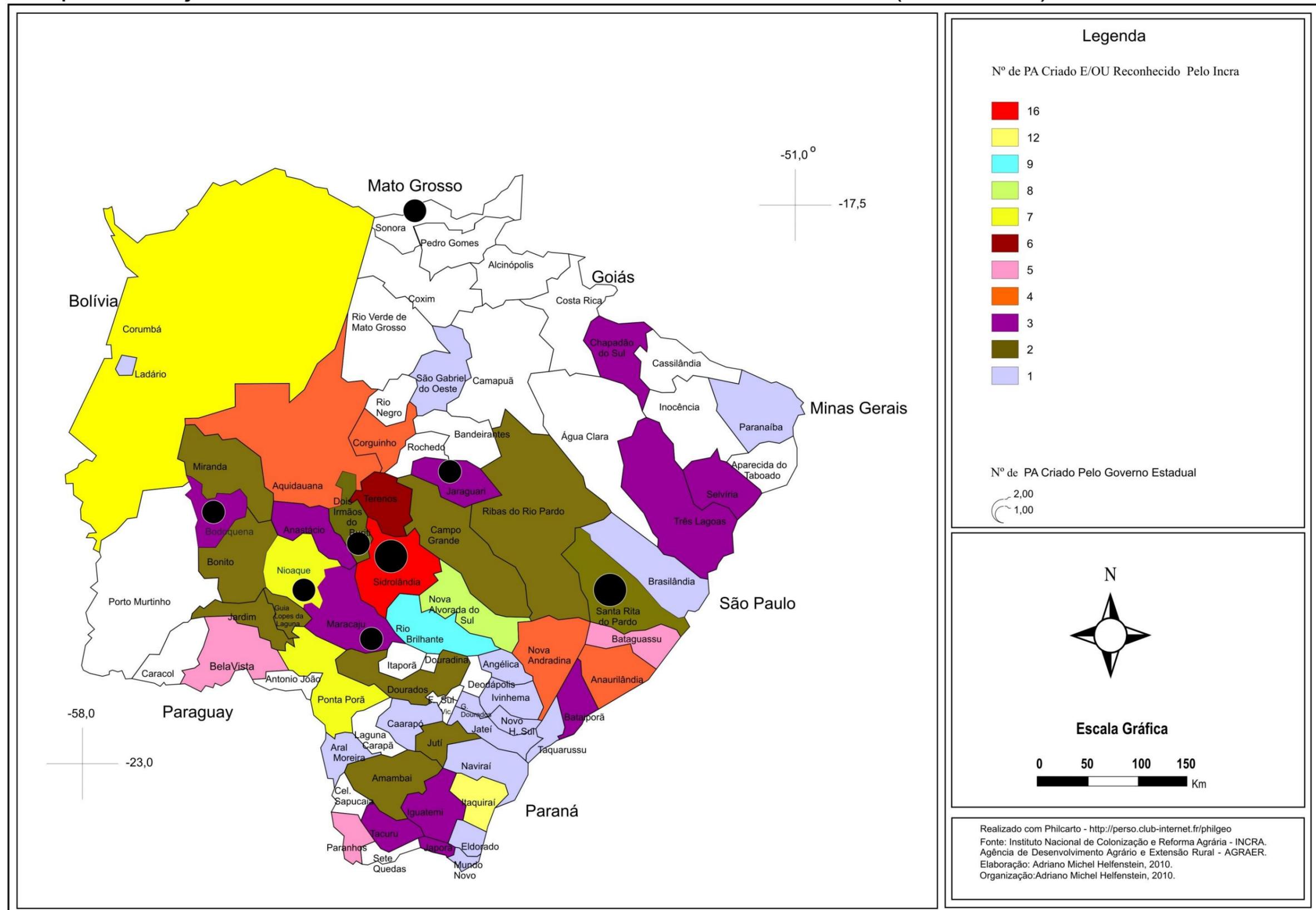
De acordo com dados obtidos no site da Eletrosul, até o dia 13/09/2009 o Programa Luz Para Todos atingiu a meta de levar energia elétrica gratuitamente a 2 milhões de famílias, beneficiando a 11,1 milhões de pessoas. Estima-se que as obras do Programa geraram cerca de 335 mil empregos diretos e indiretos. Foram instalados 824 mil transformadores, 5,6 milhões de postes e 1,1 milhões de Km de cabos elétricos. Ainda de acordo com o Ministério de Minas e Energia, já no início de 2009, 79,3% das famílias atendidas pelo Programa compraram televisão e 73,3 adquiriram geladeira. No total foram comercializados 1,7 milhões de televisores, e 1,6 milhões de geladeiras, além de liquidificadores, ventiladores, bombas d'água, entre outros.

Os dados aqui apresentados condizem com a realidade encontrada em nossa pesquisa de campo⁴⁰, realizada em 41 assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul, contemplados com o Programa Luz Para Todos.

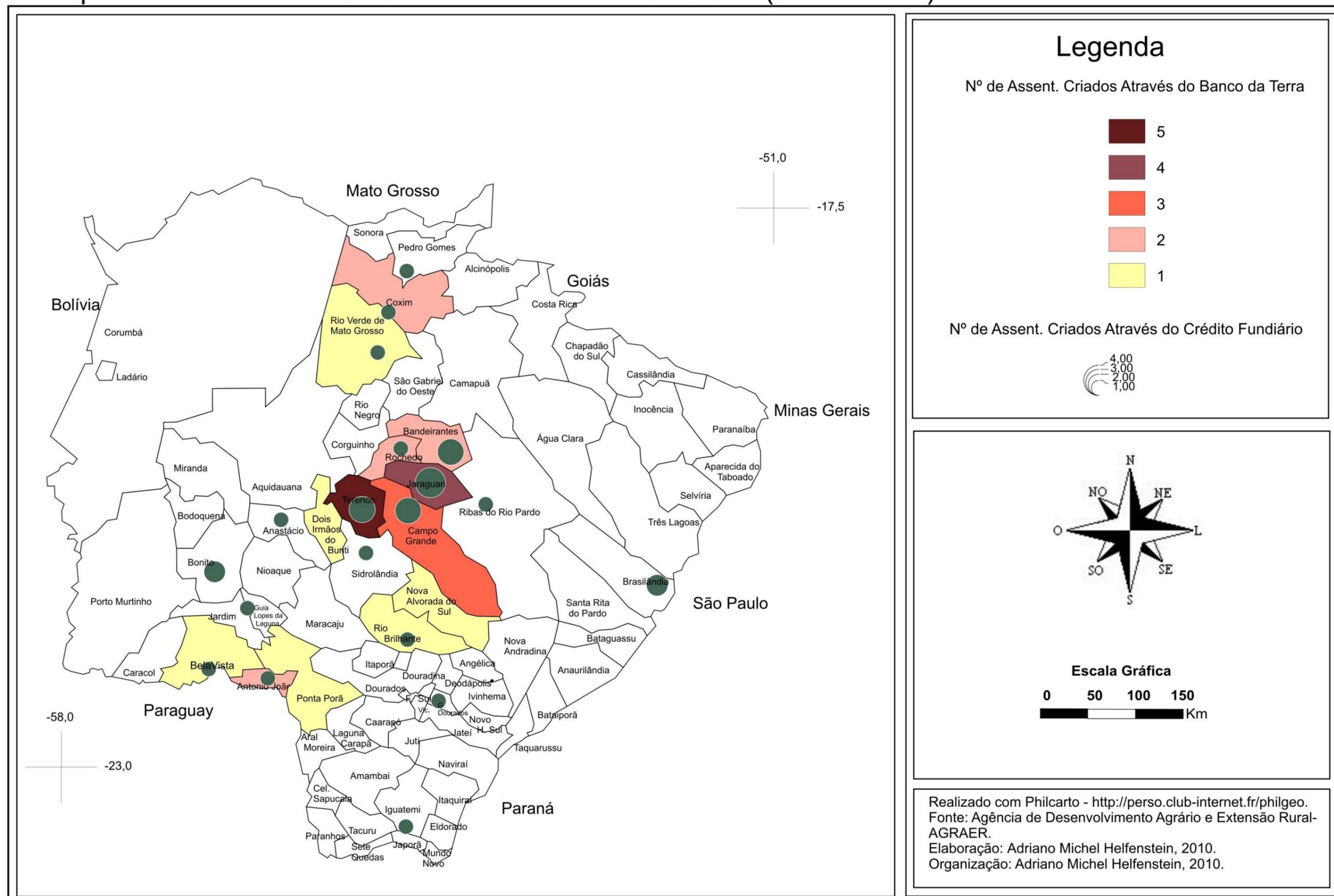
Como destacado no capítulo II desta pesquisa, no estado Mato Grosso do Sul, desde os anos 1980, vem sendo implantados muitos assentamentos rurais. De acordo com dados obtidos junto ao INCRA, até o ano de 2010 foram implantados aproximadamente 173 assentamentos rurais federais e 10 assentamentos estaduais em todo o estado (Mapa 3). Dados fornecidos pela AGRAER apontam, ainda, a existência de 47 assentamentos no estado, criados através do Banco da Terra e do Crédito Fundiário (Mapa 4).

⁴⁰ Ver gráfico 21, p.129.

Mapa 3 - Projeto de Assentamentos Rurais de Mato Grosso do Sul (1980-2009).



Mapa 4 - Assentamentos Rurais de Mato Grosso do Sul (1980 - 2009).



Consideramos esses números um significativo avanço na luta contra a concentração de terras tão expressiva no estado de Mato grosso do Sul.

Contudo, com base na bibliografia consultada para o desenvolvimento desta pesquisa, bem como em nosso trabalho de campo, identificamos que a maioria desses assentamentos foram instalados sem infra-estrutura adequada para a produção do básico necessário à sobrevivência, fator que justifica a não permanência no campo de parte das famílias assentadas no estado. Foi, visando sanar tais problemas, que o Programa Luz Para Todos, foi pensado.

Como apontado anteriormente, dados do censo do IBGE apontavam que em Mato Grosso do Sul, no ano de 2000, cerca de 97.922 pessoas estavam excluídas do acesso à eletrificação. Deste total, 82.619 (84,4%) estavam no campo. No referido estado, o Programa Luz Para Todos foi pensado para promover a antecipação do ano máximo previsto para a universalização, de 2011 para 2008. Foi investido na rede de distribuição um total previsto de R\$ 133 milhões, sendo 75% deste montante de recursos federais e o restante custeado pelo governo estadual, concessionárias e cooperativas de eletrificação rural.

Constatamos em nossa pesquisa que até o mês de novembro de 2010 o programa não atingiu a meta de 100% de atendimento aos assentamentos rurais do estado. Uma das justificativas é a dificuldade em levar energia a todos os locais previstos, como é o caso da Região do Pantanal.

Franco defensor do Programa, como já dissemos, o Senador Delcídio do Amaral tem procurado demonstrar que tem se esforçado em conseguir recursos para atender essa parcela da população que falta. Em entrevista ao Jornal Pantanalnews⁴¹, em 19/08/2010, o Senador declara:

Obtive da Eletrosul a garantia de que, até o final de 2010, todos os domicílios urbanos e rurais do nosso estado contarão com energia, inclusive as 1.600 pequenas e grandes propriedades do Pantanal, que exigem investimentos mais altos em função da distância das subestações de distribuição, para os quais já estamos buscando autorização especial do Ministério das Minas e Energia.

O maior desafio em Mato Grosso do Sul é levar o programa para o Pantanal. Lá tem a dificuldade do acesso e o custo é três vezes maior, com investimento médio de R\$ 90 mil por consumidor. Mas não tenha dúvida de que vamos fazer com que a energia elétrica atenda também os nossos irmãos pantaneiros.

Em Mato Grosso do Sul, já em 2005, apenas em dois anos de Programa, o estado vinha sendo conhecido como um modelo na implantação do Luz para Todos. Realidade que

⁴¹ Disponível em: Jornal Pantanal News online, In: www.pantanalnews.com.br, acessado em 27/09/2010).

permanece até os dias atuais, pelo ritmo de atendimento do Programa.

Em 2006, o Coordenador do Comitê Gestor Estadual do Programa, Sr. Celso Marlei⁴², que ainda ocupa o mesmo cargo, se mostrava favorável à implantação e ainda contribuiu destacando que uma das principais qualidades do Programa Luz para Todos era a capacidade de fixar o homem no campo. Em entrevista pessoal no dia 17/09/2006, ele assegurava:

(...) Independente de quem é governo de qualquer coisa, então a partir do momento que você leva energia ao campo e que você fixa o homem, você começa a diminuir as favelas urbanas, então isso é importantíssimo porque essas pessoas vão produzir e sobreviver lá, e agente na verdade acaba evitando as grandes favelas nas cidades. A meu ver é um programa que tem tudo pra dar certo, e o objetivo dele foi criado pra isso, pra fixar o homem ao campo, pra produzir pra produzir renda, e pra que de fato possa se desenvolver. (apud HELFENSTEIN 2007, p.30)

Em 2007, Mato Grosso do Sul passou a ser governado pelo Governador André Puccinelli, do PMDB, que em função de uma condição nacional de aliança, pareceu estar junto ao Governo Federal até o início da campanha para governo, em 2010, quando esteve candidato para seu segundo mandato. O fato é que o Governador, evidentemente, se utiliza da prerrogativa do Programa, mas ao que se pode perceber, não há interesse desse Governo para com a instalação nos assentamentos, bem como nas comunidades indígenas.

Os dados⁴³ atuais do Programa em Mato Grosso do Sul demonstram que até o mês de agosto de 2010, da meta proposta de atendimento por domicílio no estado, que é de 39.548, 34.087 já foram atendidos. Do total de investimentos previsto para o estado, 336 milhões de reais, 199 milhões de reais já foram investidos.

No que se refere aos investimentos destinados especificamente aos assentamentos rurais, os dados apontam que dos 17.250 domicílios previstos, até agosto de 2010, o Programa já atendeu a 13.257 domicílios, totalizando investimentos da ordem de 112,6 milhões de reais.

As ligações de domicílios nos assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul, correspondem hoje 39% dos atendimentos já feitos no estado.

Procuramos entender a visão dos assentados contemplados e as repercussões sócio-

⁴² Procuramos o coordenador do Comitê Gestor Estadual, Celso Marlei, para confirmarmos tais apontamentos, e obtivemos dele a resposta de que para estudantes os dados relativos ao Programa não podem mais serem liberados por ele sem autorização de seus superiores. Sendo assim, nos sugeriu que enviássemos um email, para o Sr. Janio Varella e/ou para o Sr. Delmar Gonçalves e para o próprio Celso Marlei, que através de email autorizou o fornecimento dos dados.

⁴³ Os dados atuais do Programa Luz Para Todos foram levantados junto Coordenação Regional do Programa Luz para Todos em Florianópolis - Santa Catarina, na pessoa do Sr. Janio Varella. Entre emails e contatos por telefone no dia 05 de outubro recebemos todas as informações solicitadas a esse órgão.

econômicas da chegada da energia elétrica nesses assentamentos rurais, o que nos permitiu compreender as características dessa estratégia de desenvolvimento.

Notamos que a viabilidade econômica e o financiamento da produção dos assentamentos é defendida pela maioria dos entrevistados, como podemos constatar na fala do assentado Sr. Elias Dias de Freitas, em entrevista pessoal no mês de setembro de 2010:

A chegada da energia elétrica trouxe mais conforto pra gente, ventilador, água gelada, bomba para o poço, que era no saril. A energia elétrica mudou a situação da produção do assentamento. A horta, por exemplo, que era irrigada com o regador agora irrigamos com o aspersor e mangueira de irrigação. (MORADOR DO ASSENTAMENTO CONQUISTA CAMPO GRANDE-MS)

Também destacamos a compreensão da importância da produção pelos assentados, como podemos verificar nos dizeres do assentado Sr. Misael Francisco da Silva:

Nós lutamos muito para conseguir a terra, nada foi fácil, quando a gente assume a terra, temos que fazer ela produzir, por isso que estou aqui. Para cidade também é importante que nós produzimos, pois vocês comem os muitos alimentos plantados aqui. O leite por exemplo, vai lá pra cidade de vocês, mas o preço só tá dando pra nós sobreviver, isso porque nós temos o refrigerador, se não ia ficar muito difícil nossa situação aqui. (MORADOR DO ASSENTAMENTO FLORESTA BRANCA. ELDORADO-MS, EM ENTREVISTA PESSOAL NO MÊS DE JULHO DE 2007.)

Essas falas demonstram o conjunto de contradições existente na implantação de uma política governamental, que ao mesmo tempo que sustenta o sistema de produção de mercado, reproduzindo uma política que é de interesse das frações de classes dominante agrária e agroindustrial, também responde às demandas dos movimentos populares, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e as associações de assentamentos, trazendo conforto e capacidade de inclusão.

Para Poulantzas (2000, p.188):

(...) o papel do Estado diante das massas populares, tanto quanto não pode ser reduzido a uma ilusão, a uma mistificação ideológica pura e simples, não pode ser reduzido ao de um Estado - Providência de funções meramente "sociais". O Estado organiza e reproduz a hegemonia de classe ao fixar um campo variável de compromissos entre as classes dominantes e as classes dominadas, ao impor muitas vezes até as classes dominantes certos sacrifícios materiais a curto prazo com o fim de permitir a reprodução de sua dominação a longo termo.

Dentro dessas perspectivas, o Programa Luz Para Todos tornou-se um dos principais programas de incentivo para alavancar e tornar a pequena propriedade economicamente viável, tendo em vista que aproxima os assentados de alternativas produtivas as mais variadas.

Contudo, nosso trabalho de campo, realizado nos 41 dos 153 assentamentos rurais de

Mato Grosso do Sul contemplados com o Programa Luz Para Todos (Mapas 5 e 6),⁴⁴ nos permite afirmar, com base na fala dos 41 assentados entrevistados⁴⁵, que o Programa assumiu um caráter social e está implícito nele o objetivo de corrigir disparidades regionais que foram construídas historicamente nesse país.

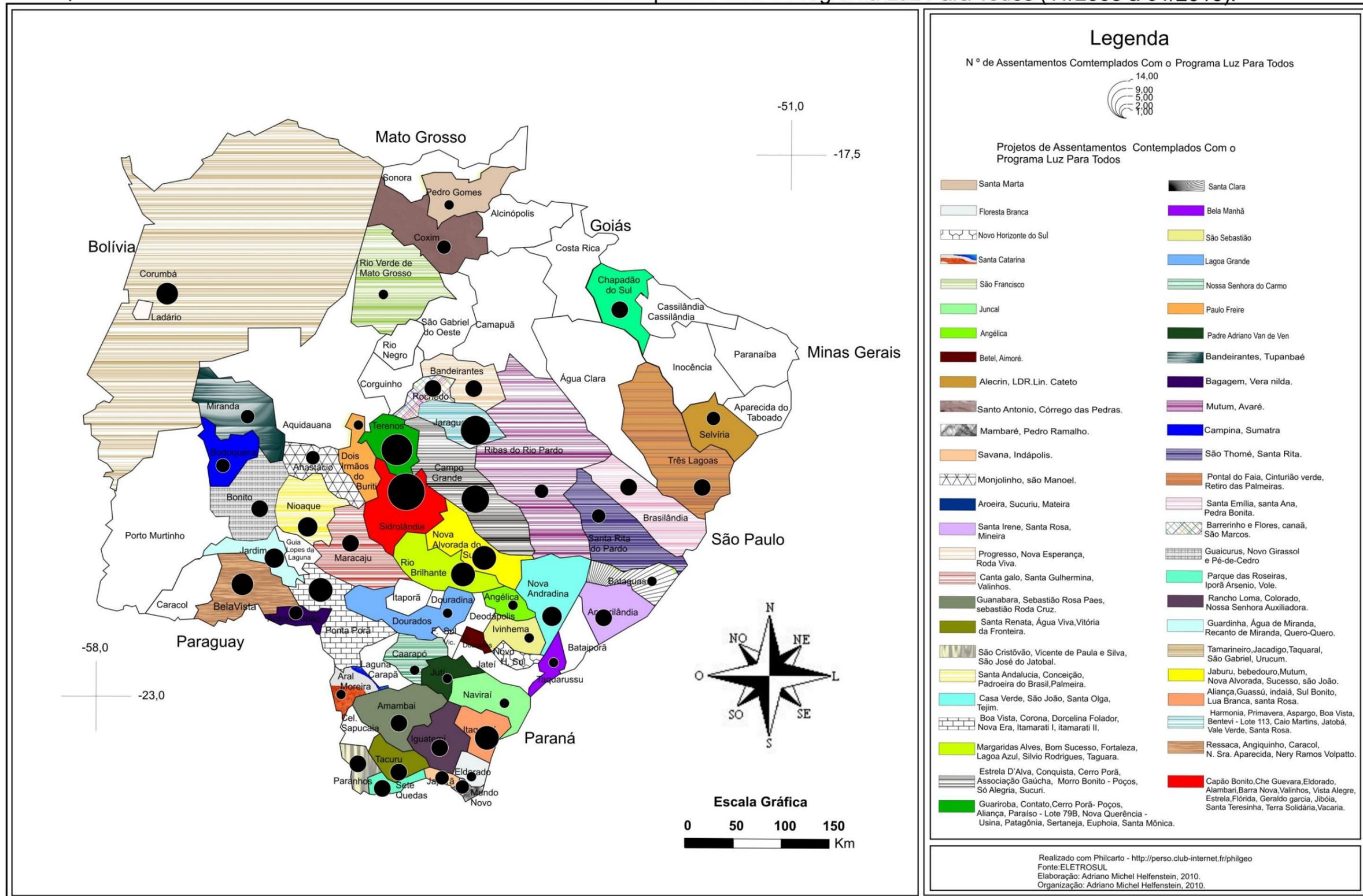
Entendemos que a proposta do programa é provocar mudanças estruturais na sociedade. Entretanto, para que isso aconteça, é necessário que se realize, em conjunto com o Programa, uma série de outras políticas, que ainda não estão sendo implementadas, como por exemplo a reforma agrária nas áreas de maior concentração de terras produtivas.

Dessa forma, se o governo coloca os assentamentos dentro da lógica produtiva capitalista, pensamos que a energia elétrica por si não provocará mudanças para assentamentos que não tiverem um amparo produtivo, com assistência técnica responsável e comprometida com a sociedade à qual ela presta seus serviços e que não valorizem a educação de qualidade no campo mantendo seus vínculos com a terra e cooperação social.

⁴⁴ O mapa dos assentamentos contemplados com o Programa Luz Para Todos tem como base os dados a nós fornecido via email pela Eletrosul, no dia 21/01/2010. Dessa forma nosso recorte de análise considera apenas os assentamentos contemplados com o Programa até essa data. Tendo em vista o grande número de assentamentos contemplados com o referido Programa, e também devido a parte desses assentamentos contemplarem apenas poços ou 1 a 2 lotes, o que dificultaria nosso acesso a esses locais, delimitamos como recorte de análise apenas 1 assentamento por município.

⁴⁵ Os 41 assentados entrevistados foram escolhidos, a princípio, por terem acompanhado o processo de implantação da energia nos assentamentos. Entretanto, devido a nossas visitas não serem agendadas com antecedência, nem sempre conseguimos encontrar um representante no assentamento; das 41 entrevistas, 20 foram realizadas com pessoas que, apesar de não terem acompanhado o processo de implantação da energia, se disponibilizaram a nos fornecer os dados necessários a nossa pesquisa, o que em nosso entender não desqualifica a mesma uma vez que todas as pessoas entrevistadas foram beneficiadas com o referido Programa.

Mapa 5 - Assentamentos Rurais de Mato Grosso do Sul Contemplados com o Programa Luz Para Todos (11/2003 a 01/2010).

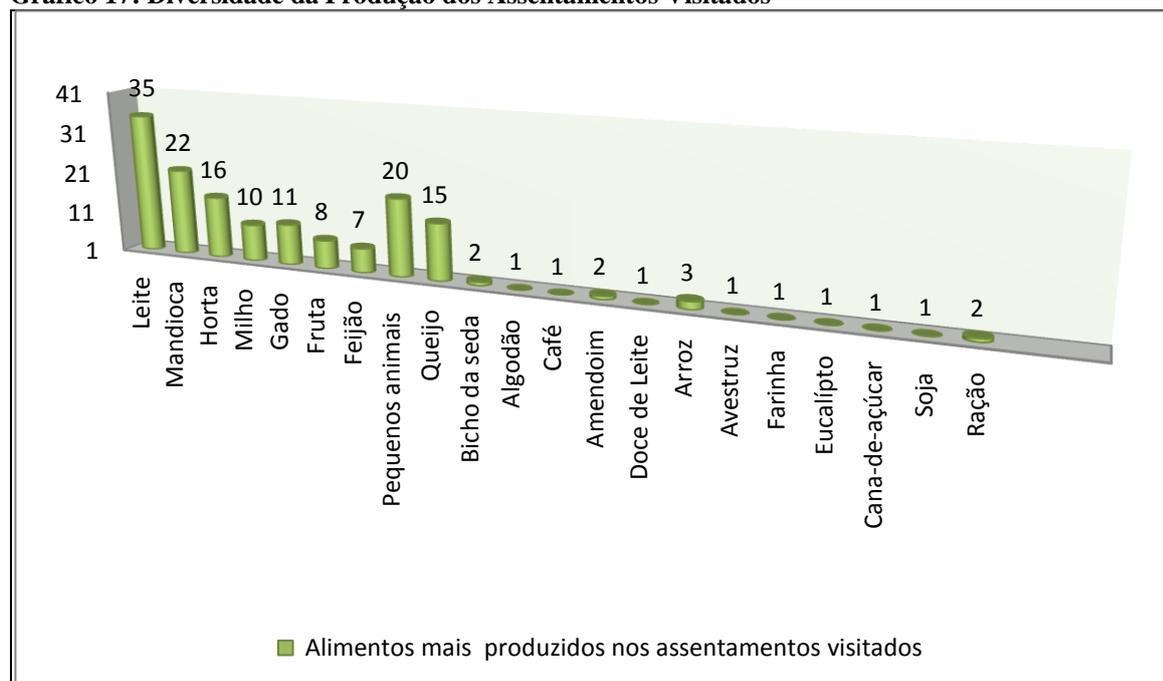


3.2- Uma análise acerca da contribuição do Programa Luz Para Todos no modo de viver-produzir dos assentamentos de Mato Grosso do Sul

Como já foi demonstrado no capítulo 2, a agricultura familiar tem participação expressiva na contribuição da produção dos alimentos básicos consumidos pela população.

Nas visitas feitas aos assentamentos contemplados com o Programa Luz Para Todos (gráfico 17), podemos constatar que essa mesma lógica se aplica ao Estado de Mato Grosso do Sul.

Gráfico 17: Diversidade da Produção dos Assentamentos Visitados⁴⁶



FONTE: Trabalho de Campo.

Org.: Helfenstein, 2010.

Como podemos verificar no gráfico 17, no que se refere à produção, devemos dar destaque ao leite, produzido em 35 dos 41 assentamentos visitados, número que justifica a fala de grande parte dos entrevistados os quais apontam o leite como a “salvação” dos assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul. Dos 41 assentamentos visitados, 28 possuíam resfriadores (fotos 1 e 2 e 3 e 4), conseguidos através de recursos do PRONAF⁴⁷, do governo do Estado⁴⁸, e até mesmo de parceria com laticínios. Nesse caso, o assentado é obrigado a

⁴⁶ Os números expressos no gráfico 17 são resultado do questionamento feito aos 41 assentados entrevistados, sobre a produção dos assentamentos. Dessa forma não expressam o valor real da produção dos assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul. Contudo nos possibilita fazer considerações a sobre a participação da produção dos assentamentos nos números agropecuários do estado.

⁴⁷ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

⁴⁸ Do ponto de vista da aquisição de resfriadores por parte do governo estadual de Mato Grosso do Sul, constatamos que ambos os governos, independente do partido, tem se empenhado na liberação de recursos em benefício dos assentados, haja a vista que atividade leiteira se configura numa cadeia produtiva de expressividade no estado.

pagar uma espécie de aluguel do aparelho, o que compromete uma parte do preço pago pelo leite, que de acordo com os assentados já é considerado baixo.

Foto 1: Mostra de resfriadores de leite, instalados em assentamento. Caso do assentamento Santa Irene, município de



Foto: Helfenstein, 2010

Fonte: Trabalho de campo, 2010.

No mês de março de 2009 uma emenda parlamentar requisitada no ano de 2006 pelo então deputado federal João Grandão (PT) e liberada pelo governo federal através do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), via governo do Estado, incluiu a aquisição de 153 resfriadores de leite, destinados em sua maioria aos assentamentos rurais. De acordo com declaração do deputado a folha de Dourados no dia 03 de Março de 2009, antes do fim de seu mandato ele foi procurado pelo governador do estado André Pucinelli (PMDB), que deu continuidade ao processo. Disponível em: Folha de Dourados. In: www.folhadedourados.com.br, acessado em: 15/08/2010.

Foto 2: Mostra de resfriadores de leite, instalados em assentamento. Caso do assentamento Santa Irene, Município de Anaurilândia- MS



Foto: Helfenstein, 2010

Fonte: Trabalho de campo, 2010.

As fotos 1 e 2 foram tiradas durante nosso trabalho de campo realizado no mês de fevereiro de 2010, no assentamento Santa Irene. De acordo com o Sr. Teodoro Pereira Gomes, os resfriadores foram conseguidos pelos assentados no ano de 2006, através do governo do estado.

Foto 3: Mostra de resfriadores de leite, instalados em assentamento. Caso do assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina - MS



Foto: Helfenstein, 2009
Fonte: Trabalho de campo, 2010.

Foto 4: Mostra de resfriadores de leite, instalados em assentamento. Caso do assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina - MS

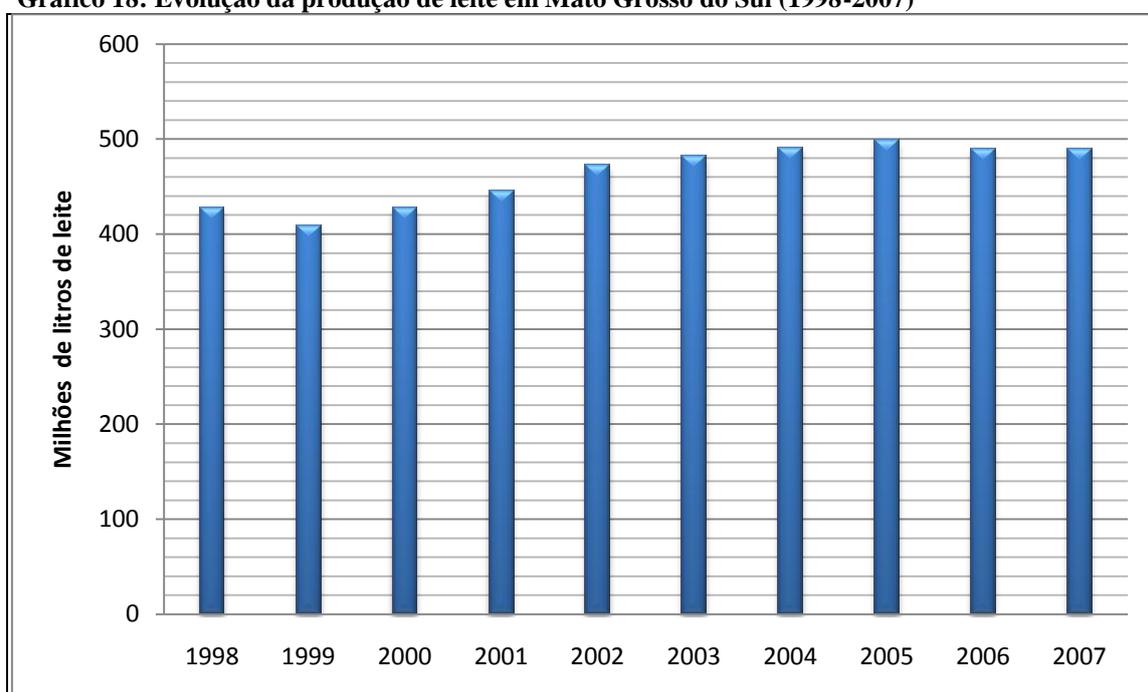


Foto: Helfenstein, 2009
Fonte: Trabalho de campo, 2010.

Realidade diferente encontramos no assentamento Santa Olga, município de Nova Andradina (foto 3), no qual, de acordo com o Sr. Roberto Silva, em depoimento obtido durante pesquisa de campo no mês de novembro de 2009, os resfriadores foram concedidos através do governo federal em parceria com a prefeitura municipal. No mesmo assentamento existe também resfriadores adquiridos com recursos dos próprios assentados, ou seja, coletivamente. (Foto 4).

O leite se destaca nas estatísticas de produção do estado de Mato Grosso do Sul, como podemos observar no gráfico a seguir.

Gráfico 18: Evolução da produção de leite em Mato Grosso do Sul (1998-2007)



FONTE: Embrapa
Org.: Helfenstein, 2010

De acordo com matéria publicada no jornal Agrosoft Brasil⁴⁹, no dia 21/03/2010, dos mais de 40 milhões de litros de leite produzidos mensalmente no estado de Mato Grosso do Sul, 37 % são provenientes dos assentamentos rurais do estado. Esses números demonstram a expressiva contribuição dos assentamentos rurais na produção de leite do estado.

Concomitantemente ao aumento no número de litros de leite, identificamos a instalação de um grande número de laticínios, responsáveis por beneficiar e comercializar o leite produzido.

⁴⁹ Disponível em: Jornal Agrosoft Brasil. In: www.agrosoft.org.br/agropag/213706.htm, acessado em 25/09/2010.

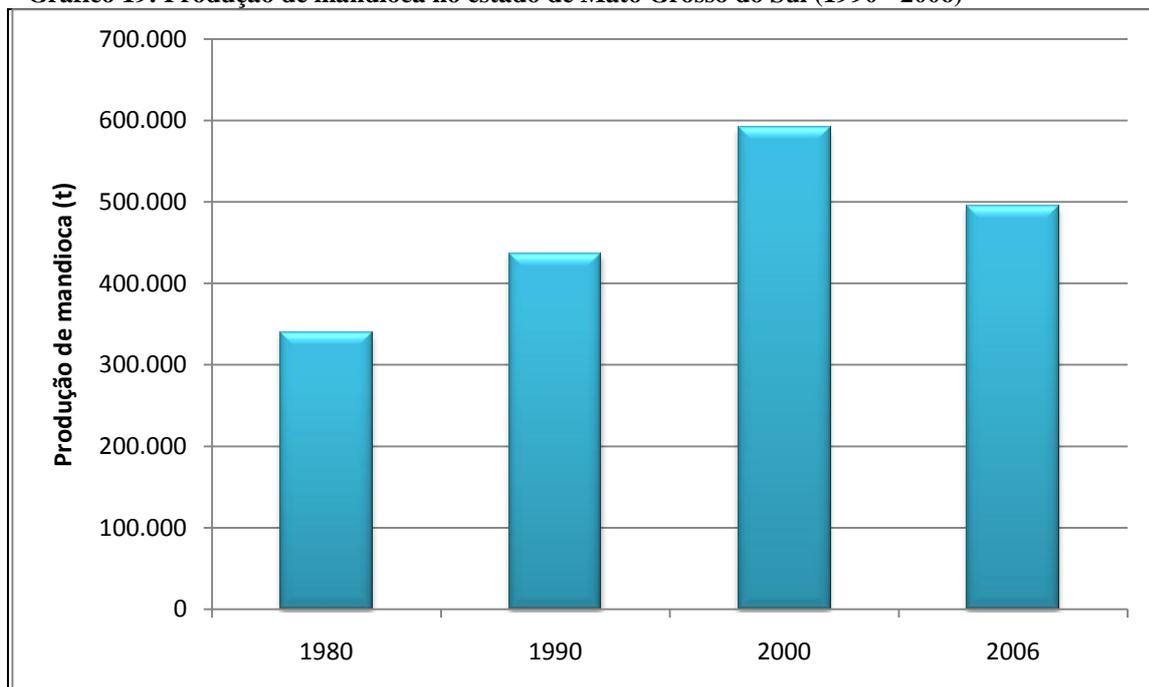
Em 2003, por exemplo, de acordo com o Banco de Dados do Estado de Mato Grosso do Sul, o estado já contava com 60 indústrias de leite e derivados, sendo 21 com inspeção federal e 39 com inspeção estadual, além de 14 pontos de resfriamento de leite, com inspeção federal. No estado havia ainda 12 indústrias de beneficiamento de leite, sendo 3 com serviço de inspeção federal e 9 com inspeção estadual. Tais dados fizeram com que Mato Grosso do Sul ocupasse o 10º lugar na produção de leite no país.

No ano de 2009, de acordo com os dados estatísticos de Mato Grosso do Sul, o estado passou a ter 86 estabelecimentos industriais de leite e derivados, sendo 28 com serviço de inspeção federal e 58 com inspeção estadual. Entretanto, o estado caiu para 12º lugar no *ranking* nacional de produção de leite do país.

Outro produto que se destaca na produção dos assentamentos rurais visitados é a mandioca, citada por 22 dos 41 entrevistados (ver gráfico 17). Influência da cultura indígena sobre a população, a mandioca se tornou um alimento muito consumido pelos brasileiros.

No Mato Grosso do Sul, seu cultivo vem crescendo a cada década, como demonstra o gráfico a seguir.

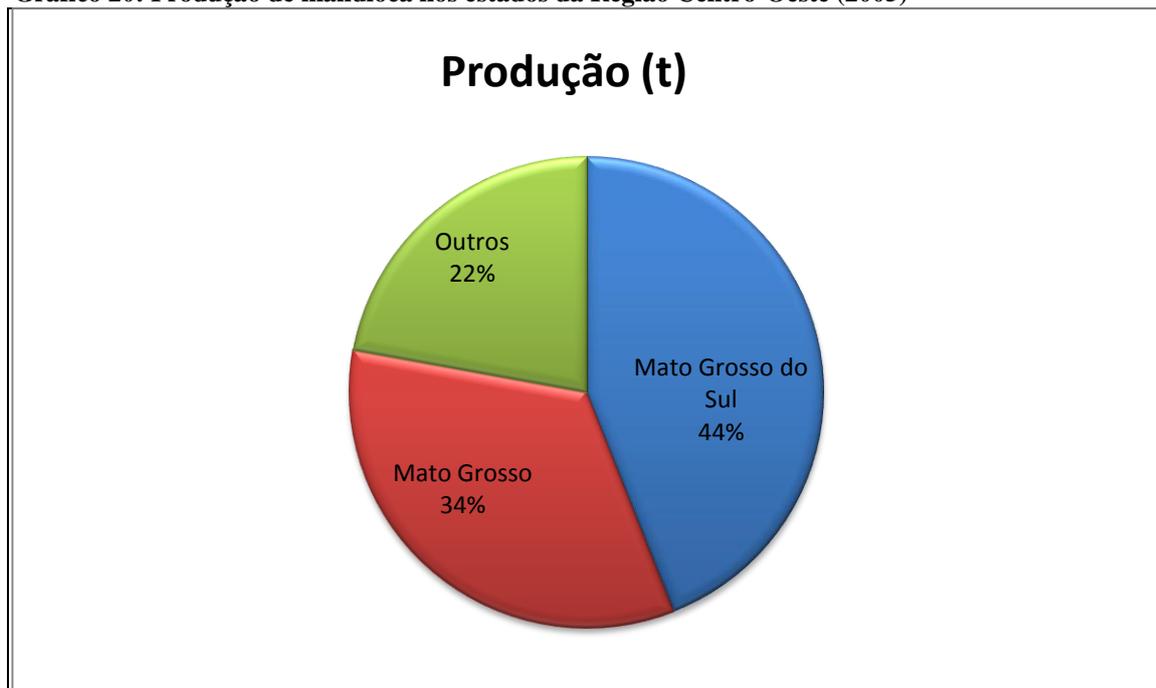
Gráfico 19: Produção de mandioca no estado de Mato Grosso do Sul (1990 - 2006)



FONTE: BNDES
Org.: Helfenstein, 2010

Com esses números, Mato Grosso do Sul aparece como oitavo produtor de mandioca do país, e primeiro da região Centro-Oeste, que no ano de 2005 produziu cerca de 1.582.000 toneladas. (Gráfico 20)

Gráfico 20: Produção de mandioca nos estados da Região Centro-Oeste (2005)



FONTE: IBGE
Org.: Helfenstein, 2010

Nos assentamentos rurais contemplados com o Programa Luz Para Todos que visitamos, pudemos constatar participação nessa produção (foto 5), que além de servir para consumo próprio é também comercializada nas cidades próximas.

**Foto 5: Vista de uma plantação de mandioca e milho. Assentamento Santa Rosa.
Jaraguari - MS**



Foto: Helfenstein, 2010

Fonte: Trabalho de campo, 2010.

A produção de Hortaliças (foto 6) é outra atividade que tem sido possibilitado pela implantação de energia elétrica, já que se configura em uma atividade que necessita de água para irrigação diária, além disso, do motor elétrico responsável por bombear a água que, em 90% dos assentamentos, é proveniente de poços artesianos (foto 7).

Foto 6: Plantação de hortifruti no assentamento Santa Rosa localizado no município de Jaraguari - MS



Foto: Helfenstein, 2010
Fonte: Trabalho de campo, 2010.

Foto 7: Poço artesiano localizado no assentamento Santa Rosa no município de Jaraguari - MS



Foto: Helfenstein, 2010
Fonte: Trabalho de campo, 2010.

Outra fonte de renda dos assentados entrevistados advêm da criação de animais, galinhas, porcos e bois (fotos 8 e 9). Apesar de citados por todos os entrevistados, os pequenos animais, como por exemplo galinhas, porcos, entre outros, significam para apenas 8 dos 41 entrevistados fonte de renda para os assentamentos, sendo que para os outros 33 eles são criados apenas para subsistência.

Fotos 8: Mostra de criação de galinhas no assentamento Santa Rosa localizado no município de Jaraguari - MS



Foto: Helfenstein, 2010

Fonte: Trabalho de campo, 2010.

Foto 9: Mostra de criação de porcos no assentamento Santa Rosa localizado no município de Jaraguari - MS



Foto: Helfenstein, 2010

Fonte: Trabalho de campo, 2010.

Contudo, nos assentamentos analisados, encontramos também tentativas de produção de galinhas e de porcos para o mercado, que de acordo com os assentados só foram viabilizados através da produção de ração necessária a esse tipo de criação, a qual é produzida com o auxílio de trituradores. É a realidade do assentamento Santa Rosa (Fotos 9 e 10), localizado no município de Jaraguari, como podemos constatar na fala do Sr. Antonio Carlos Luiz de Rezende:

Como queríamos criar galinhas e porcos para vender, fomos obrigados a produzir a ração a base do milho e da mandioca. Com a energia elétrica, nós conseguimos um triturador que possibilitou a produção da ração, aumentando assim a nossa produção.

Foto 10: Mostra da utilização do triturador utilizado para produção de ração no assentamento Santa Rosa, localizado no município de Jaraguari - MS



Foto: Helfenstein, 2010

Fonte: Trabalho de campo, 2010

Foto 11: Mostra de ração produzida, para alimentação dos animais no assentamento Santa Rosa, localizado no município de Jaraguari - MS



Foto: Helfenstein, 2010

Fonte: Trabalho de campo, 2010

Uma das características da produção dos assentamentos referidos, e já demonstrado no gráfico 17 é a pluralidade da produção que, em sua grande maioria, não é cultivada para o mercado (fotos, 11, 12, 13 e 14). Tal referência é confirmada pelo Sr. Pedro Antonio da Silva, morador do assentamento Santa Maria em Pedro Gomes Mato Grosso do Sul, que afirma:

Aqui no assentamento, nós produzimos de tudo um pouquinho. Banana, limão, laranja, mandioca, milho, leite, mas é só para consumo próprio, e para os amigos que vem nos visitar. Como o assentamento tem problemas de acesso devido a estradas ruins, não conseguimos vender nossos produtos na cidade. Com a energia se criaram muitas propostas, mas o pessoal pensa grande. Produzir em grandes quantidades é difícil, aumenta muito o risco, o pessoal fica com medo, e muitos projetos não foram pra frente por causa disso.

Foto 12: Mostra de produção de frutas no assentamento Santa Maria, localizado no município de Pedro Gomes - MS



Foto: Helfenstein, 2010

Fonte: Trabalho de campo, 2010

Foto 13: Mostra de produção de frutas no assentamento Santa Clara, localizado no município de Bataguassu - MS



Foto: Helfenstein, 2010

Fonte: Trabalho de campo, 2010

Fotos 14: Plantação de pimenta no assentamento Santa Rosa, localizado no município de Jaraguari - MS



Foto: Helfenstein, 2010

Fonte: Trabalho de campo, 2010

Foto 15: Plantação milho no assentamento Santa Rosa, localizado no município de Jaraguari - MS



Foto: Helfenstein, 2010

Fonte: Trabalho de campo, 2010

Essa produção de alimentos e condimentos pode significar uma ajuda na renda desses assentados, desde que venha acompanhada de políticas que auxiliem no aumento desses cultivos. Ou seja, está comprovada a capacidade de produção diversificada desses assentamentos. Também fica demonstrado que a energia elétrica pode viabilizar a geração de renda com a inclusão de materiais e técnicas na produção, mas esse não é um fenômeno natural. Isso demanda outras políticas de apoio e incentivo à produção que os assentados reclamam.

Identificamos várias tentativas de produção para o mercado que não deram certo.

Na tentativa de pagar os financiamentos e até mesmo seus lotes, alguns assentados recorreram à produção de mercado, que além de exigir práticas e técnica de produção desconhecidas pelos assentados, necessitavam de grande quantidade de investimento financeiro.

Caso emblemático encontramos no assentamento São Francisco, no município de Rio Verde-MS, no qual alguns assentados tentaram a criação de avestruz e também de eucalipto.

A intenção, como diz um dos moradores do assentamento⁵⁰, era pagar o financiamento de seus lotes, conseguidos através do Fundo de Terras e da Reforma Agrária Banco da Terra. (Fotos 16 e 17)

Foto 16: Mostra de criação de avestruz no assentamento São Francisco, localizado no município de Rio Verde - MS



Foto: Helfenstein, 2010

Fonte: Trabalho de campo, 2010

⁵⁰ O assentado preferiu seu nome não fosse divulgado.

Foto 17: Mostra de plantação de eucalipto no assentamento São Francisco, localizado no município de Rio Verde - MS



Foto: Helfenstein, 2010

Fonte: Trabalho de campo, 2010

O grande problema dessas investidas é que o produtor disponibiliza sua pequena área para uma produção que geralmente está vinculada a um mercado muito restrito. É o caso da produção de avestruz e do eucalipto, cujos compradores são a Biotectruz Piveta Assunção Estrutio Ltda, instalada em São Gabriel do Oeste, e a Cooperativa Agropecuária de São Gabriel do Oeste - COASGO.

No caso do avestruz, de acordo com os assentados, o abatedouro fornece a ração e os filhotes. A criação fica por conta dos assentados, os quais precisam cumprir uma meta de produção. A porcentagem que os assentados recebem é de acordo com a mortalidade, ou não, dos animais. Tendo em vista a falta de experiência dos assentados em relação a esse tipo de atividade, muitos tiveram mais prejuízos do que lucro, o que acaba, de acordo com os mesmos, inviabilizando essa produção. Outro fator negativo refere-se ao fato de que, como o abatedouro controla todos os setores da produção, os assentados acabam se tornando uma espécie de empregados do abatedouro, porém sem os direitos trabalhistas assegurados por lei.

Percebemos que o Programa Luz Para Todos é muito importante para viabilizar a

produção dos assentamentos, e ainda tem papel fundamental em amparar uma população desprovida de condições básicas de sobrevivência, de modo que a falta de orientação e/ou apoio pode ser o maior dos problemas dos produtores.

Foram muitos os relatos com os quais nos deparamos e que nos fizeram refletir sobre a principal ajuda que o Programa pode dar. O acesso à água é um dos problemas mais verificados nos assentamentos. Dos 41 visitados, 33 sofriam com problema de falta de água e/ou dificuldade no acesso a esse bem fundamental à vida. Em muitos casos, a dessedentação das pessoas além de ser de difícil acesso era feita com água imprópria para consumo. Vejamos a fala do Sr. José Flavio Rodrigues, morador do assentamento São Manoel, no município de Anastácio:

Para conseguir a água, nós descíamos até o rio e lá nós fazíamos um buraco rente a ele, desse jeito a água ficava com menos gosto, o problema era quando algum animal sujava a água que já não era a melhor para se beber. Depois da energia nós viemos para “cima”, pois aqui é um lugar melhor de morar. (ENTREVISTA CONCEDIDA NO MÊS DE AGOSTO DE 2010)

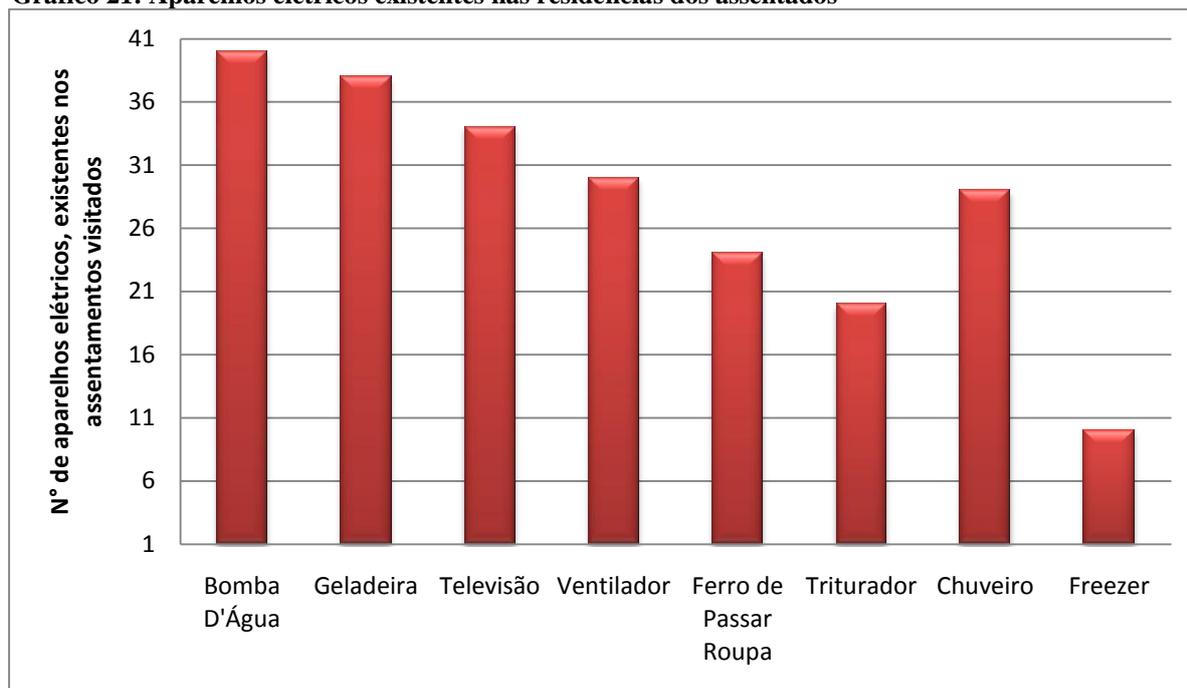
Da mesma forma, a Sra. Nilza Maria Florêncio dos Santos, moradora do assentamento Bandeirantes, no município de Miranda reforça:

A vida da gente era muito difícil sem energia. Antes a gente caminhava a pé 2,5 km, para buscar água para o nosso consumo, essa água ainda era salobra. Agora temos água de qualidade, que vem até dentro de casa. (ENTREVISTA CONCEDIDA NO MÊS DE AGOSTO DE 2010)

Não por acaso, a maioria dos entrevistados declaram que entre as melhorias trazidas pelo Programa, o acesso à água fora, sem dúvida, a mais importante.

Essa realidade é materializada no gráfico 21, que destaca que dos aparelhos elétricos adquiridos pelos assentados a bomba d'água está presente em 40 das 41 residências visitadas, e a geladeira em 38 dos 41 entrevistados.

Gráfico 21: Aparelhos elétricos existentes nas residências dos assentados



Fonte: Trabalho de Campo

Org.: Helfenstein, 2010

A geladeira é um dos aparelhos domésticos de maior importância para os assentados, tendo em vista que lhes propiciam conservar alimentos, influenciando, assim, na organização do trabalho dos mesmos. Além disso, a água gelada é apontada pelos entrevistados como uma das maiores contribuições do Programa, no sentido de melhorar a qualidade de vida dos assentados. Outros aparelhos adquiridos pelos assentados, devido ao acesso à energia, e que de acordo com os mesmos tornaram suas vidas mais fáceis, foram a televisão, o chuveiro elétrico, o ventilador, o ferro de passar e o freezer.

No que se refere à produção dos alimentos, além da bomba d'água os entrevistados destacam o triturador, citado por 20 dos 41 entrevistados, como o aparelho que mais auxilia na produção dos assentamentos.

O atendimento à educação e saúde nos assentamentos é outra situação de limite que foi viabilizada por causa da chegada de energia. De acordo com 13 dos 41 entrevistados, a instalação de escolas e unidades de saúde no campo ocorreu com a implantação da energia elétrica, proporcionando acesso mais fácil a serviços, que antes só estavam disponíveis nas cidades. (Fotos 17 e 18)

É o caso dos assentamentos Santa Irene localizado no município de Anaurilândia; Colorado em Iguatemi; Conquista em Campo Grande; Urucum em Corumbá; Bandeirante em Miranda; São Manoel em Anastácio; Campina II em Bodoquena; Lua Branca em Itaquiraí;

Nossa Senhora do Carmo em Caarapó; Geraldo Garcia em Sidrolândia; Paulo freire em 2 Irmãos do Buriti; e assentamento Padre Adriano Van de Vem localizado no município de Juti.

Os números obtidos junto à Coordenadoria Regional do Programa Luz para Todos, demonstram que até o mês de agosto de 2010 o Programa auxiliou no funcionamento de 53 escolas rurais em assentamentos do estado (ver anexo 1).

Foto 18: Vista da escola municipal rural localizada no assentamento Santa Irene, Anaurilândia - MS



Foto: Helfenstein, 2010

Fonte: Trabalho de campo, 2010



Foto: Helfenstein, 2007

Fonte: Helfenstein, 2007

De acordo com o Sr. Janio Varella, Coordenador Regional do Programa Luz para Todos, as ações integradas⁵¹ do Programa, já atingem um número de 63 projetos, nos quais foram investidos até agosto de 2010, R\$- 509.920,00. Desses, 57 são projetos de Inclusão Digital, 3 Centros Comunitários, e outros 3 referem-se a projetos de rádios comunitária.

A análise aqui apresentada demonstra como a energia pode de fato contribuir para a produção de alimentos consumidos pelos assentados e também pela população dos municípios em que estão localizados esses assentamentos.

Evidentemente que a energia não é a única ferramenta capaz de proporcionar a

⁵¹ No que se refere às ações integradas de acordo com Ministério de Minas e Energia o Programa também tem facilitado a integração das iniciativas públicas no meio rural, tanto no que diz respeito aos programas sociais e ações de atendimento de serviços básicos (educação, saúde, abastecimento de água) quanto às políticas de incentivo à agricultura familiar, aos pequenos produtores e comerciantes locais. O objetivo do Programa é que o acesso à energia elétrica contribua para a diminuição da pobreza e aumento de renda das famílias atendidas.

Ministério de Minas e Energia já assinou protocolos com os ministérios de Desenvolvimento Agrário; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Educação; Saúde; Defesa; e Ciência e Tecnologia para que o acesso à energia seja acompanhado de programas sociais e de desenvolvimento econômico. Disponível em: http://luzparatodos.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o_programa.asp, acessado em 12/09/2010.

implementação dessa produção, mas os dados aqui apresentados e que foram coletados no trabalho de campo, fundamentalmente, apontam o quanto ela colabora para a produção desses alimentos e também para a possibilidade de geração de renda e de permanência no campo.

Pensamos a vida no campo e vemos a terra como significado de produção e de sobrevivência.

Entendemos que a transformação no modo de viver e produzir no campo, assim como na vida social, em geral, não estão desvinculadas, e que esse é um processo importante a ser construído e reconstruído, uma vez que os assentamentos são estruturas viáveis para a ajudar na produção do alimento mais direto do prato do consumidor, valor que necessita ser agregado ao preço final do produto, por exemplo, com a instalação de orientação para produção sem agrotóxico, ou mesmo para garantia de circulação e venda do produto. Essas políticas, que são realmente de interesse público, precisariam ser integradas uma vez que as políticas de governo têm sempre o risco de intermitência e/ou de abandono.

Dentro dessa perspectiva, visando maior contribuição do Programa Luz Para Todos na luta pela permanência dos assentados no campo, a seguir faremos uma breve análise sobre os problemas que o programa apresenta e que foram apontados pelos assentados entrevistados.

3.3 O Programa Luz Para Todos nos Assentamentos: contradições.

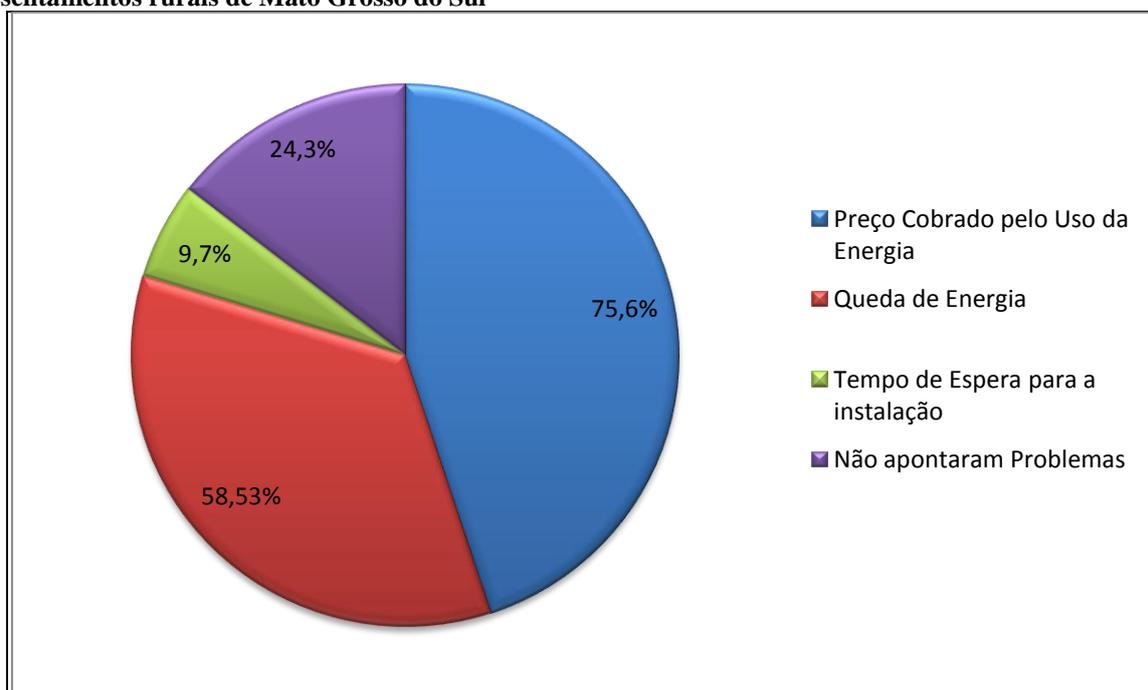
Durante as entrevistas realizadas no ano de 2006 com os agentes envolvidos na operacionalização do Programa Luz Para Todos, constatamos divergências importantes quanto à implantação do referido Programa no estado. (HELFENSTEIN, 2007)

Em entrevista pessoal no ano de 2006, o Presidente do Comitê Gestor declarou que todas as famílias assentadas teriam sido atendidas. Entretanto, o próprio Celso Marlei admite em sua fala, que algumas pessoas que não cumpriram um dos requisitos básicos para a implantação do Programa, que era o de ter as casas construídas, foram deixados para uma etapa posterior de atendimento. Atualmente, a situação ainda permanece, inclusive porque outros assentamentos foram criados, como é o exemplo do assentamento Bela Manhã, localizado no município de Taquarussu, o qual em nossa visita constatamos que devido a não construção das casas, o fornecimento da energia tinha sido levado somente a 4 casas da colônia, 2 poços de água e 2 resfriadores comunitários. De acordo com a Sra. Luzia Ferreira da Silva, “o atendimento só se realizará quando 80% das casas estiverem construídas”.

De acordo com Celso Marlei, no Mato Grosso do Sul, das 17.800 pessoas cadastradas no Programa, cerca de 5.200 tinham algum tipo de restrição, como por exemplo, a não existência de casa na propriedade. Marlei destacou também a ocorrência de algumas pessoas que quiseram se aproveitar da instalação da energia apenas como forma de valorização da propriedade, já que não residia no endereço indicado no pedido de atendimento. (HELFENSTEIN, 2007)

Durante as entrevistas realizadas nos assentamentos, um dos pontos fracos indicados por vários assentados (gráfico 21) refere-se à quantidade de força medida por KVA (medida de potência elétrica), que era, segundo a Enersul, de 5 a 6 KVA, e que a mesma garantia que seria o suficiente para abastecer uma pequena propriedade, inclusive as que têm adquirido implementos que consomem grandes quantidades de energia.

Gráfico 22: Problemas apontados pelos assentados na operacionalidade do Programa Luz Para Todos nos assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul



FONTE: Trabalho de Campo

Org.: Helfenstein, 2010

Os assentados afirmam que essa potência energética não é suficiente e que em momentos de pico a energia não basta. Esse foi um entendimento que aparece em 24 dos 41 assentados entrevistados, 58,53%, fato relatado pelo Sr. Misael Francisco da Silva, morador do assentamento Floresta Branca, localizado no município de Eldorado – MS:

(...) quando nós ligamos um triturador, por exemplo, nós não podemos forçá-lo muito, porque a chave de energia cai, ou se ele está ligado ao mesmo tempo em que um outro eletrodoméstico, mesmo sem forçar, a energia cai.

Da mesma forma, o Sr. Elias Dias de Freitas pondera:

O principal problema da energia é que quando a gente liga 2 chuveiros ao mesmo tempo, a energia cai. O triturador, quando ligamos, temos que desligar tudo, se não a energia cai. E, além disso, a conta está vindo muito caro.

O tempo de espera do acesso à energia também fora citado como problemas por 4 dos 41 entrevistados, e 10 dos 41 assentados afirmaram não haver problemas nem com a implantação, tão pouco com a operacionalização do mesmo. Contudo, o problema apontado pela grande maioria dos assentados, 31 dos 41 entrevistados (gráfico 21), refere-se ao preço cobrado pelo uso da energia, pois a proposta do Programa é que o governo utilizaria recursos próprios para evitar o aumento nas contas de energia dos assentados (Art. 2º do DECRETO Nº- 4.873, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2003).

Em nossas entrevistas, constatamos que de um modo geral a concessionária de energia do Estado de Mato Grosso do Sul, a Enersul, tem cobrado altas taxas sobre o consumo de energia elétrica dos assentados.

Entre as taxas cobradas, encontram-se serviços de transmissão, serviços da distribuição, encargos setoriais e tributos incidentes.

Segundo Elizabete Marques de Lima, moradora do assentamento Santa Renata no município de Tacuru, não tem havido prestação de contas aos assentados, por parte do Comitê Gestor, no sentido de explicar de onde essas taxas são oriundas. Outro problema relatado pela assentada refere-se à leitura dos padrões, que não é realizada nas residências de assentados que não conseguem fazê-las sozinhos. Tal situação é comum e tem como consequência o atraso em pagamentos e o acúmulo de contas, situação que já conduziu muitos assentados ao corte do fornecimento de energia elétrica.

Percebemos assim que o Programa Luz Para Todos, no Estado de Mato Grosso do Sul, tem um desafio imediato que é de reduzir a cobrança na taxa de energia dos assentados contemplados. Se esse problema não for resolvido, com certeza haverá comprometimento do Programa. É preciso ainda que a questão da potência da energia fornecida seja resolvida para que de fato os assentados possam utilizar a energia de acordo com o proposto pelo Programa, para geração de renda.

Apesar dos problemas apontados pelos assentados, todos enfatizam a importância que o Programa tem, pelo fato de ter levado a energia até suas residências, algo que não conseguiriam se dependessem de seus próprios recursos.

A energia elétrica nos dá conforto, melhora nossa vida, nos dá qualidade de vida, por exemplo, antes nós usávamos roupa amarrotada, daí quando íamos para a cidade ficávamos com vergonha. Agora nós podemos passar nossa roupa, melhora a auto-estima. (MORADORA DO ASSENTAMENTO GERALDO GARCIA, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA – MS, EM AGOSTO DE 2010)

A gente sabe que precisa e que pode melhorar, mesmo assim é bem melhor hoje do que quando não tínhamos nada de energia. Ficamos quatro anos sem energia, quando instalou a energia foi uma alegria só, apesar de que pode melhorar. (MORADOR DO ASSENTAMENTO SANTA IRENE LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE ANAURILÂNDIA – MS, EM FEVEREIRO DE 2010)

Dessa forma, ao Comitê Gestor fica a tarefa de tentar corrigir esses problemas principalmente em um estado em que o Programa é considerado como modelo de implantação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise ao Programa Luz Para Todos e os instrumentos operacionais utilizados no interior dessa estratégia governamental, no estado de Mato Grosso do Sul, nos permitiu compreender a relação entre a base teórica (discursiva) proposta e a prática (a implantação do Programa no interior dos assentamentos).

Com base nas reflexões realizadas no interior desta pesquisa, entendemos que o Programa Luz Para Todos - Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica, inserido dentro do Plano Plurianual de Investimentos (PPA), do Governo Luis Inácio Lula da Silva possui papel fundamental para compreensão de como o Estado Brasileiro fomenta suas políticas.

A ascensão de um governo de esquerda, que tem origem popular e que conserva uma preocupação em implementar, nas suas políticas, realizações que melhorem a vida das classes trabalhadoras, deu origem a essa política que visa acabar com a exclusão elétrica e conseqüentemente gerar desenvolvimento econômico e social. Mesmo comungando com a ideia de que o Estado *a priori* existe como condensação de relações de poder e que as frações de classe dominantes ditam seu funcionamento, é importante dizer que as políticas sociais são conquistas populares de extrema importância, já que garantem acesso a condições mínimas de sobrevivência às pessoas que delas necessitam.

Apesar de todas as Organizações Não Governamentais (ONG) que surgiram com o intuito de oferecer ajuda para setores sociais que o Estado deveria cuidar, entendemos que a luta pelas Políticas Públicas são de suma importância, já que resgatam junto ao Estado sua obrigação em fornecer as condições mínimas de vida, principalmente da população pobre responsável pela sua existência.

A forma pela qual se implementam essas racionalidades dominantes é o planejamento, responsável por estruturar as políticas dentro de uma perspectiva de mercado, excluindo tudo aquilo que o Estado julgue não benéfico à proliferação das formas de reprodução do capital.

O discurso que norteia as ações do Estado está justificado no alcance a ideologia do desenvolvimento, que aparece atrelado às políticas no Brasil desde os anos 1940. O problema da utilização desse termo é que ele se caracteriza nos dias atuais como forma de camuflar as relações de produção e a forma como cada classe se apropria da mesma, ou seja, o desenvolvimento pode significar ao mesmo tempo crescimento da riqueza e deterioração das condições de vida da sociedade.

O desenvolvimento tão presente no discurso de legitimação das Políticas Governamentais justifica e embala os anseios das sociedades atuais. Nesse conceito estão inseridos valores e significados que a sociedade capitalista através do consumo, diariamente nos incita a buscar, mesmo que para isso tenhamos que submeter o outro a todas as consequências que as relações de produção capitalistas exigem.

As políticas de uma forma geral nos auxiliam na compreensão das relações que o Estado estabelece com as classes e frações de classe. No caso do Programa Luz Para Todos, essas relações se esclarecem no sentido de que é uma política voltada principalmente a amparar as classes não hegemônicas nas relações de poder, mesmo que para isso ela tenha como racionalidade inserir esse público nas relações de mercado e a forma de produzir das classes hegemônicas capitalistas.

Mato Grosso do Sul, apesar de caracterizar-se como um estado onde predominam as médias e grandes propriedades de terra, tem, como demonstramos, nos últimos 20 anos, a implantação de uma série de assentamentos rurais, fator esse que consideramos como uma tentativa de distribuição de renda e fixação do homem ao campo. Contudo, a implantação desses assentamentos que são oriundos das lutas dos movimentos populares pela terra, não tem dado ao homem do campo condições de produção, já que possuem carência de infraestrutura básica, para vender seus produtos e gerar renda. Assim, o Programa Luz Para Todos contribui de forma significativa para o tipo de produção desempenhada nos assentamentos rurais visitados, que, como demonstrado, baseia-se na produção de alimentos.

Ao longo da construção desta dissertação, analisamos a formação territorial de Mato Grosso do Sul em sua complexidade, haja vista os vários conflitos de interesses resultantes da própria criação do estado, que aconteceu por um choque de ideias contrárias das elites hegemônicas que compunham o antigo estado de Mato Grosso. Porém, a criação de um novo estado não foi capaz de sanar velhos problemas como, por exemplo, a intensa concentração fundiária existente e persistente no Estado até os dias atuais.

A posição estratégica do estado de Mato Grosso do Sul em relação aos mercados consumidores dentro e fora do Brasil ainda é relativizada, já que a implantação de infraestruturas básicas que o capital necessita para se reproduzir não foi implementada de forma homogênea, se restringindo a algumas cidades consideradas pólos de desenvolvimento, o que fez com que houvesse uma concentração de investimentos desiguais em todo o estado.

Com o fim da ditadura no Brasil e a nova reorganização dos movimentos de lutas sociais, que acarretaram inclusive no surgimento de novos partidos políticos, na metade dos

anos 1980, em Mato Grosso do Sul, começam a ser implantados alguns assentamentos, que são uma conquista dos movimentos populares de luta pela terra e que surgem como uma nova forma de organização, baseada em pequenas propriedades, na melhor distribuição das terras e consequentemente numa sociedade mais justa e menos desigual sob a ótica da “propriedade” e do acesso a terra. O fato é que apesar da criação desses assentamentos, a reforma agrária sempre esteve marginalizada na política do nosso estado, comandado na sua grande maioria por grandes proprietários de terras.

A diferença na quantidade de recursos empreendidos no financiamento da produção do camponês e no chamado agronegócio, acentuou e imprimiu a diferenciação na maneira como as pessoas classificam essas diferentes formas de produzir, principalmente através dos aparelhos das mídias comandadas por grupos ligados de certa forma ao agronegócio, que disseminou a idéia de que o campesinato é “atrasado”, através do discurso baseado no argumento da baixa utilização de mecanização, insumos e a produção de *commodities*, ou seja, o atraso se configura em não pensar individualmente e a não priorizar o mercado como faz o agronegócio, considerado por essa análise uma produção “moderna” já que se caracteriza exatamente pela contrariedade das relações camponesas.

Acreditamos que um avanço dentro de nossa pesquisa foi a contribuição em demonstrar que a agricultura familiar ou mesmo o camponês é que produz boa parte dos alimentos que são consumidos pela população brasileira, na contramão do que se tem procurado demonstrar. Tem sido recorrente uma série de tentativas de desqualificar essa produção, ao mesmo tempo, a tentativa de relacionar ao agronegócio à produção de alimentos, algo que não se sustenta nos dados, inclusive porque os alimentos que compõe a cesta básica não são os que possuem melhor preço para a venda, de modo que não interessam ao empresário rural que prefere a agricultura comercial.

Procuramos demonstrar aqui também a necessidade da universalização da energia elétrica, que foi motivo de luta durante muitos anos, e que com a implantação do Programa Luz Para Todos vem se concretizando. O Programa tem conseguido dar condições de produção e fixação do homem na terra, além de ser indispensável no auxílio de uma série de outras políticas públicas de auxílio ao campo. Em Mato Grosso do Sul, as ligações de domicílios em assentamentos correspondem hoje 39% dos atendimentos já feitos em todo o estado.

Apesar de significar um avanço, o Programa Luz Para Todos é apenas um fator importante na produção de alimentos, que necessita ter nos assentamentos uma assistência

técnica adequada além de financiamentos que estejam disponíveis na época de realizar o cultivo de determinada cultura.

No que diz respeito ao funcionamento do Programa, constatamos erros que devem ser corrigidos, como por exemplo, a qualidade da potência energética, que compromete a utilização de aparelhos como o triturador que tem papel fundamental na produção rural, pois é utilizado na fabricação de alimento para criações.

O preço da Energia é outra preocupação dos assentados, já que as taxas cobradas pela companhia energética de Mato Grosso do Sul são consideráveis na composição do preço das contas. Os entrevistados relataram que pagam em média uma conta de cem reais, preço alto tendo em vista a proposta do Programa em mitigar o impacto tarifário.

A realização desta dissertação demonstrou que a energia elétrica tem mais importância em nossas vidas do que podemos pensar, e que a falta dela nos permite visualizar a dimensão das possibilidades que esse universo pode oferecer, dando a atos simples como, por exemplo, o consumo de água gelada, a utilização de um ventilador, guardar alimentos na geladeira, uma importância ímpar na nova vida das pessoas.

Essa ideia está materializada nas muitas falas que trazemos nesse trabalho.

Depois da energia, a vida da gente melhorou 100%. Eu sonhava em ter uma máquina de lavar, agora eu tenho. As roupas que antes a gente passava no ferro a brasa, agora passamos no ferro a energia, o ferro a brasa não é que é ruim, mas além de ser muito pesado, esquenta muito. Com esse calor que faz, a energia ajuda muito, tomamos água gelada, ligamos um ventilador para amenizar o calor. (MORADORA DO ASSENTAMENTO, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE MIRANDA-MS)

O Sr. Ademir Bispo dos Santos, morador do assentamento São Thomé, no município de Santa Rita do Pardo, também fala sobre os benefícios adquiridos com a chegada energia elétrica.

Acabou o sofrimento! A água que antes era puxada no poço e armazenada em baldes, agora nós pegamos fria na geladeira. Hoje a vida da gente mudou muito, a luz é tudo em nossas vidas. O preço do leite melhorou com a chegada dos resfriadores, o conforto das crianças melhorou em 100%. (ENTREVISTA CONCEDIDA NO MÊS DE FEVEREIRO DE 2010)

Ficou explícita a transformação decorrente do processo de eletrificação nos assentamentos rurais do estado de Mato Grosso do Sul, bem como os benefícios nas áreas sociais que foram conseguidos com o auxílio da energia elétrica. Aliás, é no acesso que a energia proporciona que se encontram as defesas do Programa Luz Para Todos.

Quanto aos problemas apontados aqui referentes à qualidade e ao alto preço da energia, e no funcionamento do Comitê Gestor, pretendemos que essa análise seja instrumento

para corrigir esses problemas, já que uma política tão importante tem por obrigação a tentativa de melhorar ao máximo sua atuação. Condição que entendemos esse trabalho efetivamente deverá contribuir, cumprindo para além de sua função acadêmica, uma função que é social, qual seja, contribuir para a melhoria na qualidade da vida das pessoas, em especial dessas pessoas que contribuíram com essa pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, S. **Planejamento governamental: a Sudeco no espaço mato-grossense - contexto, propósitos e contradições.** 2001. Tese (Doutorado em Geografia) - USP/FFLCH, São Paulo.

ABREU, Silvana de. Racionalização e Ideologia: O domínio do capital no espaço mato-grossense. **Terra Livre**, nº 21. São Paulo, AGB, 2003. p.169.181.

ABREU, Silvana de. **O papel da SUDECO no processo de racionalização do espaço mato-grossense: planejamento e integração nacional.** In: MORETTI, Edvaldo César; CALIXTO, Maria José Martinelli Silva. **Geografia e Produção Regional: Sociedade e Ambiente.** Campo Grande: Editora UFMS, 2003. p.177-213.

ABREU, S. O papel da Sudeco no processo de racionalização do espaço mato-grossense: planejamento e integração nacional. In: LAMOSO, Lisandra Pereira. **Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul.** Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008. p.117-133.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Identidade, Distinção e Territorialização: o processo de (re) criação camponesa no Mato Grosso do Sul.** 2003. Tese (Doutorado em Geografia) – FCT/UNESP, Presidente Prudente.

ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1995.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Brasil nos anos 90: Opções Estratégicas e dinâmica Regional. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, Recife, nº 2, p.09-24, março. 2000.

BECKER, Bertha. Modernidade e gestão do território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva. **Espaço e Debates**, São Paulo, n.32, p. 47-55, 1991.

BIANCHINI, Odaléia da C. D. **A companhia matte laranjeira e a ocupação da erra do Sul de Mato Grosso 1880 – 1940.** Campo Grande: Editora MS, 2000.

BRASIL. Constituição (1998). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1998.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Programas de desenvolvimento regional. PPA 2004-2007.** Brasília: Secretaria de Programas Regionais, 2003.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. **Programa Luz para Todos.** Disponível em: www.mme.gov.br.

BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **II PND. – II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979).** Brasília: Diário Oficial de 1974.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BUARQUE, Cristovan. **A desordem do progresso: o fim da era dos economistas e a construção do futuro.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

CAMARGO, Lidiane; MUSSOI, Eros Marion; CAZELLA, Ademir Antonio. Banco da terra e crédito fundiário: entre o passado e o futuro. XLIII. In: CONGRESSO DA SOBER “INSTITUIÇÕES, EFICIÊNCIA, GESTÃO E CONTRATOS NO SISTEMA AGROINDUSTRIAL”, 26/07/10. Disponível em: <http://www.sober.org.br>. Acesso em: 17/08/2010.

CARVALHO FILHO, José Juliano de. Política agrária do governo FHC: desenvolvimento rural e a nova reforma agrária. In: **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil: política agrária e desenvolvimento rural**. Porto Alegre: ed. Unisinos, 2001.

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto II: os domínios do Homem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CASTRO, Iná Elias de. Geografia e política: território, escala de análise e instituições. In: O poder e o Poder Político Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CORREA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Editora Ática S.A, 1987.

DESMARAIS, Annette. **La vía campesina: globalization and the power of peasants**. London: Pluto Press, 2007.

FABRINI, João. **A Posse da Terra e o Sem Terra no Sul de Mato Grosso do Sul: o caso Itaquiraí**. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FCT/UNESP. Presidente Prudente.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e Territorialização da Luta pela Terra: a formação do MST (Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo)**. 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FFLCH/USP, São Paulo.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antonio Marcio. **Luta pela Terra reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008. p.173-230.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

FROEHLICH, José Marcos. As novas ruralidades precisam ou merecem (novas) políticas públicas. In: FROEHLICH, José Marcos; Diesel, Vivien. **Desenvolvimento Rural: tendências e debates contemporâneos**. Ijuí : Ed. Unijuí, 2006. Seção III, p.175-185.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 11ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FUGIMOTO, Sergio Kinya. **A Universalização do Serviço de Energia Elétrica – Acesso e Uso Contínuo**. 2005. Dissertação (Mestrado em Engenharia) - Escola Politécnica da USP. São Paulo.

GOLDENSTEIN, Léa; SEABRA, Manoel. Divisão territorial do trabalho e a nova regionalização. In: **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo, USP – FFLCH, nº 01, p. 21 a 47, 1982.

GOLDENSTEIN, L. e SEABRA, M. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. In: **Fundamentos para o ensino de geografia**. São Paulo: SEE-CENP, 1989.

GONÇALVES, Elienai Constantino; FERNANDES, Bernardo Mançano. Análise e mapeamento dos tipos de assentamentos de reforma agrária de mercado no Brasil: contribuição para a compreensão da diversidade e a da reforma agrária brasileira. In: EGAL, XI, Montevidéo. Acessado em: http://egal2009.easyplanners.info/area06/6305_Goncalves_Elienai.pdf acessado em: 10/03/2010.

HELFENSTEIN, Adriano M. **O programa luz para todos como política pública de desenvolvimento econômico e social, na Região Sul-Fronteira**. 2007. Monografia UFGD, Dourados – MS.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Políticas públicas modernização e crise da agricultura brasileira. **Faz Ciência**. Francisco Beltrão, v1, n.1, 1997.

HATTNER, H.. **Planejamento urbano e regional**. 2ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. Geografia e planejamento: entre o puro e o aplicado. **Geonomos**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 33-43, 1998.

LAMOSO, Lisandra. **Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: EDUSP, 2003.

LENCIONI, Sandra. A mudança do discurso desenvolvimentista face à crise da economia. A falência das políticas de desenvolvimento regional. **Revista do Departamento de Geografia da USP**, São Paulo, FFCLH, nº 6, p. 83-89.

MAGNOLI, Demétrio. O fim da guerra fria e as novas fronteiras européias. **O Novo Mapa do Mundo**. São Paulo: Moderna, 1993. p.19-32.

MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2004.

MATO GROSSO DO SUL. **Análise do Balanço de Pagamentos do Estado do Mato Grosso do Sul e a Importância dos APLs no Fluxo de Comércio**. Rio de Janeiro: 2010. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br>, acessado em 20/09/2010.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia. **Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável**. Campo Grande: Seplanct, 2002.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia. **PPA 2004-2007 - Construindo o novo Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Seplanct, 2003.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

MULLER, G. **Complexo Agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.

NETO, Antonio Delfim. **Planejamento para o desenvolvimento econômico**. São Paulo, Pioneira, 1966.

_____. O desafio energético. **Carta Capital**, 20 de julho de 2010. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/carta-verde/o-desafio-energetico>.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura e Indústria no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, nº 57. AGB/SP, 1981.

_____. As relações de produção na agricultura sob o capitalismo. In:_____. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**: São Paulo: Ática, 1986.

_____. **Geografia Agrária**: Perspectivas no Início de Século XXI. In: **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

PERROUX, François: **O capitalismo**. Tradução de Gerson de Souza. 2ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RATTNER, Henrique. **Mercosul e alca**: o futuro incerto dos países sul-americanos. São Paulo: Edusp, 2002. p.232

SADER, Emir. Hegemonia e contra-hegemonia. In: Ceceña, Ana Esther. **Hegemonias e emancipações no século XXI**. Julio 2005. p. 15-34.

SÁ, Luís. **Introdução a teoria do Estado**. Lisboa: Editora Caminho, 1986.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. A constituição do meio técnico-científico-informacional e a renovação da materialidade do território. In **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 2006. p.55-92.

SIMIONATTO, Ivete; NOGUEIRA, Vera Maria. Pobreza e participação: o jogo das aparências e as armadilhas do discurso das agências multilaterais. In: **Universidade e Sociedade**. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, ano XI, nº 24, 2001. p. 20-32

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Vargas e a questão agrária: a construção do fordismo possível. **Revista Diálogos**. DHI/UEM, 02: 113-127, 1998. Disponível em: <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/viewFile/29858/29412>, acessado em 18/08/2010.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento e Crise**. São Paulo: Difusão Européia, 1968.

SCARLATO, Francisco Capuano. População e urbanização Brasileira. In: ROSS, Jurandir L. Sanches. **Geografia do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 381- 465.

SOUZA, Adáuto de Oliveira. **A estratégia dos Distritos como instrumento de Desenvolvimento Regional e sua Aplicabilidade em Mato Grosso do Sul**. 2002. Tese (Doutorado) FFLCH/USP, São Paulo.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo; Brasiliense, 1989.

SUZIGAN, Wilson. **Estado e industrialização no Brasil**. In: ODÁLIA, Nilo (org.). Brasil - o desenvolvimento ameaçado: perspectivas e soluções. São Paulo: Edunesp, 1989.

TROTSKY, Leon. **A História da Revolução Russa** (2 volumes). São Paulo, Editora Sundermann, 2007

VIANNA, Fabiana Gama. **Luz no campo e luz para todos: duas Experiências em busca da Plena Universalização dos Serviços de Energia Elétrica no Brasil**. 6º Simpósio Brasileiro sobre pequenas e médias Centrais Hidrelétricas. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: www.cerpch.unifei.edu.br. Acesso em, 20/08/2010.

XAVIER, Marcos. Os sistemas de engenharia e a terceirização do território: o exemplo da rede rodoviária brasileira. In: SANTOS E SILVEIRA. **O Brasil território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001. p.329-356.

SITES CONSULTADOS

www.agraer.ms.gov.br
www.agrosoft.org.br
www.bcb.gov.br
www.brasil.gov.br
www.bndes.gov.br
www.cartacapital.com.br
www.cptnacional.org.br
www.cnppl.embrapa.br
www.dieese.org.br
www.eletrosul.gov.br
www.emater.tche.br
www.enersul.com.br/energia
www4.fct.unesp.br
www.folhadedourados.com.br
www.incra.gov.br
www.ibge.gov.br
www.mme.gov.br
www.observatoriosocial.or.br
www.pantanalnews.com.br
www.portal2.tcu.gov.br
www.senadordelcidio.com.br

ANEXOS

ANEXO 01

PROGRAMA LUZ PARA TODOS

MATO GROSSO DO SUL

A – META DE DOMICÍLIOS DO PROGRAMA NO MS.

A1 – PREVISÃO DE ATENDIMENTOS NO ESTADO: **39.548 DOMICÍLIOS**

A2 - JÁ ATENDIDOS AGOSTO/2010: **34.087 DOMICÍLIOS**

B - INVESTIMENTO GERAL

B1 - PREVISÃO DE INVESTIMENTOS TOTAL DO PROGRAMA: **336 MILHÕES**

B2 - PREVISÃO DE RECURSOS GOVERNO FEDERAL: **265 MILHÕES**

B3 - LIBERAÇÕES GOVERNO FEDERAL: **199 MILHÕES**

C - META DE ATENDIMENTOS EM ASSENTAMENTOS:

DOMICÍLIOS

C1 - PREVISÃO DE ATENDIMENTOS: **17.250 DOMICÍLIOS**

C2 - JÁ ATENDIDOS AGOSTO/2010: **13.257 DOMICÍLIOS ***

INVESTIMENTO

C3 - PREVISÃO DE INVESTIMENTO: **146,5 MILHÕES ****

C4 - INVESTIMENTO JÁ REALIZADO: **112,6 MILHÕES ****

D – AÇÕES INTEGRADAS

D1 - NUMERO DE PROJETOS - **63 PROJETOS**

D2 - INVESTIMENTO PREVISTO – **R\$ 603.426,00**

D3 - INCLUSÃO DIGITAL – **57 PROJETOS**

D2 - CENTROS COMUNITARIOS DE PRODUÇÃO - **3 PROJETOS**

D2 - RADIOS COMUNITARIAS - **3 PROJETOS**

E – ESCOLAS

E1 – ESCOLAS ATENDIDAS – 53

*** As ligações de domicílios em assentamentos correspondem hoje 39% dos atendimentos já feitos no Estado do MS.**

**** Usado a média do valor da ligação para o Programa no MS.**